

RELATÓRIO E CONTAS
MAPFRE SEGUROS DE VIDA, S.A.

2012





CONSULTE O NOSSO VÍDEO INSTITUCIONAL

2012

RELATÓRIO E CONTAS
MAPFRE SEGUROS DE VIDA, S.A.



ÍNDICE

1. ÓRGÃOS SOCIAIS	06
2. RELATÓRIO DE GESTÃO	10
3. CONTAS ANUAIS 2012	30
4. NOTAS AO BALANÇO E CONTA DE GANHOS E PERDAS	40
5. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	142

2012

ÓRGÃOS SOCIAIS

01

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



MESA DA ASSEMBLEIA GERAL



CONSELHO FISCAL



REVISOR OFICIAL DE CONTAS



RELATÓRIO DE GESTÃO

1. CONTEXTO ECONÓMICO

Ao longo do ano 2012, a atividade económica continuou a desenrolar-se num ambiente extremamente recessivo.

Sendo uma realidade que se vem repetindo ao longo da última década, importa no entanto notar que se agravou em 2012 e que esse agravamento foi superior ao que era apontado pela generalidade das previsões.

O fraco crescimento económico que se tem verificado nos últimos anos não foi acompanhado da necessária contenção da despesa, provocando uma subida do endividamento do Estado até níveis insustentáveis que, agravado pela forte turbulência dos mercados financeiros mundiais, impossibilitou o acesso ao normal financiamento do país, obrigando Portugal a recorrer a um programa de assistência financeira.

Este programa, coordenado pelo Fundo Monetário Internacional, União Europeia e Banco Central Europeu, que estará em vigor até 2014, disponibilizou a Portugal o acesso a um financiamento até 79 mil milhões de euros, mas, obviamente, impôs um enorme esforço em três vetores fundamentais:

- Diminuição do *deficit* público, mediante cortes na despesa corrente de funcionamento e nos investimentos, bem como um forte aumento dos impostos;
- Desalavancagem e capitalização do sistema bancário, obrigando, por um lado, a reduzir o rácio de crédito concedido em relação aos depósitos e, por outro, elevando os rácios de solvência para níveis bastante mais exigentes do que os praticados;
- Implementação de uma série de reformas estruturais no funcionamento do Estado e da economia em geral, de que são exemplos o reforço do programa de privatizações de empresas públicas e a alteração sem precedentes na legislação laboral.

A execução das medidas concretas associadas a estes vetores provocou um efeito multiplicador recessivo superior ao esperado, resultando num forte decréscimo do Produto Interno Bruto, em significativos incrementos do número de insolvências de empresas e, por consequência, num aumento da taxa de desemprego para níveis nunca antes observados.

Além disso, o rácio de endividamento sobre o PIB aumentou, uma vez que, apesar da redução na despesa corrente primária, se verificou um aumento significativo da despesa com os juros da dívida e a redução das receitas foi superior à prevista.

É certo que, ao fim de pouco mais de um ano e meio de implementação do programa de ajustamento, se observam alguns efeitos positivos, deles se destacando o *superavit* da balança comercial, que não se verificava há várias décadas, bem como a acentuada descida da taxa de juro exigida pelos investidores no mercado secundário de dívida pública, culminado, em janeiro de 2013, com uma muito bem sucedida emissão de dívida com maturidade a cinco anos sem que, contudo, isso signifique o pleno acesso de Portugal ao mercado de financiamento, pois, para tal, é necessário esperar por novas oportunidades para experimentar emissões a prazos mais longos.

Por outro lado, há que ter em consideração que o *superavit* da balança comercial, apesar do aumento das exportações, não teria sido possível sem a forte diminuição das importações, resultante da descida do consumo interno, não podendo, por isso, ser considerado um *superavit* totalmente virtuoso.

Registe-se positivamente o nível historicamente baixo das taxas de juro Euribor, à qual está indexada a generalidade dos créditos à habitação concedidos aos particulares, fator que tem exercido um efeito de contrapeso em relação ao agravamento dos impostos e da taxa de desemprego, evitando maiores situações de calamidade social.

Perspetivando o futuro próximo da economia portuguesa, parece não existirem razões para grande otimismo.

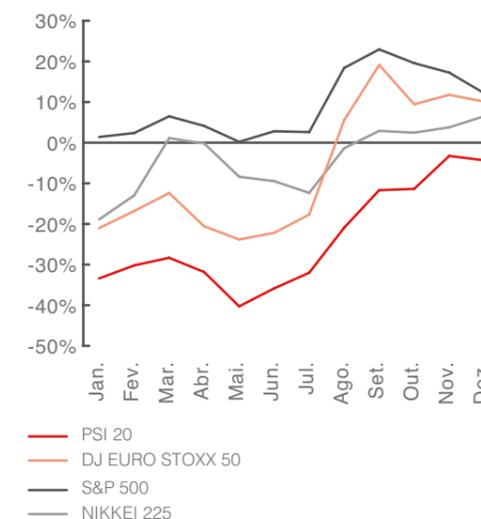
Com efeito, tal como é notado pelo Boletim Económico de Inverno 2012 do Banco de Portugal, nos próximos anos a economia continuará a sofrer o impacto das medidas de consolidação orçamental e das restrições ao financiamento por parte das instituições bancárias, as quais devem manter o processo de desalavancagem.

Para colmatar a derrapagem da receita e da despesa global, o Orçamento do Estado para 2013 contém novas e fortes medidas de agravamento de impostos, deixando latente a ameaça do país vir a mergulhar numa espiral recessiva.

Por outro lado, o abrandamento da economia mundial previsto para 2013, que só deverá inverter-se ao longo do ano 2014, bem como a persistência da fortaleza do Euro em relação a outras moedas que tem um efeito nefasto nas exportações, tornarão mais exigentes os ajustamentos da economia portuguesa.

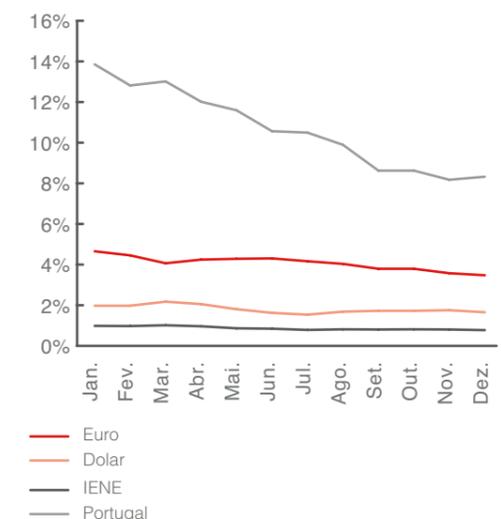
Neste contexto, o ano 2013 terá de ser encarado como mais uma difícil etapa do processo de ajustamento, ainda longe dos almejados objetivos finais de equilíbrio e crescimento económico.

EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES BOLSISTAS



Fonte: APS.

EVOLUÇÃO DAS TAXAS MÉDIAS DÍVIDA PÚBLICA (10 ANOS)



Fonte: APS.

Indicadores económicos	2008	2009	2010	2011	2012	2013
PIB	0,0	-2,5	1,3	-1,6	-3,2	-1,9
Consumo privado	1,4	-1,1	2,2	-3,6	-5,5	-3,6
Consumo público	0,5	3,7	1,8	-3,2	-4,5	-2,4
Investimento	-0,3	-11,2	-5,0	-11,2	-14,4	-8,5
Exportações	0,1	-11,6	8,8	7,3	4,1	2,0
Importações	2,3	-10,6	5,2	-4,3	-6,9	-3,4
Taxa de desemprego	7,6	9,5	10,8	12,7	15,7	n.d.
Índice de preços no consumidor	2,7	-0,9	1,4	3,6	2,8	0,9
Deficit e Contas Publicas	3,5	10,1	9,1	5,9	5,0	4,5
Taxa juro Euribor 6 meses	3,365	0,996	1,251	1,638	0,324	n.d.

Percentagens.

Dados dos anos 2012 e 2013 são estimativas.

Fontes: Banco de Portugal, Ministério das Finanças e INE.

2. MERCADO SEGURADOR

Um mercado como o português, com uma taxa de penetração (Prémios/PIB) relativamente elevada, encontra-se especialmente exposto às vicissitudes da evolução económica.

Por isso, não constitui surpresa o comportamento dos indicadores que melhor refletem o andamento da atividade seguradora, pois estes apresentam-se em perfeita correlação com o comportamento da economia em 2012.

De uma forma genérica, ao efeito negativo conjunto de um novo decréscimo das vendas e de aumento da taxa de sinistralidade, ter-se-á contraposto a influência positiva da recuperação dos mercados financeiros que, inclusivamente, poderá ter levado a que o setor venha a apresentar uma rentabilidade e um nível de solvência superiores aos de 2011, ano em que se verificou a necessidade de reconhecer montantes elevados de imparidades e a desvalorização dos ativos foi bastante significativa.

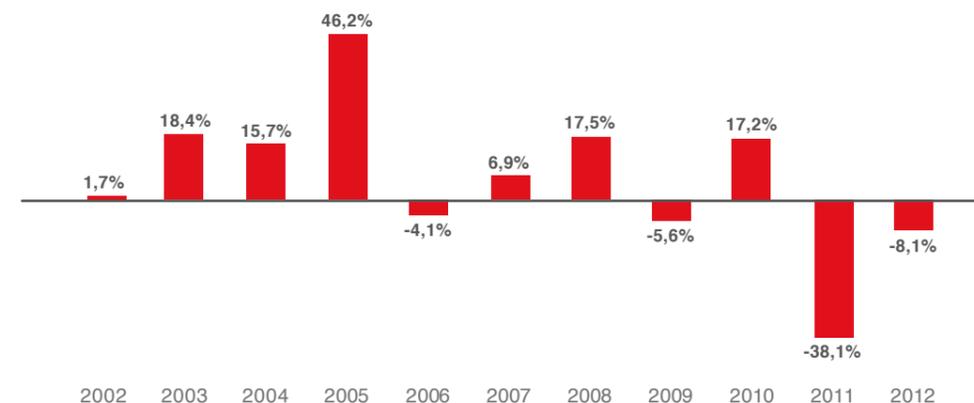
2.1. VENDAS

Após o decréscimo sem precedentes verificado em 2011, o volume de vendas global voltou a ter uma evolução negativa em 2012, recuando para os 10.741 milhões de euros, um valor muito próximo ao do ano 2004.

Para que se tenha uma ideia da dimensão desse recuo, importa recordar que em 2010 o mercado atingiu um pico de 16.340 milhões de euros, o que permite concluir que perdeu 34% em dois anos.

Em 2012, tal como no ano anterior, o decréscimo foi mais acentuado no ramo Vida, na ordem dos 8,1% nominais, influenciado pelo efeito negativo direto da contínua diminuição do rendimento disponível das famílias no volume de poupança e, também, pelo facto de o setor bancário, detentor de um conjunto significativo de seguradoras a operar no mercado, se encontrar imerso num processo de desalavancagem e, nesse contexto, induzir a canalização das poupanças para produtos de aforro bancário em detrimento dos produtos seguradores.

EVOLUÇÃO DAS VENDAS DO RAMO VIDA



■ Taxa de crescimento nominal

Fonte: APS.

No segmento Não Vida, embora não tão forte como em Vida, o decréscimo nominal foi ainda assim assinalável, situando-se nos 3,1%, com uma influência muito grande dos ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho que se apresentam mais sensíveis à evolução económica e, embora tenham vindo a perder quota ao longo dos anos, ainda representam, em conjunto, mais de metade da carteira.

Com efeito, estes dois ramos tiveram um comportamento bastante negativo, com um decréscimo de 5,8% e 10,6%, respetivamente, valendo para o resultado global a compensação operada pelos crescimentos de 1,7% em Multiriscos e 2,2% no ramo de Doença, o qual vem consolidando o seu peso ano após ano.

Ao comportamento do ramo Automóvel não será alheia a queda das vendas de veículos que, segundo as estatísticas da ACAP (Associação Automóvel de Portugal), foi de 40,9%, enquanto no ramo de Acidentes de Trabalho se verificou a influência inexorável da taxa de desemprego recorde verificada em 2012 sobre a massa salarial segura.

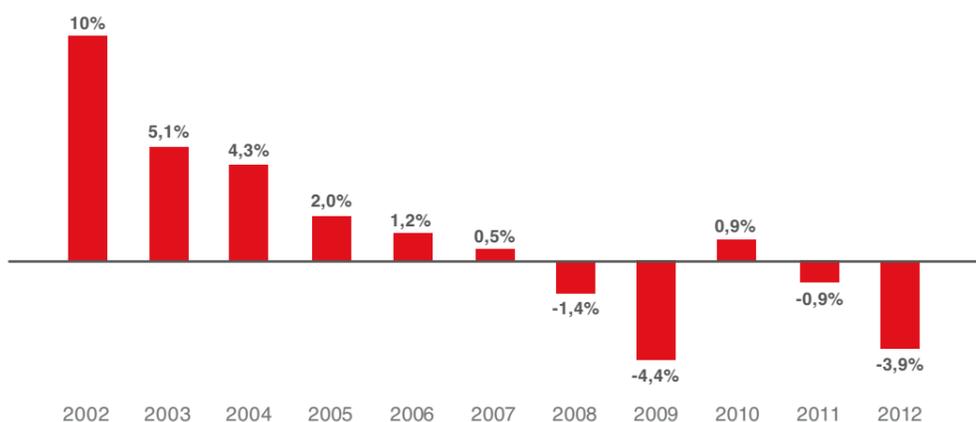
Em ambos os casos, também foi particularmente sentida a concorrência entre operadores, com efeito no tarifário praticado, acabando por funcionar, simultaneamente, como causa e efeito da degradação dos prémios.

O comportamento em Multiriscos estará associado não só à preocupação crescente de proteção por parte da população, face aos fenómenos da natureza que se têm manifestado nos anos mais recentes, mas também ao efeito da atualização automática dos capitais em função dos coeficientes publicados trimestralmente pelo ISP.

Já no caso do ramo de Doença, a contínua evolução positiva estará associada às crescentes preocupações dos consumidores em relação aos seus gastos com a saúde, tendo em conta a gradual introdução de copagamentos nos serviços prestados pelo setor público.

De notar, ainda, o crescimento de 7,2% no ramo de Proteção Jurídica e de 4,6% no ramo de Crédito, embora de influência limitada no valor global por via da relativamente pequena representatividade de ambos.

EVOLUÇÃO DAS VENDAS DO RAMO NÃO VIDA



■ Taxa de crescimento nominal

Fonte: APS.

2.2. FLUXO TÉCNICO DO RAMO VIDA

Pelo segundo ano consecutivo, o indicador que relaciona os fluxos de entrada decorrentes das vendas com os de saída associados aos resgates e vencimentos e, como tal, muito importante no contexto do ramo – fluxo técnico – teve uma evolução negativa.

De facto, apesar do volume de vencimentos e resgates ter diminuído em relação ao ano anterior, tal não foi suficiente para permitir um saldo positivo por via do decréscimo que também se verificou nas vendas.

Sendo certo que, contabilisticamente, os resgates e vencimentos têm contrapartida na provisão matemática, fazendo com que não haja um efeito direto nos resultados do ano em causa, não é menos verdade que a longo prazo é desejável que se verifique um fluxo técnico positivo, sob pena de não ser possível manter uma rentabilidade sustentada, e há dois anos consecutivos que tal não acontece.

EVOLUÇÃO DO FLUXO TÉCNICO ACUMULADO DO RAMO VIDA (JAN-12 A DEZ-12)



— Milhões de euros

Fonte: APS.

2.3. SINISTRALIDADE NÃO VIDA

A sinistralidade total, calculada a prémios emitidos, degradou-se 3,5 pontos percentuais, situando-se nos 65,9%, um comportamento menos positivo devido ao enorme agravamento que se verificou no ramo de Acidentes de Trabalho.

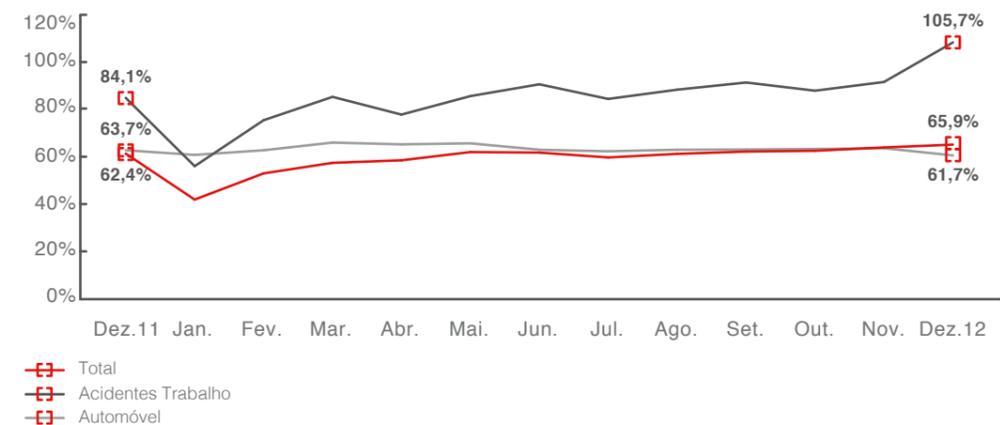
Com efeito, o comportamento deste ramo foi fortemente influenciado por dois especiais aspetos a ter em consideração. De um lado, a forte diminuição dos prémios, a que já aludimos anteriormente, fruto da diminuição da massa salarial segura e da agressividade tarifária entre os operadores do mercado. Do outro, a degradação das condições socioeconómicas que propiciam uma maior ocorrência de sinistros.

A verdade é que a sinistralidade do ramo Acidentes de Trabalho há vários anos vinha a revelar uma tendência crescente, anunciando que estaria perto de se tornar insustentável, como de facto aconteceu em 2012, aumentando 21,6 pontos percentuais em relação ao ano anterior, terminando nos 105,7%, não sendo difícil supor que, embora não sejam ainda conhecidos os dados das restantes variáveis que contribuem para o cálculo do rácio combinado, este tenha ultrapassado largamente os 130%.

No ramo Automóvel, a diminuição da circulação, corroborada pelas estatísticas que revelam uma descida da venda de combustíveis, permitiu uma melhoria de 2 pontos percentuais em relação ao ano anterior, para os 61,7%, apesar da contração verificada nos prémios emitidos.

Não obstante, efetuando uma extrapolação com base na estrutura do rácio combinado do ano anterior, é possível que esta diminuição da sinistralidade não seja suficiente para situar o ramo num patamar sustentado abaixo dos 100%.

EVOLUÇÃO TAXA SINISTRALIDADE NÃO VIDA (S/PRÉMIOS EMITIDOS)



Além dos ramos de Acidentes de Trabalho e Automóvel, é digna de referência a diminuição de 2,6% em Multiriscos e 2,1% em Doença, em ambos os casos, não porque tenha decrescido o valor das indemnizações, mas sim por se ter verificado um aumento nos prémios emitidos.

Os restantes ramos, por terem uma expressão mais reduzida na carteira do segmento Não Vida, não afetaram significativamente o rácio global, porém, são de registar incrementos mais expressivos em Crédito, Caução e Marítimo e Transportes, sem que tenham atingido níveis preocupantes.

2.4. RESULTADOS

À data de elaboração deste relatório, ao contrário do habitual, não estão ainda disponíveis os dados relativos aos resultados do conjunto do mercado, razão pela qual limitamos os nossos comentários a uma certa predição com base nas variáveis mais importantes anteriormente descritas (prémios e sinistros) e nas tendências esperadas e/ou conhecidas do comportamento dos gastos e dos ativos financeiros.

Do lado dos gastos não se esperam grandes contributos, pois não são do domínio público quaisquer medidas de racionalização de grande dimensão por parte das seguradoras e eventuais medidas pontuais de melhoria de eficiência não serão, por si só, suficientes para alterar o panorama dos anos anteriores.

Quanto aos rendimentos financeiros, aí sim, é de esperar um efeito bastante positivo sobre as contas de ganhos e perdas, face à recuperação generalizada dos mercados, em especial os de dívida, que terão proporcionado um cenário substancialmente diferente do ano anterior, quando as imparidades reconhecidas e as fortes desvalorizações dos ativos classificados contabilisticamente ao justo valor por via de ganhos e perdas impactaram muito significativamente os resultados.

Esse efeito positivo deverá ser particularmente expressivo no ramo Vida que, pela sua natureza, se encontra mais exposto à volatilidade dos mercados financeiros, esperando-se, portanto, um aumento nos resultados técnicos deste ramo, após um ano em que foram negativos.

Já no que respeita a Não Vida, um efeito igualmente positivo sobre os resultados é esperado por via dos rendimentos financeiros, contudo, tal poderá não ser suficiente para colmatar as difíceis condições de exploração técnica pura, reveladas pelo comportamento da taxa de sinistralidade.

Sendo admissível que, no conjunto dos segmentos Vida e Não Vida, o mercado apresente uma franca melhoria em relação ao ano anterior,

poderemos, ainda assim, continuar a assistir a taxas de rentabilidade modestas em comparação com o mercado segurador internacional.

2.5. SOLVÊNCIA

Antes de qualquer comentário, convém ressaltar que o setor segurador, de uma forma ou de outra, ao longo dos últimos anos tem conseguido amortecer os efeitos negativos da turbulência dos mercados financeiros, sem nunca ter sido colocada em causa a sua solvência.

Em 2012, a recuperação do valor dos ativos financeiros de dívida pública, com especial incidência no último trimestre, ainda terá permitido, com quase toda a certeza, incrementar os níveis de solvência e de representação das provisões técnicas até níveis bastante confortáveis, o que se regista com agrado na medida em que reforça a imagem de solidez do setor no contexto da atividade económica portuguesa.



3. ATIVIDADE DA MAPFRE SEGUROS DE VIDA, S.A.

Neste capítulo, pretendemos referenciar os aspetos mais relevantes da vasta atividade da empresa ao longo do ano 2012.

Uma visão mais exaustiva e pormenorizada, que poderia tornar o relatório demasiado denso, prejudicando os seus objetivos, poderá ser encontrada nas Notas ao Balanço e Contas de Ganhos e Perdas, as quais fazem parte do *dossier* global de contas do exercício onde se inclui este Relatório de Gestão.

3.1. MODELO DE GOVERNO

Face às exigências legais impostas pelas alterações operadas em 2006 ao Código das Sociedades Comerciais, e tendo em conta a dimensão da Seguradora, os modernos princípios e recomendações sobre transparência e eficiência do governo societário contidos, nomeadamente, nas alterações recentes ao Código das Sociedades Comerciais, através do Decreto-Lei n.º 185/2009, de 12 de agosto, do Decreto-Lei n.º 2/2009, de 5 de janeiro, da Norma Regulamentar n.º 5/2010 de 1 de abril e da Circular n.º 5/2009, de 19 de fevereiro, ambas do Instituto de Seguros de Portugal, a estrutura de administração e fiscalização da MAPFRE Seguros de Vida compreende os seguintes órgãos:

- Assembleia Geral – cuja mesa é composta por um Presidente e um Secretário;
- Conselho de Administração – composto por quatro a dez membros eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de quatro anos, renováveis, que designa o seu Presidente e um Vice-Presidente;
- Conselho Fiscal – composto por três membros efetivos, um dos quais é o Presidente, e um Suplente, sendo que pelo menos um dos membros efetivos deverá possuir um curso superior

adequado ao exercício das suas funções, ter conhecimentos em auditoria ou contabilidade e ser independente, nos termos definidos no Código das Sociedades Comerciais;

- Revisor Oficial de Contas – função confiada a uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas, eleita pela Assembleia Geral sob proposta do Conselho Fiscal;
- As alterações aos estatutos são sujeitas à aprovação em Assembleia Geral sob proposta do Conselho de Administração.

De acordo com os estatutos da Sociedade, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre qualquer assunto da administração da sociedade e nomeadamente:

- a) Cooptação de administradores;
- b) Pedido de convocação de Assembleias Gerais;
- c) Relatórios e contas anuais;
- d) Aquisição, alienação e oneração de bens imóveis;
- e) Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela sociedade;
- f) Abertura ou encerramento de estabelecimentos ou de partes importantes destes;
- g) Extensões ou reduções importantes da atividade da sociedade;
- h) Modificações importantes na organização da sociedade;
- i) Estabelecimento ou cessação de cooperação duradoura e importante com outras empresas;
- j) Projetos de fusão, de cisão e de transformação da sociedade;
- k) Qualquer outro assunto sobre o qual algum administrador requeira deliberação do conselho.

O Conselho de Administração reúne obrigatoriamente uma vez por trimestre.

3.2. ESTRUTURA DE CAPITAL

O capital social da MAPFRE Seguros de Vida é de 17.500.000 € constituído por 3.500.000 ações, no valor nominal de 5,00 euros, cada uma, integralmente detidas pela acionista MAPFRE Seguros Gerais, S.A.

3.3. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

A política de remuneração dos membros dos Conselhos de Administração das sociedades que conformam o Grupo MAPFRE é estabelecida pelo Conselho de Administração da MAPFRE, S.A., seguindo as propostas que lhe são efetuadas pelo Comité de Nomeações e Retribuições, órgão delegado daquele Conselho de Administração.

O Código de Bom Governo do Grupo MAPFRE, com data de 2008, prevê expressamente no seu Título II, 2, J) que o Conselho de Administração da MAPFRE S.A. deve submeter à Assembleia Geral, como ponto separado da ordem do dia, um relatório explicativo da política de remunerações.

Nos termos do relatório apresentado na Assembleia Geral da MAPFRE, S.A., de 3 de fevereiro de 2010, e atentas as especificidades dos órgãos de administração e de fiscalização da sociedade MAPFRE Seguros de Vida, S.A., cabe mencionar que os administradores executivos, quando auferem remunerações por via do desempenho em exclusivo dessas funções, auferem-nas nos termos em que as mesmas se encontram estabelecidas nos seus contratos, que incluem salário fixo, incentivos de quantia variável vinculados aos resultados e após apurados os resultados de exercício, seguros de vida e invalidez, e outras compensações estabelecidas com caráter geral para o pessoal da entidade.

Por outro lado, no que concerne aos incentivos referenciados ao valor das ações, o Plano existente no Grupo MAPFRE não abrange os respetivos membros dos órgãos de administração enquanto possuidores dessa mesma qualidade.

Todavia, no Conselho de Administração da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., dos quatro membros que o integram, excetuando o seu Presidente, que apenas auferem remuneração como Administrador Delegado da MAPFRE Seguros Gerais, S.A., três são trabalhadores dependentes desta sociedade, não auferindo, por isso, quaisquer remunerações como membros de órgãos estatutários.

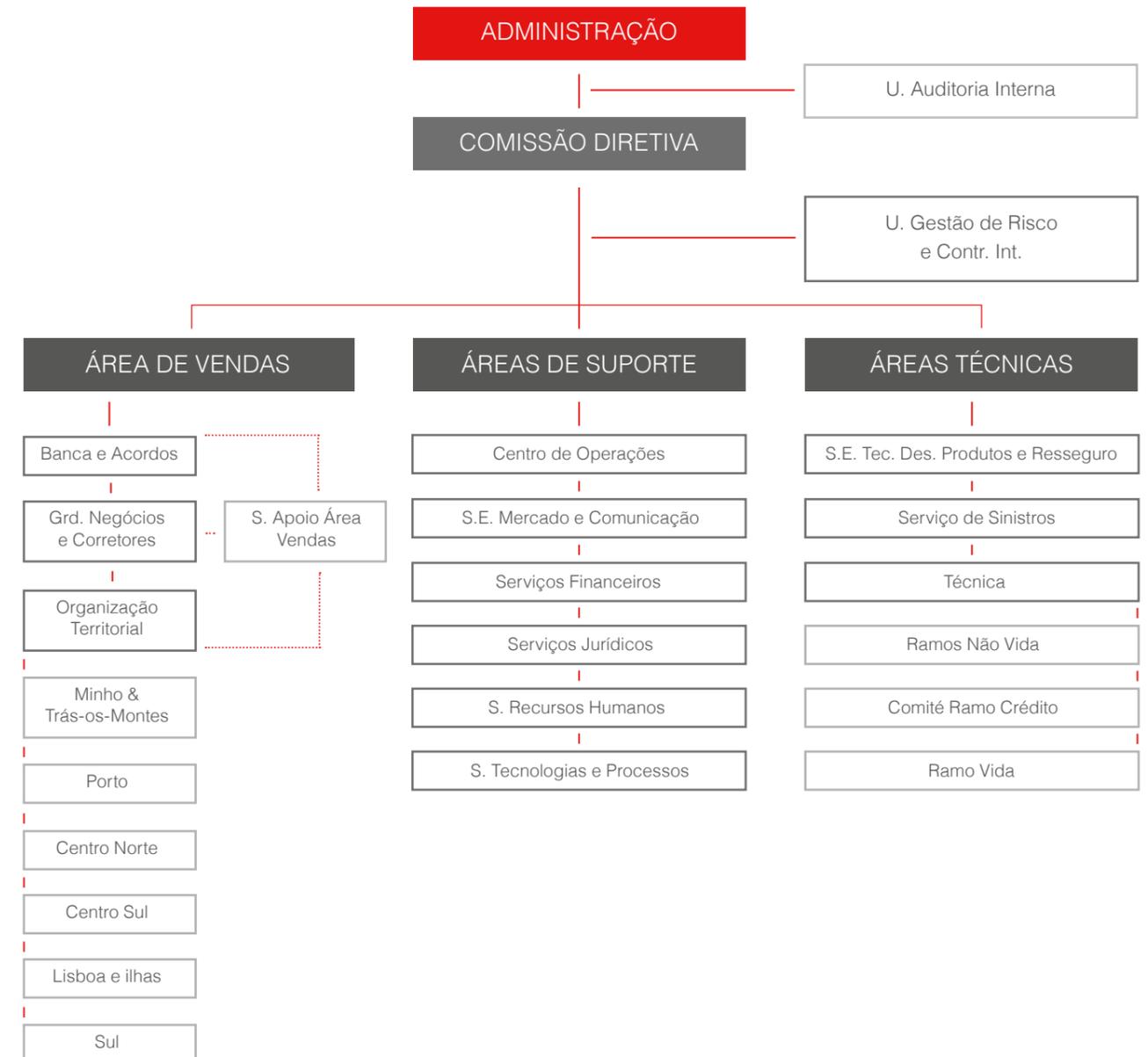
No Conselho Fiscal da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., os respetivos membros, incluindo o suplente, apenas auferem uma remuneração única pelo desempenho dessas funções na sociedade MAPFRE Seguros Gerais, S.A., nos termos que se encontram estabelecidos nas Atas n.º 42, de 14 de março de 2008, da Assembleia Geral desta sociedade, e n.º 1, de 27 de outubro de 2009, da Assembleia Geral da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., e que são divulgados, do mesmo modo, de acordo com as exigências legais.

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas auferem as remunerações que se encontram contratualmente estabelecidas e que se divulgam a seguir:

Âmbito	Valor
Serviços de certificação legal de contas anuais	34.000,00 €
Serviços de garantia de fiabilidade	4.300,00 €
TOTAL	38.300,00 €

3.4. ESTRUTURA OPERACIONAL

De há alguns anos a esta parte, na prossecução de uma estratégia de gestão integrada dos clientes e de obtenção de sinergias aos mais diversos níveis, a MAPFRE em Portugal explora os segmentos de negócio Vida e Não Vida através de uma estrutura operacional comum, organizada de acordo com o organograma seguinte:



De forma a adequar a empresa aos objetivos definidos para os próximos anos, no último trimestre do ano definiu-se uma modificação da estrutura organizativa atrás transcrita, para entrar em vigor no início do ano 2013, ajustando a Área de Vendas e as suas Zonas da Organização Territorial.

3.5. FACTOS RELEVANTES DO ANO 2012

3.5.1. ASPETOS QUANTITATIVOS

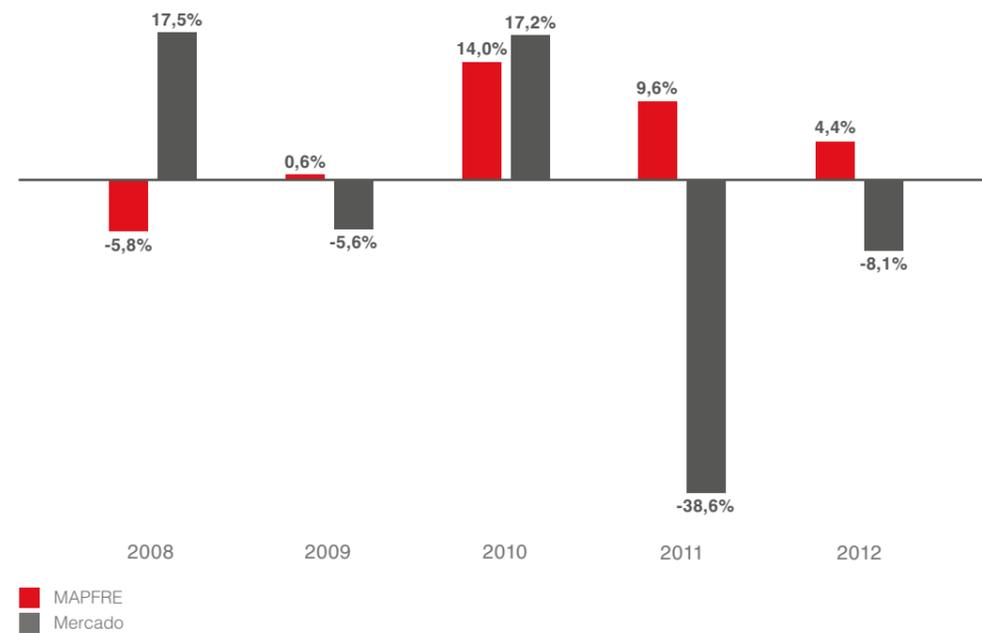
Este foi o terceiro ano de atividade da MAPFRE Seguros de Vida e o balanço que podemos realizar em termos de vendas é muito positivo.

Com efeito, em 2012, num ano novamente adverso, superamos os 50 milhões de euros de vendas e conseguimos um crescimento de 4,4% em relação ao ano anterior, em total contraciclo com o comportamento do mercado, fruto do dinamismo no lançamento de produtos e da exploração de canais de distribuição alternativos.

Destacamos ainda a manutenção do volume de carteira dos produtos de risco em comparação com os 4% de decréscimo do mercado.

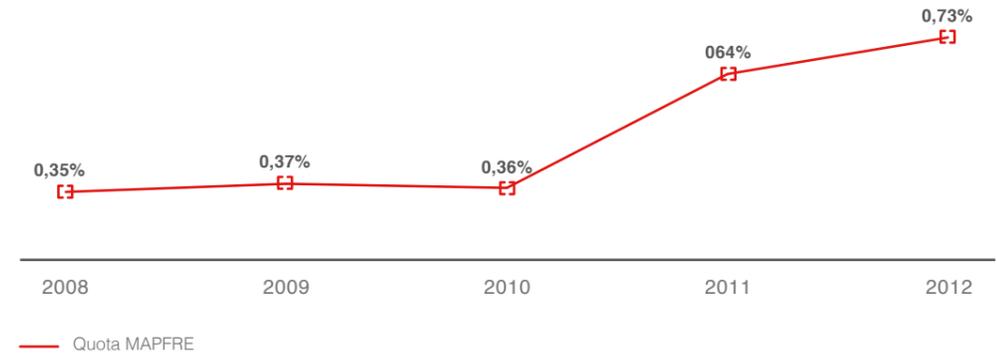
Desta forma, voltámos a aumentar a quota de mercado, fixando-se esta em 0,73%, cifra que, embora pequena, se encontra acima do dobro da que se verificava há quatro anos atrás, sendo a melhor evidência de que se encontra a ser cumprida a estratégia de crescimento.

TAXA DE CRESCIMENTO VENDAS VIDA



Fonte de dados de mercado: APS.

EVOLUÇÃO DA QUOTA DE MERCADO VIDA

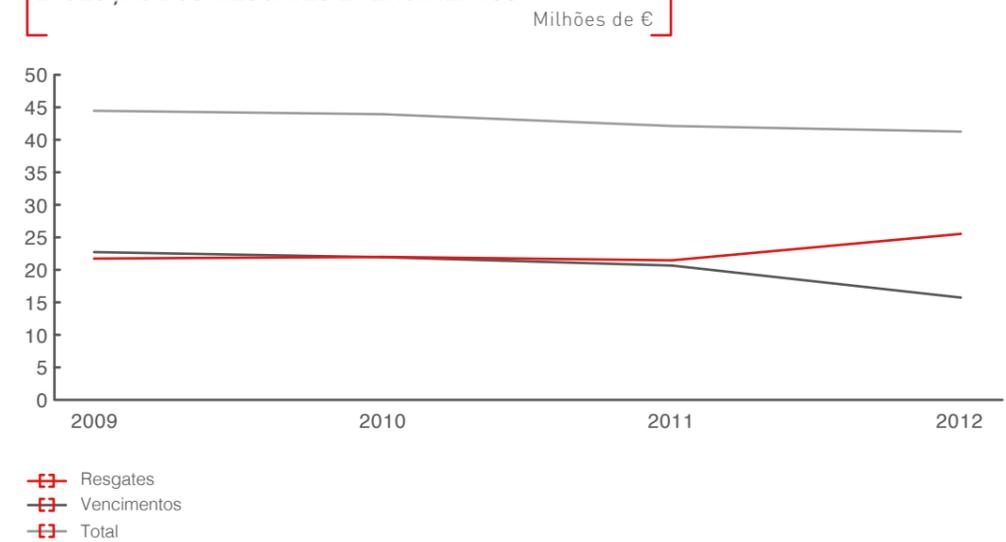


O número de apólices em vigor aumentou para as 43.665, com crescimentos nos segmentos de maior margem técnica, como são os de rendas vitalícias, risco, reforma e mistos/*universal life*, enquanto no segmento de capitalização se verificou um decréscimo.

A sinistralidade por morte e invalidez dos produtos de risco situou-se nos 41,9%, sensivelmente em linha com a média do mercado, embora represente um aumento em relação aos 35,3% do ano anterior, no qual se verificou uma *performance* muito superior ao normal.

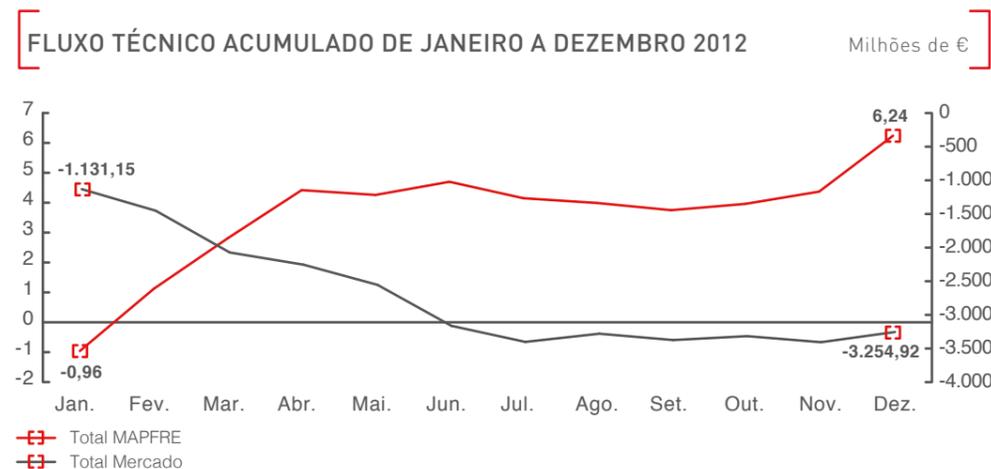
Os vencimentos tiveram uma descida em relação aos anos anteriores, enquanto os resgates, pelo contrário, tiveram um aumento, fruto das dificuldades económicas que terão obrigado muitos segurados a recorrer às suas poupanças. Uma vez que os dois movimentos se compensaram, o valor global manteve-se no mesmo nível do ano anterior.

EVOLUÇÃO DOS RESGATES E VENCIMENTOS



Dados de 2009 referentes à antiga Agência da MAPFRE Vida.

Face ao comportamento descrito de todas as variáveis anteriores, em 2012, o fluxo técnico voltou a ter uma trajetória ascendente ao longo do ano, tendo terminado amplamente positivo, contribuindo assim para o incremento do valor futuro da companhia.



Fontes de dados de mercado: APS

No que concerne aos gastos por natureza, ficaram nos 3,5 milhões de euros, apresentando uma descida de 6,4% em relação ao ano anterior, equivalente a uma poupança próxima de 250 mil euros, como resultado da permanente preocupação de racionalização, automatização e eficiência dos processos de funcionamento, inculcida e assumida por toda Organização.

Os mercados financeiros, em especial os de dívida, experimentaram uma recuperação bastante assinalável e disso beneficiou a carteira de ativos que viu serem praticamente anuladas as fortes menos valias potenciais com que se encerrou o exercício anterior.

Naturalmente, este movimento teve um efeito positivo sobre a margem de solvência e a representação das provisões técnicas, cujos rácios de cobertura subiram para 196% e 108%, respetivamente, reforçando a solidez da MAPFRE Seguros de Vida no contexto do sector segurador em Portugal.

Apesar do comportamento favorável dos mercados financeiros, houve que fazer frente à situação excecional verificada com o Bankia, reconhecendo a imparidade destes títulos que faziam parte da carteira de ativos e que foram posteriormente vendidos. Tendo em conta que os mesmos se encontravam afetos a carteiras com participação de resultados, verificou-se uma compensação parcial por essa via, daí resultando um efeito líquido na conta de ganhos e perdas de apenas 180 mil euros antes de impostos.

Mantivemos a estabilidade da política de investimentos, compatibilizando a rentabilidade adequada aos passivos subjacentes com a assunção moderada de riscos e privilegiando emissores de boa qualidade creditícia, embora, neste aspeto, não tenha sido possível evitar o *downgrade* operado de forma generalizada pelas agências de *rating* e que afetaram a carteira já existente, nomeadamente, as dívidas públicas portuguesa e espanhola. A estrutura de ativos não teve alterações significativas, continuando-se a privilegiar os ativos de rendimento fixo.

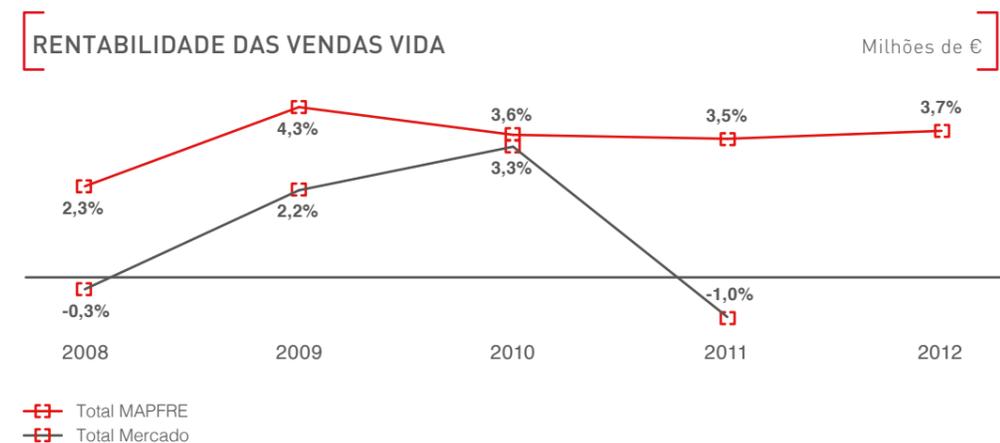
A taxa de rentabilidade, sem considerar a imparidade referida, foi de 4,2%, abaixo do ano anterior, por via das descidas do retorno, tanto dos títulos de rendimento variável, como de rendimento fixo, ambas compreensíveis face ao decréscimo de resultados das empresas, derivado do abrandamento da atividade, e à descida das taxas de juro dos títulos de dívida pública.

Taxa de rentabilidade dos investimentos

Tipo de investimento	2008	2009	2010	2011	2012
Bens materiais	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Ações e fundos de investimento	2,6%	3,1%	4,1%	4,7%	3,7%
Títulos de rendimento fixo	4,7%	4,2%	4,3%	4,7%	4,3%
Depósitos a prazo	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Depósitos à ordem	4,9%	0,6%	0,0%	0,6%	0,2%
Total	4,2%	4,4%	4,2%	4,6%	4,2%

Nota: Taxa anualizada, calculada em função do investimento médio de cada tipo de investimento, sem incluir imparidades e valias realizadas.
Dados de 2008 e 2009 correspondentes à antiga Agência da MAPFRE Vida.

Face à evolução francamente positiva da atividade ao longo do ano, a rentabilidade foi reforçada, subindo para 3,7% o rácio dos resultados técnicos sobre as vendas. Apesar de não estarem disponíveis à data os dados referentes ao conjunto do mercado, supõe-se que este tenha invertido as perdas do ano anterior, por efeito da já referenciada recuperação dos mercados financeiros, mas acreditamos que a MAPFRE continuará a marcar uma posição positivamente diferenciadora.



Dados de 2008 e 2009 correspondentes à antiga Agência da MAPFRE Vida.

Por outro lado, o estudo de *Embedded Value*, atualizado a 2012, aponta para um aumento do valor intrínseco da carteira em vigor, devido, entre outros aspetos, ao aumento do número de apólices de risco contratadas.

3.5.2. ASPETOS QUALITATIVOS

Tal como em relação aos aspetos quantitativos, também em relação à vertente qualitativa fazemos um balanço muito positivo destes três anos completos de atividade da sociedade, especialmente ao nível da consolidação de toda a operativa.

Foram inúmeras as ações levadas a cabo por todas as áreas da empresa para suportar a atividade ao longo do ano 2012.

Por terem influência direta no desenvolvimento do negócio, gostaríamos de apontar como mais relevantes as que respeitam à rede de distribuição e à área de suporte técnico.

No que concerne à rede de distribuição da organização territorial, investimos na criação de condições para que em 2013 possa ser conseguido um desempenho mais favorável do que aquele que se verificou em 2012. Nesse âmbito, o trabalho foi dirigido para o alargamento e o aumento do dinamismo da rede comercial, através do desenho de planos concretos tendentes, nomeadamente, ao reforço da rede própria de agentes e à cobertura de novas zonas geográficas. Para potenciar o sucesso desses planos, ajustamos as zonas de atuação e definimos novas tarefas e objetivos para o *staff* interno de suporte ao processo comercial, de forma a introduzir um foco especial no seguimento dos planos e das campanhas, a fim de conseguir aumentar a sua eficácia.

Por sua vez, na área de suporte técnico investimos na dotação de recursos qualificados, especialmente na área de atuariado, no sentido de dispor de condições que permitam não só alavancar o desenvolvimento do negócio como, também, assegurar um acompanhamento permanente da evolução dos diversos indicadores chave, o que permitirá orientar a oferta de produtos em função da evolução da realidade do mercado e, especialmente, garantir o necessário equilíbrio técnico e, como tal, a rentabilidade. Além disso, não foi esquecida a melhoria dos processos de subscrição e de tratamento de resgates e vencimentos, tornando-os mais ágeis e robustos.

Também as restantes áreas que prestam suporte ao negócio de uma forma mais indireta foram protagonistas de um trabalho intenso.

O Centro de Operações que, entre outros serviços, assegura o funcionamento do *Call Center*, teve uma participação ativa no contacto com os clientes e com a rede de distribuição, tanto através do simples atendimento telefónico como da realização de diversas ações proativas, destacando-se de entre elas a campanha permanente de boas-vindas e as campanhas regulares de vendas dirigidas a produtos e segmentos específicos de clientes, com resultados bastante interessantes. Por outro lado, deu um contributo muito importante para o conhecimento do portefólio de clientes ao promover uma métrica de classificação, a qual foi, sem dúvida, um passo fundamental em direção ao futuro.

Na área de Estudos Técnicos e Resseguro, verificou-se uma atuação segundo várias vertentes. Uma delas respeitou à participação na construção de novos produtos, acompanhada do desenvolvimento dos respetivos simuladores/emissores. Outra teve que ver com a participação nos estudos de ajustamentos tarifários, necessários à manutenção da competitividade e, especialmente, à adaptação à nova regulamentação de não discriminação por género. Por outro lado, em articulação direta com o Atuário Responsável, investiu bastante no acompanhamento da evolução das provisões técnicas, no sentido de assegurar a sua fiabilidade, e iniciou os estudos tendentes à implementação de uma nova ferramenta informática de seguimento.

A área de Estudos de Mercado e Comunicação preocupou-se em manter uma permanente ligação com os meios de comunicação, como forma de fazer chegar ao exterior a imagem da MAPFRE. Além disso, assegurou os levantamentos de mercado necessários para um correto

posicionamento dos novos produtos lançados e para os ajustamentos realizados nos já existentes, coordenando todas as ações de comunicação associadas à implementação no terreno desses mesmos produtos. Foi, também, um elo importante de suporte à organização das campanhas comerciais de dinamização da rede e participou nos estudos preliminares que visam definir a estratégia de posicionamento nos novos canais.

De entre o labor da área de Tecnologias e Processos, importa destacar o forte investimento no levantamento e na melhoria de processos, cujo contributo é fundamental para a robustez do funcionamento da empresa. Além disso, deu continuidade ao seu plano de modernização de infraestruturas e levou a cabo os mais diversos desenvolvimentos de *software*, em resposta a demandas das restantes áreas da empresa, que permitiram melhorar a eficiência.

A área Financeira reforçou o processo de gestão do risco, através da introdução na sua rotina de trabalho da análise de adequação entre ativos e passivos (ALM). Além disso, deu um passo significativo no seu plano de prestação de informação de gestão interna, no âmbito do qual consolidou a informação das contas de resultados por centros de custo e tornou regular e automática a informação de indicadores de gestão, financeiros e não financeiros, referentes à rede territorial. Por outro lado, atuou de forma vigilante e proativa no cumprimento da Política de Aquisição de Bens e Serviços instituída, contribuindo dessa forma para o sucesso conseguido na contenção dos gastos de gestão.

Em termos de Gestão de Risco e Controlo Interno, demos continuidade ao caminho encetado nos anos anteriores, este ano, tal como estava previsto, com especial ênfase na vertente do Controlo Interno que tinha sido a menos desenvolvida anteriormente. Em paralelo, esta área coordenou o projeto de implementação de uma nova ferramenta de suporte à prevenção e controlo do branqueamento de capitais, que entrou em funcionamento já no início de 2013. Além disso, assegurou o funcionamento do Comité de Gestão de Riscos e manteve as ações de sensibilização e formação com o objetivo de reforçar a cultura de gestão e controlo de riscos. Por outro lado, coordenou a realização do levantamento dos riscos operacionais, cujos resultados foram, mais uma vez, bastante bons, ao apresentarem índices fora da zona crítica em todos os processos.

No que respeita aos Recursos Humanos, o quadro de colaboradores era composto por 57 pessoas, mais seis do que no ano anterior, mantendo um razoável equilíbrio entre sexos, sendo 58% homens e 42% mulheres. A média de idades situa-se nos 40 anos e a antiguidade nos 12, indicadores que revelam um bom grau de maturidade. Foram investidas 1.968 horas de formação, correspondentes a uma média de 35 horas por empregado, o que representa um aumento de 52% em relação ao ano anterior.

**A MAPFRE É UM GRUPO ESPANHOL
INDEPENDENTE, QUE DESENVOLVE
FUNDAMENTALMENTE ATIVIDADES
SEGURADORA E RESSEGURADORA
EM MAIS DE 40 PAÍSES.**

A Responsabilidade Social teve, mais uma vez, um lugar de destaque, com várias ações a serem levadas à prática em colaboração com a Fundación MAPFRE:

- Caravana de Educação Rodoviária, que percorreu vários municípios do país sensibilizando as crianças do ensino básico para a segurança rodoviária;
- Campanha “Ao fim de semana tu decides” de sensibilização dos jovens para a condução sobre o efeito do álcool;
- Campanha “Com mais cuidado”, em colaboração com a Direção-Geral de Saúde e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, dirigida à sensibilização da população sénior para os cuidados a ter em casa;
- Campanha “Bebés, crianças e jovens em segurança”, sobre o adequado transporte em veículos, realizada em parceria com a Direção-Geral de Saúde e a Associação para a Prevenção da Segurança Infantil;
- Simpósio sobre traumatismos pélvicos com a participação da Ordem dos Médicos e a Sociedade Portuguesa de Ortopedia e Traumatologia;
- Congresso sobre riscos psicossociais em contexto de trabalho com a colaboração da Autoridade para as Condições de Trabalho;
- Seminário sobre segurança rodoviária em contexto de trabalho.

Não podemos terminar a abordagem aos aspetos qualitativos sem dar conta, com agrado, do reconhecimento de que foram alvo os produtos e os serviços prestados, nomeadamente:

- Eleição do *Call Center*, como o segundo melhor do setor segurador em Portugal, mantendo-se pelo sexto ano consecutivo no *Top 3*;
- Cerca de 85% dos clientes ficaram satisfeitos ou muito satisfeitos com o atendimento prestado e igual percentagem recomendaria os serviços da MAPFRE, segundo um estudo de satisfação sobre a qualidade dos serviços do *Call Center*;
- Várias referências positivas à valia dos produtos, em publicações de associações de defesa do consumidor.

3.6. AGRADECIMENTOS

Num ano bastante exigente para o desenvolvimento da nossa atividade, contámos com a inextinguível colaboração de inúmeras pessoas e entidades: clientes, mediadores, empregados, fornecedores e entidades oficiais.

Queremos endereçar-lhes uma palavra de agradecimento e apreço, desejando poder continuar a contar com todos no futuro.

3.7. PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO FUTURA

Tal como foi retratado ao longo deste relatório, os anos que se avizinham serão difíceis e exigentes.

Apesar disso, entendemos continuar a apostar no desenvolvimento da companhia, não nos desviando das linhas mestras que têm norteado a nossa estratégia ao longo dos últimos anos e que se traduzem em três grandes objetivos: crescimento, rentabilidade e responsabilidade empresarial.

Naturalmente, por forma a contrariar os efeitos negativos diretos que o contexto económico ameaça provocar no volume de vendas, e face à importância determinante desta variável, dirigiremos o nosso foco para o fortalecimento do processo comercial, tanto do ponto de vista da rede de distribuição como do suporte oferecido desde a estrutura interna, sem deixar de procurar oportunidades para ampliar o leque de canais de distribuição.

Tal como já foi referenciado em pontos anteriores, estão já em implementação várias melhorias ao nível do processo comercial, em cuja valia acreditamos, pelo que nos apresentamos otimistas em relação ao futuro.

Além de tudo isto, o plano estratégico contém inúmeras ações a levar a cabo pelas outras áreas internas que contribuem indiretamente para o desenvolvimento do negócio, dirigidas para o aumento da eficiência e da eficácia, mediante a automatização e a melhoria de processos, bem como a capacitação dos

Recursos Humanos, através das quais esperamos aumentar a competitividade imediata e tornar mais sólidas as bases que suportarão o desenvolvimento futuro, tanto numa perspetiva de rentabilidade, como de qualidade do serviço prestado.

Assim, conscientes das dificuldades que enfrentaremos, mas com base nas capacidades e no envolvimento de toda a equipa de trabalho com que contamos, preferimos encarar o futuro próximo como um desafio, convictos de que conseguiremos atingir os objetivos a que nos propomos.

4. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Tendo em conta a existência de reservas livres negativas resultantes da anulação em 2010 do *Goodwill* gerado pela aquisição dos ativos e passivos da antiga Agência da MAPFRE Vida, propomos que o resultado líquido do exercício, no montante de 1.409.538,87 € (um milhão quatrocentos e nove mil quinhentos e trinta e oito euros e oitenta e sete cêntimos), seja destinado ao reforço dos capitais próprios e aplicado da seguinte forma:

- Resultados Transitados, no montante de 32.763,69 €;
- Reserva legal, no montante de 140.953,89 €;
- Reservas livres, no montante de 1.235.821,29 €.

Lisboa, 5 de março de 2013

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Manuel Cardoso Belo
(Presidente)

Vitor Manuel Silva Reis
(Vice-Presidente)

Pedro Ribeiro e Silva
(Secretário)

Maria de Lurdes Ferreira da Mata
Soares Póvoas
(Vogal)



CONSULTE O VÍDEO DA FUNDAÇÃO MAPFRE.

CONTAS ANUAIS 2012

Euros

Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2012		Exercício anterior (2011)	
		Valor bruto	Imparidade, depreciações/amortizações ou ajustamentos		Valor líquido
ACTIVO					
3.2.1.; 4.3.3; 7.; 27.	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3.683.194,79		3.683.194,79	4.038.108,80
	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos			0,00	0,00
	Ativos financeiros detidos para negociação			0,00	0,00
3.2.2.; 6.	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	6.817.285,55		6.817.285,55	7.863.635,34
	Derivados de cobertura			0,00	0,00
3.2.2.; 6.	Ativos financeiros disponíveis para venda	138.647.401,74		138.647.401,74	113.008.369,60
3.2.2.2.3.	Empréstimos concedidos e contas a receber	446.174,65	0,00	446.174,65	1.736.173,22
	Depósitos junto de empresas cedentes			0,00	0,00
	Outros depósitos			0,00	1.141.018,11
	Empréstimos concedidos	446.174,65		446.174,65	595.155,11
	Contas a receber			0,00	0,00
	Outros			0,00	0,00
3.2.2; 6.	Investimentos a deter até à maturidade	55.359.128,43		55.359.128,43	59.168.533,24
	Terrenos e edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
	Terrenos e edifícios de uso próprio			0,00	0,00
	Terrenos e edifícios de rendimento			0,00	0,00
3.2.3.; 8.	Outros ativos tangíveis	4.761,54	3.619,00	1.142,54	2.186,66
	Inventários			0,00	0,00
	Goodwill			0,00	0,00
3.2.4.; 10.	Outros ativos intangíveis	405.482,61	274.288,01	131.194,60	188.966,18
3.2.5.; 4.1. c); 4.3.2. c)	Provisões técnicas de resseguro cedido	793.214,01		793.214,01	511.580,59
	Ramo Vida				
	Provisão matemática			0,00	0,00
	Provisão para sinistros	674.389,48		674.389,48	402.144,00
	Provisão para participação nos resultados			0,00	0,00
	Provisão para compromissos de taxa			0,00	0,00
	Provisão para estabilização de carteira			0,00	0,00
	Provisão para prémios não adquiridos	118.824,53		118.824,53	109.436,59
	Provisão técnica relativa a seguros de Vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro			0,00	0,00
	Outras provisões técnicas			0,00	0,00
3.2.6.; 3.4.1.; 20.2.	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	15.086,69		15.086,69	234.685,52
3.2.7.	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2.648.879,50	127.217,33	2.521.662,17	2.772.805,05
	Contas a receber por operações de seguro direto	1.898.497,69	7.808,09	1.890.689,60	1.325.153,42
4.3.2. c)	Contas a receber por operações de resseguro	230.822,99		230.822,99	346.064,30
	Contas a receber por outras operações	519.558,82	119.409,24	400.149,58	1.101.587,33
	Ativos por impostos e taxas	940.632,17		940.632,17	1.191.653,61
21.1.	Ativos por impostos correntes	19.745,98		19.745,98	28.786,10
3.2.15.2.; 21.2.	Ativos por impostos diferidos	920.886,19		920.886,19	1.162.867,51
3.2.11.	Acréscimos e diferimentos	9.000,00		9.000,00	23.280,45
	Outros elementos do ativo			0,00	0,00
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas			0,00	0,00
	TOTAL ATIVO	209.770.241,68	405.124,34	209.365.117,34	190.739.978,26

Euros

Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2012	Exercício anterior (2011)
PASSIVO			
Provisões técnicas			
Ramo Vida			
3.2.8.; 4.1.b); 4.1.c)		158.807.449,75	162.083.365,76
3.2.8.1.; 4.5.	Provisão matemática	142.290.997,29	146.888.841,45
3.2.8.2.; 4.5.	Provisão para sinistros	6.189.282,07	6.492.371,59
3.2.8.3.; 4.5.	Provisão para participação nos resultados	3.591.524,92	388.780,60
	Provisão para participação nos resultados a atribuir	3.263.657,87	
	Provisão para participação nos resultados atribuída	327.867,05	388.780,60
	Provisão para compromissos de taxa		
	Provisão para estabilização de carteira		
3.2.8.4.; 4.5.	Provisão para prémios não adquiridos	654.906,78	660.694,46
	Provisão para riscos em curso		
3.2.8.1.	Provisão técnica relativa a seguros de Vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	6.080.738,69	7.652.677,66
	Outras provisões técnicas		
3.2.9.; 5.; 12.2.	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	30.677.449,89	16.398.470,19
	Outros passivos financeiros	3.500.000,00	3.500.000,00
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados	3.500.000,00	3.500.000,00
	Depósitos recebidos de resseguradores		
	Outros		
3.2.6.; 3.4.1.; 20.2.	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	360.377,90	166.037,69
3.2.10.	Outros credores por operações de seguros e outras operações	1.902.253,27	220.315,58
	Contas a pagar por operações de seguro direto	716.615,63	121.370,72
	Contas a pagar por operações de resseguro	963,47	1.051,43
	Contas a pagar por outras operações	1.184.674,17	97.893,43
	Passivos por impostos	1.585.585,98	173.586,20
3.2.15.1.; 21.1.	Passivos por impostos correntes	1.416.546,14	173.586,20
3.2.15.2; 21.2.	Passivos por impostos diferidos	169.039,84	0,00
3.2.11.	Acréscimos e diferimentos	765.164,02	823.061,67
3.2.12.; 11.	Outras provisões		2.745,49
	Outros elementos do passivo		
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		
	TOTAL PASSIVO	197.598.280,81	183.367.582,58
CAPITAL PRÓPRIO			
22.	Capital	17.500.000,00	17.500.000,00
	(Ações próprias)		
	Outros instrumentos de capital		
23.	Reservas de reavaliação	-3.350.464,67	-7.563.331,29
	Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-3.350.464,67	-7.563.331,29
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		
	Por revalorização de outros ativos tangíveis		
	Por revalorização de ativos intangíveis		
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
	De diferenças de câmbio		
23.	Reserva por impostos diferidos	805.438,57	2.033.403,21
23.	Outras reservas	-4.630.439,93	-5.805.863,45
	Resultados transitados	32.763,69	32.763,69
24.	Resultado do exercício	1.409.538,87	1.175.423,52
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	11.766.836,53	7.372.395,68
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	209.365.117,34	190.739.978,26

		Exercício 2012				Exercício anterior (2011)
Notas do anexo	Conta de ganhos e perdas	Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
	Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	28.583.514,57	0,00		28.583.514,57	35.846.760,43
3.2.14.; 12.1.	Prêmios brutos emitidos	29.286.628,29			29.286.628,29	36.590.100,90
3.2.14.	Prêmios de resseguro cedido	734.606,82			734.606,82	719.745,75
	Provisão para prêmios não adquiridos (variação)	-23.397,61			-23.397,61	20.002,57
	Provisão para prêmios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	8.095,49			8.095,49	-3.592,15
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços				0,00	30,00
3.2.14.	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	36.316.280,22	0,00		36.316.280,22	43.793.013,88
	Montantes pagos	36.891.615,22	0,00		36.891.615,22	44.421.695,78
16.	Montantes brutos	37.371.642,98			37.371.642,98	45.192.508,75
	Parte dos resseguradores	480.027,76			480.027,76	770.812,97
	Provisão para sinistros (variação)	-575.335,00	0,00		-575.335,00	-628.681,90
	Montante bruto	-303.089,52			-303.089,52	-776.415,51
	Parte dos resseguradores	272.245,48			272.245,48	-147.733,61
	Provisão matemática do ramo Vida, líquida de resseguro (variação)	-4.969.208,98			-4.969.208,98	72.913,61
	Montante bruto	-4.969.208,98			-4.969.208,98	72.913,61
	Parte dos resseguradores	0,00			0,00	0,00
	Participação nos resultados, líquida de resseguro	310.451,27			310.451,27	388.780,60
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	-1.571.938,97			-1.571.938,97	-7.247.122,38
	Custos e gastos de exploração líquidos	3.565.117,12	0,00		3.565.117,12	3.556.552,79
3.2.14.; 13.; 16.	Custos de aquisição	2.674.904,59			2.674.904,59	2.787.099,54
	Custos de aquisição diferidos (variação)	17.609,93			17.609,93	-15.072,69
16.	Gastos administrativos	924.194,07			924.194,07	847.319,06
3.2.14.	Comissões e participação nos resultados de resseguro	51.591,47			51.591,47	62.793,12
14.2.1.	Rendimentos	8.728.528,46	0,00	0,00	8.728.528,46	7.891.246,23
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	8.711.440,79			8.711.440,79	7.857.198,53
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				0,00	
	Outros	17.087,67			17.087,67	34.047,70
14.2.2.	Gastos financeiros	1.354.752,05	0,00	0,00	1.354.752,05	791.988,32
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	183.918,70			183.918,70	212.588,77
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	925.137,48			925.137,48	282.724,00
16.	Outros	245.695,87			245.695,87	296.675,55

(continua)

		Exercício 2012				Exercício anterior (2011)
Notas do anexo	Conta de ganhos e perdas	Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
15.	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	645.767,73	0,00	0,00	645.767,73	-597.923,19
	De ativos disponíveis para venda	645.767,73			645.767,73	-597.923,19
	De empréstimos e contas a receber				0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade				0,00	0,00
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado				0,00	0,00
	De outros				0,00	0,00
15.	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	413.237,45	0,00	0,00	413.237,45	-218.211,93
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação				0,00	0,00
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	413.237,45			413.237,45	-218.211,93
	Diferenças de câmbio				0,00	0,00
	Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				0,00	0,00
	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	1.607.994,00	0,00	0,00	1.607.994,00	0,00
	De ativos disponíveis para venda	1.607.994,00			1.607.994,00	0,00
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado				0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade				0,00	0,00
	De outros				0,00	0,00
	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	119.127,55			119.127,55	108.963,60
11.	Outras provisões (variação)			-2.746,66	-2.746,66	-52.350,75
	Outros rendimentos/gastos			86.166,60	86.166,60	73.671,52
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas				0,00	0,00
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial				0,00	0,00
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda				0,00	0,00
	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	1.876.729,05	0,00	88.913,26	1.965.642,31	1.800.760,59
3.2.15.1.; 21.1.	Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos correntes			546.708,83	546.708,83	628.460,07
3.2.15.2.; 21.2.	Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos diferidos			9.394,61	9.394,61	-3.123,00
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.876.729,05	0,00	-467.190,18	1.409.538,87	1.175.423,52

Euros

Notas do anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Capital social	Reservas de reavaliação	Reserva por impostos diferidos
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	
22.2.	Balanco a 31 de dezembro 2011 (balanco de abertura)	17.500.000,00	-7.563.331,29	2.033.403,21
	Correções de erros (IAS 8) – Nota 35			
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8) – Nota 35			
22.2.	Balanco de abertura alterado	17.500.000,00	-7.563.331,29	2.033.403,21
	Aumentos/reduções de capital			
	Transação de ações próprias			
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos			
23.	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		4.212.866,62	-1.227.964,64
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de outros ativos tangíveis			
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de ativos intangíveis			
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa			
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira			
	Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio			
	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos			
23.	Aumentos de reservas por aplicação de resultados			
	Distribuição de reservas			
	Distribuição de lucros (prejuízos)			
	Alterações de estimativas contabilísticas			
23.	Outros ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no capital próprio			
	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas			
	Total das variações do capital próprio		4.212.866,62	-1.227.964,64
	Resultado líquido do exercício			
	Distribuição antecipada de lucros			
	Balanco a 31 de Dezembro 2012	17.500.000,00	-3.350.464,67	805.438,57

(continua)

Euros

(continuação)

Notas do anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Outras reservas		Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
		Reserva legal	Outras reservas			
22.2.	Balanco a 31 de dezembro 2011 (balanco de abertura)	160.562,46	-5.966.425,91	32.763,69	1.175.423,52	7.372.395,68
	Correções de erros (IAS 8) – Nota 35					
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8) – Nota 35					
22.2.	Balanco de abertura alterado	160.562,46	-5.966.425,91	32.763,69	1.175.423,52	7.372.395,68
	Aumentos/reduções de capital					
	Transação de ações próprias					
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos					
23.	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda					2.984.901,98
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio					
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de outros ativos tangíveis					
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de ativos intangíveis					
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa					
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira					
	Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio					
	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos					
23.	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	117.542,35	1.057.881,17		-1.175.423,52	
	Distribuição de reservas					
	Distribuição de lucros (prejuízos)					
	Alterações de estimativas contabilísticas					
23.	Outros ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no capital próprio					
	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas					
	Total das variações do capital próprio	117.542,35	1.057.881,17		-1.175.423,52	2.984.901,98
	Resultado líquido do exercício				1.409.538,87	1.409.538,87
	Distribuição antecipada de lucros					
	Balanco a 31 de Dezembro 2012	278.104,81	-4.908.544,74	32.763,69	1.409.538,87	11.766.836,53

				Euros
Notas do anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Capital social	Reservas de reavaliação	Reserva por impostos diferidos
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	
22.2.	Balanco a 31 de dezembro 2010 (balanco de abertura)	17.500.000,00	-8.064.494,34	2.058.988,23
	Correções de erros (IAS 8) – Nota 35			
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8) – Nota 35			
22.2.	Balanco de abertura alterado	17.500.000,00	-8.064.494,34	2.058.988,23
	Aumentos (reduções) de capital			
	Transação de ações próprias			
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos			
23.	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		501.163,05	-25.585,02
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de outros ativos tangíveis			
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de ativos intangíveis			
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa			
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira			
	Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio			
	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos			
23.	Aumentos de reservas por aplicação de resultados			
	Distribuição de reservas			
	Distribuição de lucros (prejuízos)			
	Alterações de estimativas contabilísticas			
23.	Outros ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no capital próprio			
	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas			
	Total das variações do capital próprio		501.163,05	-25.585,02
	Resultado líquido do exercício			
	Distribuição antecipada de lucros			
	Balanco a 31 de Dezembro 2011	17.500.000,00	-7.563.331,29	2.033.403,21

(continua)

						Euros
Notas do anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Outras reservas			Total	
		Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados		
22.2.	Balanco a 31 de dezembro 2010 (balanco de abertura)	-7.411.488,05	-32.686,51	1.605.624,60	5.655.943,93	
	Correções de erros (IAS 8) – Nota 35					
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8) – Nota 35					
22.2.	Balanco de abertura alterado	-7.411.488,05	-32.686,51	1.605.624,60	5.655.943,93	
	Aumentos (reduções) de capital					
	Transação de ações próprias					
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos					
23.	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda				475.578,03	
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio					
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de outros ativos tangíveis					
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de ativos intangíveis					
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa					
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira					
	Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio					
	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos			65.450,20	65.450,20	
23.	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	160.562,46	1.445.062,14			
	Distribuição de reservas					
	Distribuição de lucros (prejuízos)					
	Alterações de estimativas contabilísticas					
23.	Outros ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no capital próprio					
	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas					
	Total das variações do capital próprio	160.562,46	1.445.062,14	65.450,20	-1.605.624,60	
	Resultado líquido do exercício			1.175.423,52	1.175.423,52	
	Distribuição antecipada de lucros					
	Balanco a 31 de Dezembro 2011	160.562,46	-5.966.425,91	32.763,69	1.175.423,52	

O TOTAL DO ATIVO DO EXERCÍCIO DE 2012 FOI DE **209.770.241,68 (VALOR BRUTO)**

Notas do anexo	Demonstração do rendimento integral	Exercício 2012	Exercício anterior (2011)
24.;25.	Resultado líquido do exercício	1.409.538,87	1.175.423,52
	Outro rendimento integral do exercício	3.799.629,17	1.099.086,24
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	4.212.866,62	501.163,05
15.	Reclassificação de ganhos e perdas em resultados do exercício	413.237,45	-597.923,19
	Reconhecimento de impostos diferidos	-1.227.964,64	-25.585,02
	TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL LÍQUIDO DE IMPOSTOS	3.981.203,40	2.248.924,74

NOTAS AO BALANÇO
E CONTA DE GANHOS E PERDAS

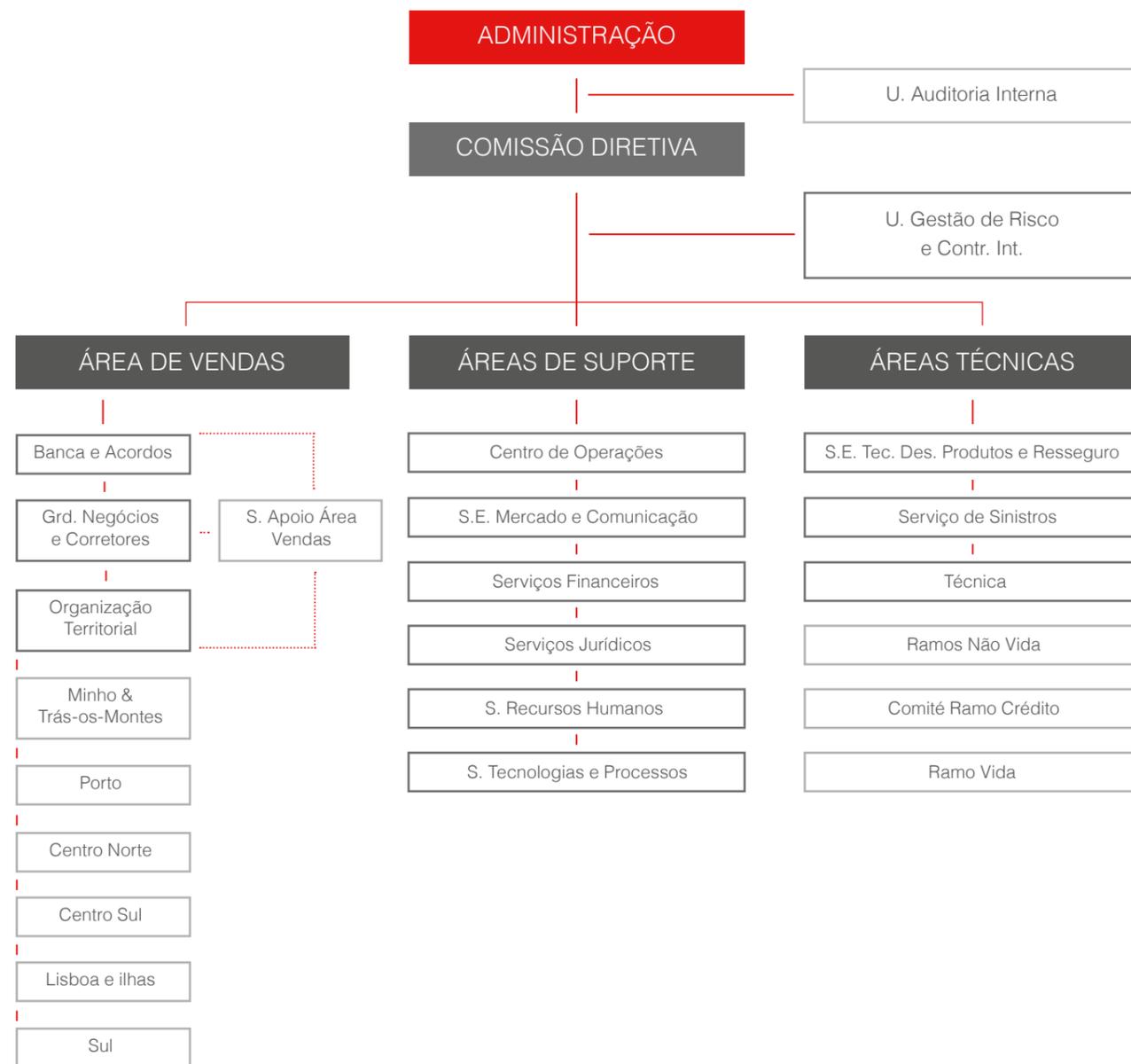
1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. A MAPFRE Seguros de Vida, S.A., foi constituída por escritura a 12 de agosto de 2009, com o capital social de 7.500.000,000 euros, detido na sua totalidade pela MAPFRE Seguros Gerais, S.A., formalmente constituída como seguradora através da Norma de Autorização n.º 1/2009-A do ISP.

Iniciou a atividade a 1 de janeiro de 2010 e adquiriu com efeito a 1 de janeiro de 2010, conforme escritura de cessão total, de 19 de julho de 2010, a carteira, os ativos e os passivos da Agência Geral em Portugal da MAPFRE Vida, Companhia de Seguros y Reaseguros sobre la Vida Humana, S.A.

A sociedade foi constituída em Portugal e o seu domicílio social encontra-se em Lisboa, na Rua Castilho, 52.

A MAPFRE dispõe de uma estrutura organizativa de acordo com o organigrama seguinte:



1.2. A MAPFRE Seguros de Vida, S.A., explora a totalidade dos Seguros de Vida e Seguros Ligados a Fundos de Investimento, definidos no Artigo 124.º do Decreto-Lei 94-B/98, e emitiu no ano de 2012 prémios de contratos de seguros no valor de 29,3 milhões de euros e contratos de seguro considerados para efeitos contabilístico como contratos de investimento no valor de 20,5 milhões de euros.

No relatório de gestão, elaborado pelos membros da administração, foram abordadas as conjunturas económica e de mercado em que a Companhia opera, efetuado um resumo da atividade desenvolvida em 2012, apresentados alguns indicadores de gestão que demonstram o comportamento das rubricas mais importantes do negócio e, por último, divulgado o plano estratégico da Companhia para o ano 2013, que continua a assentar em três pilares primordiais – Crescimento; Rentabilidade e Responsabilidade Empresarial.

1.3. As demonstrações financeiras da Companhia reportam-se aos exercícios findos em 2011 e 2012 e foram preparadas com base no regime contabilístico aplicado às empresas de seguros estipulado no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007, com as alterações introduzidas pela Norma Regulamentar n.º 22/2010-R, ambas do Instituto de Seguros de Portugal, exceto no que diz respeito à numeração das Notas, uma vez que foi atribuída uma numeração sequencial própria. Por não serem aplicáveis ou por irrelevância dos valores ou situações a reportar, algumas Notas não são referidas neste Anexo. O regime contabilístico aplicado acolheu, em termos genéricos, as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adotadas pela União Europeia nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005 com exceção da IFRS 4, da qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando a aplicar-se ao reconhecimento e mensuração dos passivos associados a contratos de seguros os princípios estabelecidos na legislação e regulamentação prudencial específica em vigor.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pela International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações do Internacional Financial Reporting Interpretation Comitee (IFRIC).

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 foram aprovadas pelo Conselho de Administração, estando no entanto pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. Não obstante este facto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem qualquer alteração.



2. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

2.1. Para efeitos de gestão, a Companhia está organizada por unidades de negócio baseadas nos tipos de produtos que explora, agrupados nos segmentos reportáveis de Rendias, Risco, Mistos, Universal Life, Capitalização e P.P.R.

A definição destes segmentos de negócios foi efetuada, tendo em conta a similitude da natureza dos riscos associados a cada produto explorado, a similaridade dos processos de exploração destes negócios e a organização e processos de gestão em vigor na Companhia.

Os riscos seguros estavam sediados em Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira e os prémios de contratos de seguros e de contratos de seguro considerados para efeitos contabilístico como contratos de investimento apresentavam, no exercício de 2012 e no exercício anterior, a seguinte composição por segmentos reportáveis:

Exercício de 2012						
Tipo de contrato (para efeitos contabilísticos)	Rendias	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	P.P.R.
Contratos de seguro	6%	12%	17%	6%	17%	42%
Contratos de investimento	0%	0%	0%	0%	0%	100%

Exercício de 2011						
Tipo de contrato (para efeitos contabilísticos)	Rendias	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	P.P.R.
Contratos de seguro	7%	9%	16%	0%	20%	48%
Contratos de investimento	0%	0%	0%	0%	0%	100%

2.2. Apresenta-se de seguida a Conta de Ganhos e Perdas por segmentos de negócio, evidenciando-se a sua ligação com a Conta de Ganhos e Perdas global da Companhia, para os exercícios de 2012 e 2011:

Exercício de 2012				
Conta de ganhos e perdas	Ramos Vida Global	Rendias, Risco, Mistos e U. Life	Capitalização	P.P.R.
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	28.583.514,57	11.299.275,04	5.052.832,57	12.231.406,96
Comissões de contratos de seguro contabilisticamente contabilizados como contratos de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Custos com sinistros líquidos de resseguro	36.316.280,22	11.654.115,12	9.570.703,65	15.091.461,45
Provisões matemáticas líquidas de resseguro	-4.969.208,98	-1.653.957,87	-1.908.402,95	-1.406.848,16
Participação nos resultados líquida de resseguro	310.451,27	0,00	0,00	310.451,27
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	-1.571.938,97	0,00	-1.571.938,97	0,00
Custos e gastos de exploração líquidos de resseguro	3.565.117,12	1.473.602,09	365.090,60	1.726.424,43
Rendimentos financeiros	8.728.528,46	2.680.872,25	996.800,81	5.050.855,40
Gastos financeiros	1.354.752,05	157.249,84	155.810,56	1.041.691,65
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	645.767,73	292.234,49	43.000,44	310.532,80
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	413.237,45	0,00	413.237,45	0,00
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	1.607.994,00	533.099,58	38.513,73	1.036.380,69
Outros rendimentos gastos técnicos líquidos de resseguro	119.127,55	27.007,00	10.509,16	81.611,39
Outras provisões (variação)	-2.746,66	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos/gastos	86.166,60	0,00	0,00	0,00
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	1.965.642,31	2.135.280,02	-133.396,19	-125.154,78
Imposto s/rendimento do exercício – Impostos correntes	546.708,83			
Imposto s/rendimento do exercício – Impostos diferidos	9.394,61			
RESULTADO DEPOIS DE IMPOSTOS	1.409.538,87	2.135.280,02	-133.396,19	-125.154,78

Exercício de 2011				
Conta de ganhos e perdas	Ramos Vida Global	Rendias, Risco, Mistos e U. Life	Capitalização	P.P.R.
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	35.846.760,43	10.912.264,53	7.347.792,42	17.586.703,48
Comissões de contratos de seguro contabilisticamente contabilizados como contratos de investimento	30,00	0,00	30,00	0,00
Custos com sinistros líquidos de resseguro	43.793.013,88	13.055.160,56	15.873.798,22	14.864.055,10
Provisões matemáticas líquidas de resseguro	-7.174.208,77	-3.449.272,46	-8.184.491,63	4.459.555,32
Participação nos resultados líquida de resseguro	388.780,60	0,00	0,00	388.780,60
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	0,00	0,00	0,00	0,00
Custos e gastos de exploração líquidos de resseguro	3.556.552,79	1.709.633,51	488.448,91	1.358.470,37
Rendimentos financeiros	7.891.246,23	2.573.930,23	1.076.480,43	4.240.835,57
Gastos financeiros	791.988,32	170.355,40	219.596,77	402.036,15
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-597.923,19	26.053,68	-23.984,34	-599.992,53
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-218.211,93	0,00	-218.211,93	0,00
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos gastos técnicos líquidos de resseguro	108.963,60	62.914,24	14.354,66	31.694,70
Outras provisões (variação)	-52.350,75			
Outros rendimentos/gastos	73.671,52			
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	1.800.760,59	2.089.285,67	-200.891,03	-213.656,32
Imposto s/rendimento do exercício – Impostos correntes	628.460,07			
Imposto s/rendimento do exercício – Impostos diferidos	-3.123,00			
RESULTADO DEPOIS DE IMPOSTOS	1.175.423,52	2.089.285,67	-200.891,03	-213.656,32

Nos exercícios de 2012 e de 2011, a totalidade da atividade desenvolvida pela Companhia foi realizada em território nacional, pelo que não é apresentada qualquer informação por segmento geográfico.

2.3. Não se apresenta o relato por segmentos das rubricas de balanço, dado que esta informação não é alvo de análise por parte da Companhia e nesse sentido não é regularmente preparada.

3. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

No exercício de 2012, as Demonstrações Financeiras foram preparadas em euros, exceto em algumas situações expressamente indicadas.

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade, tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas na base do custo histórico, exceto no que respeita aos ativos financeiros, que foram mensurados ao justo valor, pressupondo a continuação da atividade da Companhia.

As demonstrações financeiras da Companhia são integradas nas demonstrações financeiras do Grupo MAPFRE em Espanha, as quais podem ser obtidas no site www.mapfre.com.

3.2. BASES DE MENSURAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.2.1. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco insignificante de alteração de valor onde se incluem a caixa e disponibilidades em instituições de crédito. Todas as contas bancárias detidas pela Companhia correspondem a contas em euros.

3.2.2. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

3.2.2.1. RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO INICIAL DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros encontram-se classificados nas categorias de "Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas", "Ativos financeiros disponíveis para venda", "Empréstimos concedidos e contas a receber" e em "Investimentos a deter até à maturidade".

Os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor. Os custos diretamente imputados à transação são diretamente reconhecidos em resultados, na primeira categoria e acrescidos ao valor do ativo nas restantes.

3.2.2.2. MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

3.2.2.2.1. Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas

Esta categoria de ativos diz respeito aos ativos irrevogavelmente classificados no seu reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados.

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos afetos a produtos em que o risco é suportado pelos tomadores de seguro estão considerados ao justo valor e classificados como ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas.

3.2.2.2.2. Ativos financeiros disponíveis para venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação às necessidades de liquidez ou alterações da taxa de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado e que não tenham sido classificados nas outras categorias de ativos financeiros. Incluem títulos de dívida, instrumentos de capital e investimentos em unidades de participação de fundos de investimento mobiliário.

Após o reconhecimento inicial, cujo valor inclui os custos de transação diretamente relacionados com a sua aquisição, são subsequentemente avaliados ao justo valor, sem deduzir nenhum custo de transação em que se pudesse incorrer para a sua venda, sendo os respetivos ganhos e perdas refletidos na rubrica "Reservas de reavaliação" até à sua venda, momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas de ativos disponíveis para venda".

O custo de aquisição dos títulos de dívida é reajustado pelo método da taxa efetiva. A taxa efetiva é a taxa que desconta o valor de reembolso para o valor de aquisição. Este reajustamento traduz o reconhecimento da diferença entre o valor de aquisição e o valor de reembolso ao longo da vida remanescente do título. Os efeitos desses reajustamentos são diretamente registados em resultados, nas rubricas de "Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas" ou de "Gastos financeiros de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas".

Os juros relativos a instrumentos de dívida, classificados nesta categoria, são reconhecidos em "Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas".

Os dividendos de instrumentos de capital, classificados nesta categoria, são registados como ganhos na rubrica "Outros rendimentos", quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados, na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de ativos disponíveis para venda".

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

Para a identificação do justo valor dos títulos de rendimento variável e dos títulos de dívida cotados, a Companhia adota os dados de cotação da Bloomberg, do último dia do período de reporte.

Nos títulos de dívida, quando a cotação não é considerada suficientemente representativa, o justo valor determina-se através de um modelo de cálculo, considerado adequado a cada situação concreta. Na nota 6 detalham-se os procedimentos adotados pela Companhia com vista à aplicação desta metodologia.

3.2.2.2.3. Empréstimos concedidos e contas a receber/outras depósitos

A carteira de ativos registada em “Empréstimos concedidos e contas a receber/Outros depósitos” é constituída por depósitos a prazo junto de entidades bancárias, a curto prazo, geralmente inferiores a 180 dias e “Empréstimos sobre apólices”.

No reconhecimento inicial, estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente imputáveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva.

3.2.2.2.4. Investimentos a deter até à maturidade

São classificados nesta categoria os ativos sobre os quais existe uma intenção e capacidade financeira de manutenção em carteira até ao seu vencimento.

Após o reconhecimento inicial, cujo valor inclui os custos de transação diretamente relacionados com a sua aquisição, são subsequentemente valorizados pelo método da taxa efetiva. A taxa efetiva é a taxa que desconta o valor de reembolso para o valor de aquisição. Este reajustamento traduz o reconhecimento da diferença entre o valor de aquisição e o valor de reembolso ao longo da vida remanescente do título. Os efeitos desses reajustamentos são diretamente registados em resultados, nas rubricas de “Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas” ou de

“Gastos financeiros de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”.

Os juros relativos a instrumentos de dívida, classificados nesta categoria, são reconhecidos em “Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de investimentos a deter até à maturidade”.

Nos títulos de dívida, quando a cotação não é considerada suficientemente representativa, o justo valor determina-se através de um modelo de cálculo, considerado adequado a cada situação concreta. Na nota 6 detalham-se os procedimentos adotados pela Companhia com vista à aplicação desta metodologia.

3.2.2.2.5. Imparidade dos ativos financeiros

A Companhia efetua periodicamente e por cada um dos ativos financeiros que fazem parte das demonstrações financeiras testes de imparidade.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para gastos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversões) de ativos disponíveis para venda”.

A Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital, entre os quais:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado; e
- Um declínio prolongado ou significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital valorizado ao justo valor não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas em “Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros”.

A valorização é corrigida, com efeito, em resultado quando existe evidência objetiva de algum evento que suponha um impacto significativo nos fluxos futuros ou na recuperação do valor contabilizado.

Constituem evidências de imparidade as seguintes situações:

Nos títulos de rendimento fixo:

- Dificuldades financeiras importantes por parte do emissor;
- Incumprimento dos termos contratuais;
- Probabilidade manifesta de insolvência; e
- Existência de um padrão histórico de comportamento que indique a impossibilidade de recuperar o valor completo da carteira de ativos.

Nos títulos de rendimento variável:

- Desvalorização continuada quando esta se verifica por mais de 18 meses ou desvalorização de valor significativo quando esta for superior a 40%.

Uma vez que a IAS 39, a respeito do reconhecimento de imparidade, se limita a enunciar princípios e a indicar possíveis indícios, nos quais se inclui “um declínio significativo ou prolongado no justo valor de um investimento num instrumento de capital próprio abaixo do seu custo”, a MAPFRE adota aqueles parâmetros considerando que traduzem a substância deste preceito e tendo em conta os seguintes aspetos:

- Serem consistentes com os critérios definidos internacionalmente para o Grupo MAPFRE;
- A necessidade de considerar um tempo suficiente para atenuar os efeitos de volatilidades anormais de mercado; e

- O facto da sua política de investimentos privilegiar instrumentos de capital de elevada qualidade creditícia.

A MAPFRE decidiu manter os mesmos parâmetros em referência às contas do ano 2012 com base nos comentários emitidos em julho de 2009 pelo IFRIC, segundo a qual esta entidade reconhece que:

- A determinação de um declínio significativo ou prolongado requer a aplicação de julgamento, o qual deve ter por base normas internas e ser aplicado de forma consistente;
- Existem práticas diversas, motivo pelo qual o IASB decidiu acelerar o projeto de substituição da IAS 39; e
- Não ser oportuno tomar uma posição imediata sobre o assunto.

3.2.3. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Os ativos tangíveis, exceto terrenos e edifícios, estão valorizados ao custo de aquisição. As amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), a taxas calculadas para que o valor dos ativos seja amortizado durante a sua vida útil estimada.

Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em ganhos e perdas do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

Os elementos tangíveis são anulados da contabilidade em caso de venda ou quando já não

se espera obter benefícios económicos futuros derivados da sua utilização. Nestes casos, as perdas ou ganhos daí derivados são contabilizados na conta de resultados do exercício de ocorrência.

3.2.4. OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Encontram-se registados ao custo de aquisição e as amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), para que o valor do ativo seja amortizado durante a sua vida útil estimada de três anos.

3.2.5. PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO

As provisões técnicas de resseguro cedido correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades da Companhia e são calculadas de acordo com os mesmos critérios do seguro direto, que se detalham na alínea 3.2.8. e de acordo com as condições dos contratos em vigor, conforme se detalha na nota 4.

3.2.6. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

3.2.6.1. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO – RESPONSABILIDADES COM PENSÕES:

a) Plano de contribuição definida

Encontram-se abrangidos por este plano todos os trabalhadores que aderiram ao Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora que entrou em vigor no dia 15/1/2012.

A contribuição anual para este plano é efetuada nos termos da cláusula 48.^a do referido Contrato, sendo contabilizada como custo do exercício, na conta de ganhos e perdas.

b) Planos de benefício definido

Encontram-se abrangidos por este plano os trabalhadores não aderentes ao contrato Cole-

tivo de Trabalho da Atividade Seguradora que entrou em vigor no dia 15/1/2012 e que, naquela data, cumpriam as condições previstas no Capítulo V do Contrato Coletivo de Trabalho que esteve em vigor até aí.

O valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados derivadas desse plano obedece ao estipulado na cláusula 56.^a do Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora que esteve em vigor até 14/1/2012, sendo o valor atual dessas responsabilidades determinado anualmente nos termos da IAS 19, pelo método de valorização atuarial da Unidade de Crédito Projetada e tendo por base pressupostos atuariais considerados adequados, que se detalham na Nota 20.

Esse valor encontra-se garantido através de apólices cujos contratos foram efetuados na própria Companhia e consideradas não elegíveis nos termos da IAS 19. Em consequência, o valor atual das responsabilidades é refletido no passivo e o justo valor dos ativos é refletido no ativo.

Os ganhos e perdas decorrentes das diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores reais, no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado das apólices, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais, são anualmente reconhecidos na conta de ganhos e perdas. De igual forma, o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado dos ativos é refletido na conta de ganhos e perdas do exercício.

3.2.6.2. PRÉMIO DE PERMANÊNCIA

As responsabilidades decorrentes do n.º 2 da cláusula 41.^a do Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora em vigor desde 15/1/2012 são calculadas anualmente utilizando o método *pro rata temporis*, em função da data em que o pagamento será devido a cada trabalhador, sendo o custo do exercício reconhecido na conta de ganhos e perdas.



3.2.6.3. BENEFÍCIOS DE CURTO PRAZO

Os benefícios de curto prazo (vencíveis num período inferior a doze meses) são, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, refletidos em rubricas apropriadas de ganhos e perdas no período a que respeitam.

3.2.7. OUTROS DEVEDORES

A valorização destes ativos realiza-se ao custo histórico líquido dos ajustamentos efetuados nos termos de normas específicas do ISP sobre recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa – créditos já vencidos em mora sem garantia real sobre os mesmos.

A imparidade, no que respeita aos recibos pendentes de cobrança, destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor provável de realização e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média, correspondente à taxa da receita líquida da Companhia, aos recibos com cobranças em atraso nos termos definidos na Norma 13/2000-R do ISP.

3.2.8. PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGURO DIRETO

3.2.8.1. PROVISÃO MATEMÁTICA

A provisão matemática é calculada, apólice por apólice, segundo o método atuarial prospectivo que, tendo em atenção os prémios futuros a receber, tem em consideração todas as obrigações futuras, de acordo com as condições de cada um dos contratos.

A base de cálculo é o prémio de inventário correspondente ao exercício, constituído pelo prémio puro mais os encargos de gestão, ambos determinados utilizando as melhores estimativas de mortalidade, rendimentos dos investimentos e gastos de gestão no momento da emissão dos contratos. Estas bases técnicas são divulgadas nos prospetos dos produtos e mantêm-se inalteráveis durante todo o período de vigência do contrato.

Os cálculos da provisão matemática são efetuados com base em pressupostos atuariais aprovados pelo Instituto de Seguros de Portugal.

3.2.8.2. PROVISÃO PARA SINISTROS

3.2.8.2.1. Sinistros conhecidos e pendentes de liquidação

Esta provisão corresponde ao valor dos sinistros ocorridos e ainda por liquidar. Estão incluídos nesta provisão nomeadamente os valores correspondentes aos vencimentos de contratos já vencidos, mas não liquidados, e aos sinistros de morte ou invalidez, enquanto decorre a tramitação processual do sinistro.

3.2.8.2.2. Sinistros pendentes de declaração (IBNR)

Nesta rubrica é registado o valor das responsabilidades provenientes de sinistros já ocorridos, mas não declarados à data de encerramento das contas.

3.2.8.3. PROVISÃO PARA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

3.2.8.3.1. Provisão para participação nos resultados atribuída

Esta provisão corresponde aos montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários de contratos, a título de participação nos resultados, para distribuição posterior.

3.2.8.3.2. Provisão para participação nos resultados a atribuir

Corresponde às mais-valias potenciais dos investimentos afetos a seguros de Vida com participação nos resultados, na parte que seja atribuível ao tomador do seguro ou beneficiário do contrato.

3.2.8.4. PROVISÃO PARA PRÉMIOS NÃO ADQUIRIDOS DO SEGURO DIRETO E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

A provisão para prémios não adquiridos inclui a parte dos prémios brutos emitidos, relativamente a cada um dos contratos em vigor, a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes. Esta provisão é apurada de acordo com o método *pro rata temporis* e destina-se a garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos deles resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro.

A provisão registada no balanço encontra-se deduzida dos custos de aquisição imputados a exercícios seguintes, na mesma proporção da especialização dos prémios e até ao limite de 20% do montante dos prémios diferidos por cada um dos ramos.

3.2.8.5. PROVISÃO TÉCNICA RELATIVA A SEGUROS DE VIDA EM QUE O RISCO DE INVESTIMENTO É SUPOSTADO PELO TOMADOR DE SEGURO

As provisões dos seguros de Vida em que contratualmente se estipulou que o risco do investimento é suportado integralmente pelo tomador do seguro são calculadas apólice por apólice e o seu valor é encontrado em função dos ativos especificamente afetos para determinar o valor dos direitos.

3.2.9. PASSIVOS FINANCEIROS

A única classe de passivo financeiro registado nesta rubrica é relativa à componente de depósito de contratos de seguros que não estão no âmbito da IFRS 4. Esta componente de depósito é contabilizada como contrato de investimento de acordo com a IAS 39 e encontra-se valorizada ao custo amortizado.

3.2.10. OUTROS CREDORES

A valorização efetua-se ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Tratando-se de dívidas com vencimento superior a um ano, sem que as partes tenham acordado expressamente a taxa de juro aplicável, descontam-se tomando a taxa de juro vigente de títulos de dívida pública de prazo similar ao vencimento das mesmas, sem prejuízo de se considerar um prémio de risco.

3.2.11. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

O princípio geral de reconhecimento de ganhos e gastos é o critério económico, segundo o qual a imputação de ganhos e gastos é efetuada em função do usufruto real de bens e serviços, independentemente do momento em que se efetue o pagamento.

A rubrica de acréscimos e diferimentos destina-se a permitir o registo dos gastos e dos rendimentos nos exercícios a que respeitam.

No ativo registam-se os rendimentos que respeitam ao exercício, mas cuja receita só se obtém em exercícios posteriores, bem como as despesas contabilizadas no exercício cujo gasto respeite a exercícios posteriores.

No passivo incluem-se os rendimentos obtidos no exercício, mas imputáveis a exercícios posteriores, bem como os gastos correspondentes ao exercício, mas cujas despesas terão lugar em exercícios posteriores.

3.2.12. OUTRAS PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

3.2.13. IMPUTAÇÃO DE GASTOS POR FUNÇÕES E POR SEGMENTOS

Os custos e gastos são, em primeiro lugar, registados por natureza, sendo posteriormente imputados por funções e adicionalmente imputados, também, por grupos de ramos.

As funções consideradas no âmbito desta imputação são a função de gestão dos sinistros, a função de aquisição de negócios, a função de administração e a função de gestão de investimentos.

São apresentados na nota 16 os critérios adotados pela Companhia na determinação destas imputações

3.2.14. RECONHECIMENTO DE GANHOS E PERDAS EM CONTRATOS DE SEGUROS

Os prêmios de contratos anuais renováveis de Vida são reconhecidos como ingresso durante o período de vigência dos mesmos, em função do tempo decorrido. A periodização dos prêmios é efetuada através da constituição da provisão para prêmios não adquiridos.

Os prêmios de Vida a longo prazo, tanto os prêmios únicos como os periódicos, são reconhecidos quando surge o direito da cobrança por parte da Companhia.

Os prêmios correspondentes ao resseguro cedido são registados em função dos contratos de resseguro subscritos e com os mesmos critérios utilizados para o seguro direto.

As comissões, tanto de seguro direto, como resseguro cedido, acompanham a contabilização dos prêmios.

Os custos com os sinistros do seguro direto, e do resseguro cedido, em resultado dos critérios de provisionamento de sinistros descritos nas alíneas 3.1.8.2. e 3.2.5. anteriores, são reconhecidos na data de ocorrência dos sinistros.

3.2.15. IMPOSTOS

Os impostos sobre os lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos e são refletidos na conta de ganhos e perdas do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda ou terrenos). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício, sendo posteriormente reconhecidos em resultado no momento em que forem reconhecidos os ganhos e perdas que lhe deram origem.

3.2.15.1. IMPOSTOS CORRENTES

Os impostos correntes são apurados com base no lucro tributável de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada. A determinação dos impostos sobre os lucros requer um conjunto de interpretações e estimativas que podem resultar num nível diferente de imposto, consoante a interpretação.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, a Autoridade Tributária tem a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos. Desta forma,

é possível existirem correções à matéria coletável, resultante principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia de que não haverá correções aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.2.15.2. IMPOSTOS DIFERIDOS

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar ou a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

São registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Apenas são registados ativos por impostos diferidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros, que permitam a utilização das correspondentes diferenças temporárias dedutíveis ou reporte de prejuízos fiscais. Não são registados ativos por impostos diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados, com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

3.2.16. TRANSAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros às taxas de câmbio de referência do Banco Central Europeu na data de referência do Balanço.

Os itens não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na conta de ganhos e perdas, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do ativo.

3.2.17. CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS

A Companhia emite contratos com risco de seguro e/ou risco financeiro. A classificação dos contratos tem por base o estipulado na IFRS 4, ou seja, existência de transferência de risco do segurado para a seguradora e de participação nos resultados discricionária.

Nos produtos em que são observadas as condições acima descritas, os prémios brutos emitidos relativos a esses contratos são registados como proveito na conta de ganhos e perdas, na rubrica “Prémios brutos emitidos”, tendo em conta o princípio da especialização dos exercícios, através da contabilização dos prémios diferidos na rubrica “Provisão para prémios não adquiridos (variação)”.

Nos restantes produtos, os valores entregues assumem a forma de uma responsabilidade financeira e são registados no passivo, na rubrica “Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento”. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado.

3.2.18. RESSEGURO

Os valores provenientes da aplicação dos contratos de resseguro são registados de acordo com a sua natureza, conforme o estipulado no “Plano de contas para as empresas de seguros”.

3.2.19 PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A participação nos resultados atribuída é calculada de acordo com o plano de participação nos resultados de cada modalidade e registada no passivo na rubrica “Provisão para participação nos resultados atribuída”. Normalmente, é distribuída no início do exercício seguinte por incorporação nas provisões matemáticas, dos contratos em vigor a 31 de dezembro do exercício anterior.

A participação nos resultados a atribuir refere-se aos ganhos e perdas potenciais dos ativos financeiros afetos aos fundos autónomos pertencentes a cada modalidade ou grupos de modalidades, desde que esses ganhos e perdas sejam positivos. O cálculo é efetuado como o descrito no parágrafo anterior e o seu valor registado no passivo, na rubrica “Provisão para participação nos resultados a atribuir”.

3.3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.3.1 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES APLICÁVEIS AO EXERCÍCIO DE 2012

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), verificaram-se emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2012, as quais não tiveram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. Na Nota 30.1. encontram-se sumarizadas as novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício de 2012.

3.4. ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS CRÍTICAS E ASPETOS DE JULGAMENTOS MAIS RELEVANTES NA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Na aplicação das políticas contabilísticas descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Companhia. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras incluem:

3.4.1. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Conforme descrito na alínea 3.2.6.1. das bases de mensuração e políticas contabilísticas, as responsabilidades da Companhia por benefícios pós-emprego, planos de benefício definido, são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais de acordo com a melhor estimativa da Companhia e dos seus atuários relativamente à evolução e comportamento futuro destas variáveis.

3.4.2. DETERMINAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES POR CONTRATOS DE SEGUROS

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos

descritos nas alíneas 3.2.8. e 3.2.9. das bases de mensuração e políticas contabilísticas e na Nota 4.

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores, a verificar-se, virem a ser diferentes das estimativas reconhecidas em balanço.

No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas refletem de forma adequada a melhor estimativa nesta data das responsabilidades a que a Companhia se encontra obrigada.

3.4.3. PERDAS POR IMPARIDADE DE DETERMINADOS ATIVOS

A Companhia reconhece as perdas por imparidade dos seus ativos, nomeadamente no que respeita aos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, de acordo com as suas melhores estimativas. Contudo, poderão vir efetivamente a verificar-se valores diferentes dos reconhecidos contabilisticamente.

3.4.4. IMPOSTOS DIFERIDOS

São reconhecidos impostos diferidos quando:

- As quantias dos componentes dos resultados líquidos do exercício não coincidam com as correspondentes quantias relevantes para determinação do imposto liquidado com referência ao período e as diferenças entre aquelas quantias sejam temporárias e reversíveis em período posterior, ou decorram da extinção ou reversão daquelas diferenças – determinantes tanto de passivos por impostos diferidos como de ativos por impostos diferidos;
- Existem “prejuízos fiscais” – a que, em certas condições, possam ficar associados ativos por impostos diferidos; e
- As variações de justo valor, geradoras de aumentos ou diminuições de capital próprio em que o valor contabilístico reavaliado dos elementos patrimoniais seja superior ou inferior ao inerente valor relevante ao cálculo do imposto – geradores de um passivo por impostos diferidos ou ativo por impostos diferidos, respetivamente.

OS TRÊS PILARES
PRIMORDIAIS
DA COMPANHIA:
**CRESCIMENTO,
RENTABILIDADE E
RESPONSABILIDADE
EMPRESARIAL**

4. NATUREZA E EXTENSÃO DAS RUBRICAS E DOS RISCOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGUROS E ATIVOS DE RESSEGURO

4.1. IDENTIFICAÇÃO E EXPLICAÇÃO DAS QUANTIAS INDICADAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO

a) Políticas contabilísticas adotadas relativamente a contratos de seguro

As políticas contabilísticas adotadas relativamente a contratos de seguro são descritas no ponto 3.2.14.

b) Processos usados na determinação dos pressupostos que tiveram maior efeito na mensuração das quantias indicadas nas demonstrações financeiras:

- Provisão matemática

As provisões matemáticas correspondem à diferença entre o valor atuarial estimado dos compromissos da Companhia, incluindo as participações nos resultados já atribuídas, e o valor atuarial dos prémios futuros.

As provisões matemáticas são calculadas apólice a apólice, através de métodos atuariais prospectivos, em conformidade com as bases técnicas das respetivas modalidades.

As regras de provisionamento aplicadas têm em conta os princípios da prudência, no que respeita às taxas técnicas utilizadas e o controle de eventuais riscos de mortalidade através da utilização de tábuas mais ajustadas.

A Companhia aplica no momento da contratação e para efeitos do cálculo do valor do prémio, as bases técnicas que se mostram mais ajustadas ao tipo de produto, são chamadas bases técnicas iniciais (BTI). No decorrer do contrato, e sempre que se comprove essa necessidade, essas bases técnicas são modificadas e dão lugar às bases técnicas contabilísticas (BTC), a partir das quais se passam a registar as responsabilidades no âmbito desta provisão.

As tábuas de mortalidade e as taxas técnicas de juro utilizadas no cálculo das provisões matemáticas são as seguintes:

Modalidade	Taxa técnica	Tábua mortalidade
SEGUROS NÃO LIGADOS A FUNDOS DE INVESTIMENTO		
Rendas		
Renda Vitalícia	De 2,25% a 4,90%	GRM95 e GRF95 Modificadas
Renda Vitalícia com Reembolso	De 2,25% a 4,90%	GRM95 e GRF95 Modificadas
Renda Vitalícia Reversível	De 4,00% a 5,00%	GRM95 e GRF95 Modificadas
Renda Temporária	De 2,25% a 3,00%	GRM95 e GRF95 Modificadas
Vida Inteira e Mistos		
Vida Inteira		
Vida Inteira	4,00%	GKM80
	3,00%	GKF80 Modificada
Mistos		
Quatrum	4,00%	GKM80
	4,00%	GKM80
Reforma Assegurada	De 2,25% a 3,00%	GKM95
	De 3,00% a 4,00%	GKM80
Futuro Jovem Garantido	De 2,25% a 3,00%	GKM95
	De 3,00% a 4,00%	GKM80
Seguro Reforma Completo	De 2,25% a 3,00%	GKM95
Plano Poupança Criança Futuro	2,25%	GKM95
Temporários		
Temporário		
	4,00%	GKM 80
Temporário	De 3,00% a 4,00%	GKM80 e GKF80 Modificadas
	De 2,25% a 3,00%	GKF95 e GKM95
MAPFRE Proteção Pessoal	2%	GKM95 Modificada
Temporário Anual Renovável		
	4,00%	GKM 80
MAPFRE Proteção Vida	De 3,00% a 4,00%	GKM80 e GKF80 Modificadas
	De 2,25% a 3,00%	GKF95 e GKM95
	De 2,25% a 2,50%	GKM95 e GKF95 Modificadas
	De 2,25% a 3,00%	GKF95 e GKM95
MAPFRE Proteção Vida – duas cabeças	De 2,25% a 2,50%	GKM95 e GKF95 Modificadas
MAPFRE Prestígio Vida	2,25%	GKM95 e GKF95 Modificadas
PRM Estrela	2,25%	GKF95 e GKM95
	2,25%	GKM95 e GKF95 Modificadas
TAR – Coletivo	De 3,00% a 4,00%	GKM80 Modificada
	De 2,25% a 2,50%	GKM95 e GKF95 Modificadas
Auto Vida Express	2,25%	GKF95 e GKM95
TAR – Cover	2,25%	GKF95 e GKM95
TAR – Broker	2,25%	GKF95 e GKM95
Proteção El Corte Inglés	2,25%	GKM95 e GKF95 Modificadas
TAR Proteção Especial Corte Inglés	2,25%	GKM95 e GKF95 Modificadas
TAR Executive	2,25%	GKM95 e GKF95 Modificadas

Modalidade	Taxa técnica	Tábua mortalidade
CAPITAIS DIFERIDOS		
Reforma Flexível	De 2,25% a 4,00%	GKM95
Milhão Vida	De 1,20% a 4,90%	GKM95
Invida	De 2,25% a 4,00%	GKM95
	3,00%	GRM80 Modificada
Invida (coletivo)	De 2,25% a 4,50%	GKM95
MAPFR'INVEST 2010	3,30%	GKM95
MAPFR'INVEST 2011	3,50%	GKM95
P.P.R. Pré Reforma MAPFRE	De 2,25% a 4,00%	GKM95
Reforma Garantida MAPFRE PPR	De 2,25% a 4,00%	GKM95
Postal PPR Seguro	3,00% + 2,25% após 1 ano	GKM95
P.P.R. Postal Mealheiro	3,80% + 2,50% após 1 ano	GKM95
P.P.R. Postal Mealheiro ed. Especial	4,5% + 3,0% do 2.º ao 5.º ano + 2,5% após 5.º ano	GKM95
P.P.R. Sénior	3,50%	GKM95
P.P.R. Super 3	3,00% + 2,25% após 5 anos	GKM95
P.P.R. Garantido 5+	3,90% + 2,25% após 5 anos	GKM95
P.P.R. Plano a	3,80% + 2,50% após 1 ano	GKM95
P.P.R. Vital	3,70% + 2,25% após 5 anos	GKM95
P.P.R. Master 3.6	3,60% + 2,25% após 5 anos	GKM95
P.P.R. Futuro +	3,75% - 1 ano + 3,50% - 4 anos + 2,25% após 5 anos	GKM95
Universal Life		
Universal Life AG	De 2,25% a 3,00%	GKM96
Escolha Segura	2,50%	GKM95 Modificada
Mealheiro MAPFRE	2,50%	GKM95 Modificada
Plano Indivi. Proteção/Reforma	2,50%	GKM95 Modificada
Seguros Ligados a Fundos de Investimento		
Sem Risco de Investimento		
Tripla Ação	2,03%	GKM95
Com Risco de Investimento		
MAPFREINVEST	De 3,20% a 4,40%	GKM95
MAPFRE Garantia	De 2,25% a 2,50%	GKM96
MAPFRE Rendibilidade Total	De 2,25% a 2,50%	GKM97

O valor da provisão matemática referente ao seguro direto apresenta, para os exercícios de 2012 e de 2011, a seguinte composição por famílias de produtos:

Exercício de 2012				
Prov. matemática – Seguro Directo	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos de seguros				
Rendas	10.033.862,98	1.634.523,99	0,00	11.668.386,97
Risco	99.977,94	0,00	20.967,28	79.010,66
Mistos	37.305.848,09	0,00	4.927.737,63	32.378.110,46
Capitalização	17.882.874,56	0,00	1.908.402,95	15.974.471,61
P.P.R.	81.566.277,88	0,00	1.035.483,34	80.530.794,54
Universal Life	0,00	1.660.223,05	0,00	1.660.223,05
TOTAL	146.888.841,45	3.294.747,04	7.892.591,20	142.290.997,29

Exercício de 2011				
Prov. matemática – Seguro Directo	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos de seguros				
Rendas	7.785.623,23	2.248.239,75	0,00	10.033.862,98
Risco	137.775,17	0,00	37.797,23	99.977,94
Mistos	42.965.563,07	0,00	5.659.714,98	37.305.848,09
Capitalização	18.820.243,81	0,00	937.369,25	17.882.874,56
P.P.R.	76.950.627,71	4.615.650,17	0,00	81.566.277,88
Universal Life	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	146.659.832,99	6.863.889,92	6.634.881,46	146.888.841,45

- Provisão para sinistros

O Anexo 2 a estas Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas explicita os reajustamentos efetuados no exercício de 2012, respetivamente, aos custos com sinistros de exercícios anteriores.

- Provisão para participação nos resultados atribuída

Nos quadros seguintes demonstra-se a movimentação referente à Participação nos Resultados no exercício de 2012 e 2011:

Exercício de 2012				
Participação nos resultados atribuída	Saldo inicial	Atribuída	Distribuída	Saldo final
Modalidade				
Mistos	0,00	138.134,00	0,00	138.134,00
PPR PRE Reforma MAPFRE	1.900,25	29,59	1.900,25	29,59
Reforma Garantida MAPFRE PPR	295.246,07	142.550,29	295.246,07	142.550,29
PPR Plano A	9.616,93	8.180,98	0,00	17.797,91
Universal Life AG	11.104,24	1.987,54	11.104,24	1.987,54
Postal PPR Seguro	70.913,11	19.568,87	63.114,26	27.367,72
TOTAL	388.780,60	310.451,27	371.364,82	327.867,05

Exercício de 2011

Participação nos resultados atribuída	Saldo inicial	Atribuída	Distribuída	Saldo final
Modalidade				
Mistos	-	-	-	-
PPR PRE Reforma MAPFRE	6.554,71	1.900,25	6.554,71	1.900,25
Reforma Garantida MAPFRE PPR	95.962,81	295.246,07	95.962,81	295.246,07
PPR Plano A	0,00	9.616,93	0,00	9.616,93
Universal Life AG	37.686,42	11.104,24	37.686,42	11.104,24
Postal PPR Seguro	15.890,91	70.913,11	15.890,91	70.913,11
TOTAL	156.094,85	388.780,60	156.094,85	388.780,60

A participação nos resultados atribuída corresponde aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros, de acordo com o plano de participação nos resultados de cada modalidade. A participação nos resultados foi distribuída por incorporação nas provisões matemáticas.

- Provisão para prémios não adquiridos

A variação dos prémios não adquiridos no seguro direto e no resseguro cedido e a variação dos custos de aquisição diferidos relativamente ao seguro direto são apresentadas em rubricas específicas da conta de ganhos e perdas. A variação dos custos de aquisição diferidos relativamente ao resseguro cedido está incluída na conta de ganhos e perdas na rubrica de "Comissões e participação nos resultados de resseguro".

- Provisão técnica relativa a seguros de Vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro

As provisões dos seguros de Vida em que contratualmente se estipulou que o risco do investimento é suportado integralmente pelo tomador do seguro são calculadas apólice por apólice e o seu valor é encontrado em função dos ativos especificamente afetos para determinar o valor dos direitos.

- c) Reconciliação dos passivos resultantes de contratos de seguro e dos ativos resultantes de contratos de resseguro para os exercícios de 2012 e de 2011 – Provisões Técnicas:

Exercício de 2012

Prov. técnicas – Seguro Directo	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos de seguros				
Provisão matemática	146.888.841,45	0,00	4.597.844,16	142.290.997,29
Provisão para sinistros	6.492.371,59	0,00	303.089,52	6.189.282,07
Prestações	6.476.377,65	0,00	302.530,73	6.173.846,92
IBNR	15.993,94	0,00	558,79	15.435,15
Provisão para participação nos resultados	388.780,60	3.202.744,32	0,00	3.591.524,92
Provisão para prémios não adquiridos	660.694,46	17.609,93	23.397,61	654.906,78
Prémios não adquiridos	757.518,88	0,00	23.397,61	734.121,27
Custos de aquisição diferidos	-96.824,42	17.609,93	0,00	-79.214,49
Provisão técnica de seguros de Vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	7.652.677,66	0,00	1.571.938,97	6.080.738,69
TOTAL	162.083.365,76	3.220.354,25	6.496.270,26	158.807.449,75

Exercício de 2011

Prov. técnicas – Seguro Directo	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos de seguros				
Provisão matemática	146.659.832,99	0,00	-229.008,46	146.888.841,45
Provisão para sinistros	7.268.787,10	-12.820,81	763.594,70	6.492.371,59
Prestações	7.239.972,35	0,00	763.594,70	6.476.377,65
IBNR	28.814,75	-12.820,81	0,00	15.993,94
Provisão para participação nos resultados	156.094,85	388.780,60	156.094,85	388.780,60
Provisão para prémios não adquiridos	655.764,58	0,00	-4.929,88	660.694,46
Prémios não adquiridos	737.516,31	0,00	-20.002,57	757.518,88
Custos de aquisição diferidos	-81.751,73	0,00	15.072,69	-96.824,42
Provisão técnica de seguros de Vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	14.899.800,04	0,00	7.247.122,38	7.652.677,66
TOTAL	169.640.279,56	375.959,79	7.932.873,59	162.083.365,76

Exercício de 2012

Prov. técnicas – Resseguro cedido	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos de seguros				
Provisão para sinistros	402.144,00	280.778,24	8.532,76	674.389,48
Prestações	386.149,06	280.778,24	0,00	666.927,30
IBNR	15.994,94	0,00	8.532,76	7.462,18
Provisão para prémios não adquiridos	109.436,59	86.063,31	76.675,37	118.824,53
Prémios não adquiridos	206.260,01	0,00	76.675,37	129.584,64
Custos de aquisição diferidos	-96.823,42	86.063,31	0,00	-10.760,11
TOTAL	511.580,59	366.841,55	85.208,13	793.214,01

Exercício de 2011

Prov. técnicas – Resseguro cedido	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Contratos de seguros				
Provisão para sinistros	549.877,61	6.399,81	154.133,42	402.144,00
Prestações	540.282,48	0,00	154.133,42	386.149,06
IBNR	9.595,13	6.399,81	0,00	15.994,94
Provisão para prémios não adquiridos	109.970,90	81.178,71	81.713,02	109.436,59
Prémios não adquiridos	125.081,30	81.178,71	0,00	206.260,01
Custos de aquisição diferidos	-15.110,40	0,00	81.713,02	-96.823,42
TOTAL	659.848,51	87.578,52	235.846,44	511.580,59

4.2. AVALIAÇÃO DA NATUREZA E EXTENSÃO DOS RISCOS ESPECÍFICOS DE SEGUROS

a) Objetivos, políticas e processos de gestão dos riscos resultantes de contratos de seguro e os métodos usados na gestão desses riscos.

A MAPFRE dispõe de um sistema de gestão de riscos, baseado na gestão integrada dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

No topo deste sistema encontra-se o Código de Bom Governo, que define as regras basilares a observar no que respeita à ética empresarial.

Em relação à estratégia, o respetivo plano anual é elaborado sob coordenação da área de Gestão de Risco e Controlo Interno, com a participação de todas as áreas de negócio, em função dos macro objetivos traçados pelo órgão de gestão (crescimento, contenção de custos e rentabilidade), facto que garante, desde logo, a implicação e a articulação entre todas as áreas e níveis da organização.

Cada área apresenta as suas propostas, identificando o seu enquadramento estratégico, os seus benefícios, o calendário de execução previsto, bem como os valores preliminares envolvidos, classificados por natureza.

Estas propostas são discutidas com o órgão de gestão. As que forem aprovadas são classificadas em projetos ou meras iniciativas, segundo a sua complexidade, seguindo-se um período em que são quantificadas detalhadamente.

O processo de orçamentação conta com a nomeação de um responsável por cada rubrica, segundo a sua natureza (prémios, resseguro, comissões e gastos gerais), assegurando, cada um deles, a quantificação dos valores de índole corrente e dos que resultam das iniciativas apresentadas no âmbito do plano estratégico.

Se uma iniciativa implica a quantificação de mais do que uma variável, o seu proponente articula-se com o responsável de cada uma delas.

A área Financeira garante a integração global dos diversos orçamentos inerentes às atividades, garantindo a sua consistência, acordando os ajustamentos que se revelem necessários com cada um dos responsáveis, os quais, por sua vez, se coordenam com os proponentes das iniciativas e dos projetos.

Na fase de execução, aquelas iniciativas que se classificaram como projetos seguem obrigatoriamente a Metodologia de Gestão de Projetos MAPFRE, que foi desenhada para assegurar a devida interligação entre as diversas áreas envolvidas, o controlo orçamental e a gestão dos riscos associados.

Esta metodologia obriga a uma pormenorizada definição do projeto, à sua aprovação pelo órgão de gestão e posterior nomeação de uma equipa de gestão, composta por um patrocinador, um chefe de projeto e colaboradores das áreas funcionais envolvidas, encontrando-se perfeitamente definidas as responsabilidades de cada um.

O acompanhamento da evolução dos projetos é efetuado através de relatórios de gestão quinzenais, da responsabilidade do chefe de projeto, e por reuniões do Comité de *Steering* respetivo, de cuja aprovação dependem eventuais alterações ao âmbito.

O acompanhamento global da execução do plano estratégico é coordenado pela área de Gestão de Risco e Controlo Interno, que obtém as evidências necessárias de cada área e elabora um documento resumo que é apresentado mensalmente ao órgão de gestão.

No que concerne à operativa diária da Companhia, ela assenta em fluxos de trabalho decorrentes de normas definidas, com base em políticas aprovadas e com o apoio de comités sectoriais, em função da sua natureza.

A mais importante dessas políticas é a de aceitação de riscos, cujas principais linhas são as seguintes:

- Observância de um princípio de diversificação, através da exploração dos diversos ramos, evitando concentrações excessivas em um ou alguns deles;



- Rigorosa seleção de riscos, classificando-os em três categorias: aceitação automática, condicionada e interdita;
- Grelha de autonomias, baseada nas competências e na experiência dos colaboradores, os quais procedem à sua aceitação formal;
- Minimização do risco através de contratos de resseguro adequados, revistos anualmente, onde as percentagens de retenção têm por base uma filosofia de prudência (por exemplo, o valor de exposição máxima ao risco catastrófico é de aproximadamente 1,7 milhões de euros, incluindo os custos de reposição);
- Seleção dos resseguradores em função do grau de qualidade creditícia mínima, sendo a referência o *rating A* da Standard & Poors;
- Controlo automático dos cúmulos de risco; e
- Minimização do risco através da partilha em regime de cosseguro, quando estão em causa capitais demasiado elevados.

Por sua vez, a política de gestão de sinistros privilegia a elevada velocidade de liquidação de sinistros e o controlo permanente dos custos médios de abertura e encerramento dos processos.

Estas políticas encontram-se vertidas em manuais operativos, dos quais destacamos os manuais de subscrição, resseguro e sinistros:

- O manual de subscrição contém todas as normas de aceitação de riscos, as tarifas aplicáveis, a cadeia de delegações e o controlo de cúmulos de risco;
- O manual de resseguro contém todas as políticas a seguir nesta área, nomeadamente o grau creditício dos resseguradores a observar; e
- O manual de sinistros contém todas as normas de valoração de sinistros e a definição dos planos de tramitação dos mesmos.

A fim de garantir a sua eficácia, a grande maioria das normas previstas nestes manuais encontra-se transposta para o funcionamento do sistema informático, através de um sistema de controlo técnico que impede a sua inobservância.

Os fluxos de trabalho são desenhados de forma a garantir a máxima eficácia e a minimização dos riscos, na estrita observância das políticas e normas aprovadas, contando com a intervenção da área de Gestão de Risco e Controlo Interno.

A monitorização dos riscos é efetuada através das mais diversas formas.

Desde logo, pelos comités operativos, os quais têm uma função de acompanhamento e, em certos casos, de decisão.

Os comités operativos existentes, bem como as suas atribuições mais importantes, são os seguintes:

- Comité comercial, no qual são discutidos os temas relacionados com a distribuição dos produtos e a organização da rede de vendas, nomeadamente a análise do cumprimento dos objetivos de vendas por ramos, a aprovação das condições económicas da rede de distribuição, a análise das campanhas comerciais e a aprovação da abertura de pontos de venda;
- Comité de sinistros, no qual se efetua o acompanhamento das variáveis mais importantes desta área, como é o caso, por exemplo, da eficiência na liquidação, dos custos médios e das valorações dos sinistros especiais;
- Comité de alterações, onde se atribui prioridades e se discutem as solicitações das diversas áreas aos Serviços de Tecnologias, articulando todas as áreas envolvidas; e
- Comité de riscos, em sede do qual se definem as normas de subscrição e respetivas delegações, se procede à aceitação dos riscos especiais e dos que se encontram fora das normas e se efetua um acompanhamento da suficiência técnica do negócio, a qual tem por base dois aspetos relevantes:
 - Certificação das provisões técnicas por atuários independentes;
 - Acompanhamento permanente da evolução da sinistralidade, através de matrizes por anos de desenvolvimento, com o conseqüente cálculo e imputação, através de métodos estatísticos, das provisões para sinistros não declarados no exercício (IBNR), para desvios na valoração dos sinistros declarados (IBNER) e para gastos de tramitação de sinistros, em função do número e vida média esperada destes.

Por outro lado, mensalmente, a área Financeira procede ao apuramento de resultados, elaborando as respetivas demonstrações (balanço e conta de resultados), bem como um relatório de reporte bastante detalhado, contendo uma análise da evolução das mais diversas variáveis e rácios (por exemplo, rácio de gastos, rácio combinado e taxa de rentabilidade financeira), o qual é analisado pelo órgão de gestão e disponibilizado a todas as áreas.

Finalmente, uma referência para o facto da política de remunerações da Companhia prever a atribuição de remunerações variáveis, indexadas ao desempenho relacionado com os aspetos anteriormente citados, a todos os colaboradores.

I) Sensibilidade ao risco do seguro

Para a atividade de Vida, o nível de sensibilidade mede-se em função do valor implícito (também chamado intrínseco), calculado de acordo com os princípios e metodologia estabelecidos no *European Embedded Value*. O valor implícito obtém-se adicionando ao património líquido ajustado o valor atual dos lucros futuros e subtraindo o valor temporal das garantias e opções e os custos friccionais dos capitais requeridos.

A metodologia para cálculo do valor implícito está baseada na avaliação de cada um dos componentes de risco do negócio de forma isolada e diferenciando entre a carteira existente e o novo negócio captado no ano.

Existe alguma sensibilidade dos resultados obtidos a alguns dos pressupostos usados, mais concretamente:

- Uma descida da rentabilidade dos ativos financeiros em um ponto percentual pode reduzir o EEV Ajustado, sobretudo pelo impacto que tem nos produtos financeiros e nas rendas vitalícias;
- Um aumento da mortalidade em cinco pontos percentuais teria um impacto muito significativo nos produtos de morte, podendo reduzir o EEV Ajustado apesar da compensação em sentido contrário nas rendas vitalícias; e
- O aumento das transferências e resgates dos produtos de morte e invalidez que o permitem em 5 pontos percentuais podem diminuir o EEV Ajustado.

Apresentamos abaixo o impacto percentual que as alterações aos pressupostos acima mencionados causariam no EEV Ajustado:

Exercício de 2012			
Varição	Produtos de Morte e Invalidez	Produtos Financeiros	Total
Menos 1 p.p. de rentabilidade financeira	26%	37%	-22%
Aumento da mortalidade em 5 p.p.	-18%	0%	-10%
Aumento das transferências e resgates em 5 p.p.	-30%	-1%	-16%

II) Concentração de risco

Uma das bases da política de subscrição é a diversificação de riscos que se consubstancia na exploração de várias modalidades de seguro, tanto de produtos de risco como de capitalização, bem como na manutenção de uma adequada estrutura de resseguro.

Milhares de euros

Exercício de 2012							
Rubrica	Rendas	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	P.P.R.	Total
Prémios brutos emitidos	1.949	3.369	5.011	1.673	5.053	12.231	29.287
Prémios de resseguro cedido	0	731	3		0	0	734
% Composição da carteira	6,7%	11,5%	17,1%	5,7%	17,3%	41,8%	100,0%
% Média de retenção	100,0%	78,3%	99,9%	100,0%	100,0%	100,0%	97,5%

Milhares de euros

Exercício de 2011							
Rubrica	Rendas	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	P.P.R.	Total
Prémios brutos emitidos	2.521	3.378	5.757	0	7.348	17.587	36.590
Prémios de resseguro cedido	0	717	3	0	0	0	720
% Composição da carteira	6,9%	9,2%	15,7%	-	20,1%	48,1%	100,0%
% Média de retenção	100,0%	78,8%	99,9%	-	100,0%	100,0%	98,0%

Em relação a duas outras medidas de concentração – geográfica e de moeda – todos os prémios brutos emitidos respeitam ao território de Portugal e a Euros, respetivamente.

III) Sinistros efetivos

A análise da sinistralidade efetiva apresenta-se nos quadros seguintes, relacionando os seus valores com prémios brutos emitidos, no caso de produtos com maior predominância de prémios periódicos e com provisões matemáticas, no caso de produtos com maior incidência de prémios únicos:

Milhares de euros

Exercício de 2012							
Rubrica	Rendas	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	P.P.R.	Total
Sinistros efetivos	795	1.471	10.147	-7	9.571	15.091	37.069
Prémios brutos emitidos	1.949	3.369	5.011	1.673	5.053	12.231	29.287
% Sinistralidade s/prémios emitidos	-	44%	-	-	-	-	-
Provisão matemática	11.677	1.668	34.241	1.664	23.331	85.434	158.014
% Sinistralidade s/prov. matemática	7%	-	30%	0%	41%	18%	-

Milhares de euros

Exercício de 2011							
Rubrica	Rendas	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	P.P.R.	Total
Sinistros efetivos	661	1.252	11.765	0	15.874	14.864	44.416
Prémios brutos emitidos	2.521	3.378	5.757	0	7.348	17.587	36.590
% Sinistralidade s/prémios emitidos	-	37%	-	-	-	-	-
Provisão matemática	10.034	100	37.306	0	25.536	81.566	154.542
% Sinistralidade s/prov. matemática	7%	-	32%	-	62%	18%	-

4.3. INFORMAÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA SOBRE RISCOS DE MERCADO, CRÉDITO, LIQUIDEZ E OPERACIONAIS

4.3.1. RISCO DE MERCADO

Efetua-se uma análise detalhada relativa ao risco de mercado inerente a investimentos financeiros no ponto 6.5.2.c).

4.3.2. RISCO DE CRÉDITO

A análise de risco de crédito associada a investimentos financeiros encontra-se detalhada no ponto 6.5.2 a).

a) Derivado dos tomadores de seguro

Cerca de 89,2% da carteira da Companhia não é mediada, 20,5% tem pagamento domiciliado e 68,8% tem pagamento direto nos escritórios da Companhia, facto que diminui a exposição ao risco de crédito. Para a carteira não cobrada, quer da mediada, quer da não mediada é efetuada uma gestão diária para evitar as anulações por falta de pagamento.

A Companhia calcula um ajustamento para recibos por cobrar conforma nota 11.

b) Resultante de mediadores de seguro

Os mediadores da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., detêm apenas 8,2% da carteira da Companhia e dispõem de capacidade de cobrança via internet, ferramenta onde os recibos são virtuais, o que diminui a exposição ao risco.

c) Decorrente de contratos de resseguro

O risco de crédito encontra-se minimizado, tendo em conta que a política de resseguro privilegia as entidades com qualidade creditícia superior a "A", conforme já anteriormente referenciado.

Nos quadros seguintes, apresentamos a exposição máxima ao risco:

Exercício de 2012

Resseguro cedido	Valor contabilístico
Provisão para sinistros	674.389,48
Provisão para prémios não adquiridos	118.824,53
Créditos por operações de resseguro cedido	230.822,99
Dívidas por operações de resseguro cedido	-963,47
TOTAL POSIÇÃO LÍQUIDA	1.023.073,53

Exercício de 2011

Resseguro cedido	Valor contabilístico
Provisão para sinistros	402.144,00
Provisão para prémios não adquiridos	109.436,59
Créditos por operações de resseguro cedido	346.064,30
Dívidas por operações de resseguro cedido	-1.051,43
TOTAL POSIÇÃO LÍQUIDA	856.593,46

Esta exposição máxima encontra-se distribuída de acordo com a classificação creditícia dos resseguradores dos quadros seguintes:

Exercício de 2012

Classificação creditícia dos resseguradores	Valor contabilístico
BBB+	1.023.073,53
TOTAL POSIÇÃO LÍQUIDA	1.023.073,53

Exercício de 2011

Classificação creditícia dos resseguradores	Valor contabilístico
A	856.593,46
TOTAL POSIÇÃO LÍQUIDA	856.593,46

4.3.3. RISCO DE LIQUIDEZ

Para cobrir eventuais obrigações derivadas dos contratos de seguro, mantêm-se saldos de “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem” suficientes.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem” era de 3.337.859.53 euros e representava 1,6% do total de investimentos financeiros e caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem.

Por outro lado, cerca de 67,8% dos investimentos financeiros encontram-se classificados como disponíveis para venda e são negociados em mercados regulamentados, o que garante a possibilidade imediata de os transformar em liquidez. No ponto 6.5.2. d) dá-se uma informação quantitativa do risco de liquidez dos instrumentos financeiros.

Os calendários estimados de saídas de tesouraria relacionadas com passivos de seguros encontram-se nos quadros seguintes relativos aos exercícios de 2012 e 2011:

Milhares de Euros

Exercício de 2012							
Conceito	Seguro Directo					Após o 5.º ano	Saldo final
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano		
Provisão matemática	14.098	14.254	18.378	19.477	16.658	59.425	142.291
Provisão para sinistros	5.606	472	2	4	10	96	6.189
Provisão para participação nos resultados	3.592						3.592
Provisão para prémios não adquiridos	655						655
Provisão técnica de seguros de Vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	83	673	1.027	190	4.107	0	6.081
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	0	1.981	2.762	4.608	16.605	4.721	30.677
Dívidas por operações de seguro direto	1.702	76	57	38	19	0	1.891
Dívidas por operações de resseguro	231						231
TOTAL POSIÇÃO LIQUÍDA	25.966	17.457	22.225	24.317	37.399	64.242	191.606

Milhares de Euros

Exercício de 2011							
Conceito	Seguro Directo					Após o 5.º ano	Saldo final
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano		
Provisão matemática	16.038	13.789	15.112	19.641	20.214	62.096	146.889
Provisão para sinistros	6.183	249	11	7	16	27	6.492
Provisão para participação nos resultados	389						389
Provisão para prémios não adquiridos	661						661
Provisão técnica de seguros de Vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	67	177	711	1.140	1.881	3.676	7.653
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	0	0	2.047	2.908	9.107	2.336	16.398
Dívidas por operações de seguro direto	1.193	53	40	27	13	0	1.325
Dívidas por operações de resseguro	346						346
TOTAL POSIÇÃO LIQUÍDA	24.876	14.268	17.921	23.722	31.232	68.134	180.153

4.3.4. RISCO OPERACIONAL

Bianualmente é levado a cabo um processo de levantamento de riscos operacionais, utilizando a ferramenta informática Riskm@p, desenvolvida pelo Grupo MAPFRE.

Este levantamento inclui 23 tipos de riscos, agrupados nas seguintes áreas: Atuarial, Jurídica, Informática, Pessoal, Colaboradores, Procedimentos, Informação, Fraude e Bens Materiais e Mercado.

Através desta ferramenta foram selecionados 64 colaboradores, tendo em conta as suas funções e relevância, que responderam a 309 questionários, tendo em conta os tipos de risco já identificados e que são posteriormente tratados pelo Coordenador de Riscos, obtendo-se um mapa em função da criticidade, resultante da importância e da probabilidade de ocorrência destes.

Para os riscos contidos em cada processo que apresentem um índice de criticidade superior a 75% é obrigatoriamente elaborado um plano de ação, com o objetivo de os minimizar.

Através do quadro seguinte podemos concluir que, apesar de poderem existir alguns riscos com criticidade elevada, tal não se verifica ao nível dos processos.

Processo	Índice de criticidade associado	
	2012	2011
GERAL	60,90	62,80
Desenvolvimento de produtos	54,40	61,90
Emissão	65,30	66,30
Sinistros	63,00	58,60
Gestão Administrativa	58,90	59,10
Actividades Comerciais	62,50	61,20
Recursos Humanos	55,00	57,60
Comissões	63,20	62,30
Co-Seguro/Resseguro	65,50	70,20
Provisões Técnicas	64,70	67,30
Investimentos	62,10	57,00
Sistemas Tecnológicos	58,70	66,90
Atendimento ao Cliente	64,10	65,10

4.3.5. MONITORIZAÇÃO GLOBAL DA EXPOSIÇÃO AO RISCO

Todos os processos descritos garantem uma elevada consistência na gestão de risco da Companhia e são complementados por um sistema global de monitorização e quantificação da exposição.

Tal sistema encontra-se sob a responsabilidade do Coordenador de Riscos, que assegura:

a) A quantificação global da exposição aos riscos

Para o caso do cálculo de Riscos e Capitais, o Grupo MAPFRE dispõe de uma política interna de capitalização e dividendos destinada a dotar as Unidades de uma forma racional e objetiva dos capitais necessários para cobrir os riscos assumidos. O cálculo dos riscos realiza-se através de um modelo *standard* de fatores fixos no qual são quantificados os riscos financeiros, riscos de crédito e riscos da atividade seguradora. Desta forma, fica definido que o capital de cada unidade MAPFRE nunca poderá ser inferior ao capital mínimo requerido a cada momento acrescido de

uma margem de 10%. O Capital é calculado em função das estimativas para o ano seguinte, sendo feita uma revisão do mesmo pelo menos uma vez por ano em função da evolução dos riscos.

Am fecho do exercício de 2012, a taxa de cobertura da margem de solvência foi de 196,17%.

b) A elaboração e implementação de planos de ação mitigadores dos riscos

Para os riscos com grau de criticidade elevada, o Coordenador de Riscos promove, em conjunto com as áreas envolvidas, a elaboração e implementação de planos de mitigação desses riscos.

c) O desenvolvimento de pontos de controlo de riscos

Em função do tratamento das respostas aos questionários, o Coordenador de Riscos sugere a implementação de pontos de controlo e acompanha a sua implementação em prática.

d) A implementação de um ambiente de gestão e controlo de riscos na organização

Esta vertente é assegurada pela divulgação a toda a Companhia da quantificação efetuada, pelo envolvimento de toda a organização nos planos mitigadores e nos pontos de controlo, bem como através da promoção de diversas ações de formação.



4.5. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO QUALITATIVA RELATIVA À ADEQUAÇÃO DOS PRÉMIOS E DAS PROVISÕES

A Companhia dispõe, anualmente, de um estudo atuarial pormenorizado dos produtos em carteira, com o intuito de adequar os prémios a todas as suas responsabilidades, nomeadamente, encargos de aquisição, gastos gerais e sinistros a pagar.

Em relação à suficiência das provisões para sinistros, a mesma foi igualmente objeto de análise atuarial pelo Atuário Responsável, através de estudos aprofundados da evolução das matrizes de desenvolvimento dos sinistros, detalhadas por modalidades, bem como das provisões complementares constituídas para IBNR concluindo pela sua adequação.

A suficiência das provisões matemáticas foi também objeto de análise pelo atuário responsável, por cada modalidade, em função das notas técnicas dos respetivos produtos.

No caso particular das provisões para prémios não adquiridos, as mesmas são rigorosamente calculadas, recibo a recibo, pelo método *pro rata temporis*, tendo sido validadas pelo atuário responsável através de amostragem.

Relativamente à provisão para participação nos resultados, a mesma é calculada por produto e de acordo com as respetivas notas técnicas.

4.6. INFORMAÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DE ALGUNS RÁCIOS

Apresentamos nos quadros seguintes um conjunto de rácios para os grupos de ramos com maior representatividade na carteira da Companhia:

Exercício de 2012	
Rácios*	Ramo Vida
Rácio de sinistralidade	104%
Rácio de custos de exploração	13%
Rácio combinado	118%
Rácio operacional	94%

* Calculados brutos de resseguro cedido.

Exercício de 2011	
Rácios*	Ramo Vida
Rácio de sinistralidade	102%
Rácio de custos de exploração	10%
Rácio combinado	113%
Rácio operacional	94%

* Calculados brutos de resseguro cedido.

O rácio combinado (inclui provisão matemática) apresenta-se superior a 100%, refletindo o peso relativamente reduzido dos produtos de risco puro, remetendo a rentabilidade para a obtenção de rendimentos financeiros.

5. PASSIVOS FINANCEIROS

O valor de 30.677.449,89 euros, apresentado nas demonstrações da posição financeira, na rubrica de "Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento" refere-se à responsabilidade assumida com contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento. O valor de 3.500.000,00 euros, mostrado na rubrica "Outros passivos financeiros – Passivos subordinados", refere-se a um empréstimo subordinado contraído pela Companhia junto da MAPFRE Internacional, S.A.

Os rendimentos e gastos, derivados dos passivos financeiros incluídos na conta de ganhos e perdas, são os seguintes:

Exercício de 2012		
Rubrica	Rendimentos	Gastos
De passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		
Do contrato de seguro		
Comissões do contratos de seguro	0,00	
Custos de aquisição		153.594,34
Dos ativos financeiros		
Amortização das participações financeiras, por utilização do método do juro efetivo	98.897,56	17.005,49
Juros das participações financeiras	1.074.620,01	
Ganhos e perdas das participações financeiras	115.823,97	6.568,38
Dos passivos financeiros		
Ganhos e perdas dos passivos financeiros		925.137,48
De outros passivos financeiros – passivos subordinados		
De empréstimos		
Juros suportados		60.220,92
TOTAL	1.289.341,54	1.162.526,61

Exercício de 2011		
Rubrica	Rendimentos	Gastos
De passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		
Do contrato de seguro		
Comissões do contratos de seguro	30,00	
Custos de aquisição		84.978,52
Dos ativos financeiros		
Amortização das participações financeiras, por utilização do método do juro efetivo	54.926,09	2.376,20
Juros das participações financeiras	254.193,91	
Ganhos e perdas das participações financeiras		29.826,53
Dos passivos financeiros		
Ganhos e perdas dos passivos financeiros		282.724,00
De outros passivos financeiros – passivos subordinados		
De empréstimos		
Juros suportados		67.402,02
TOTAL	309.150,00	467.307,27

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

6.1. RUBRICAS DE BALANÇO

Os instrumentos financeiros são constituídos por títulos de dívida, ações e unidades de participação em fundos de investimento mobiliário, classificados nas categorias de "Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas", "Ativos financeiros disponíveis para venda" e "Investimentos a deter até à maturidade".

Face à conjuntura de forte instabilidade vivida nos mercados financeiros, com particular incidência na desvalorização dos títulos da dívida pública portuguesa, que teve como consequência imediata a erosão da generalidade dos capitais próprios das empresas, a MAPFRE Seguros de Vida, S.A., tendo em conta a Circular do ISP n.º 4/2011-R e as categorias de classificação contabilística dos investimentos financeiros previstas na IAS 39, entendeu reclassificar os títulos de rendimento fixo da República Portuguesa, que possuía na sua carteira de investimentos, da categoria de "Disponíveis para venda" para "A deter até à maturidade".

A reclassificação aludida foi efetuada a 1 de janeiro de 2011 e teve um impacto nos capitais próprios de 5.381.949,04 euros. À data de encerramento das contas do exercício de 2012, o mesmo impacto era de 2.899.489,22 euros, conforme se demonstra no quadro seguinte:

Rubrica	A 01/01/2011	A 31/12/2011	A 31/12/2012
Títulos da dívida pública portuguesa			
Valor nominal	65.300.000,00	64.680.000,00	60.180.000,00
Valor de aquisição	63.281.573,09	57.230.654,59	52.692.795,26
Justo valor	59.125.782,32	41.121.616,46	56.653.855,38
Valor contabilístico	59.125.782,32	59.168.533,24	55.359.128,43
IMPACTO NOS CAPITAIS PRÓPRIOS	5.381.949,04	22.806.806,10	2.899.489,22

A reconciliação, por natureza de instrumento financeiro, dos saldos iniciais e finais encontra-se nos quadros seguintes:

Exercício de 2012				
Rubrica	Títulos de dívida	Ações e unidades de participação	Empréstimos concedidos e contas a receber	Valor contabilístico
Saldo inicial	163.534.913,22	16.505.624,96	1.736.173,22	181.776.711,40
Aquisições (a valor aquisição)	107.970.827,39	17.528.157,31		125.498.984,70
Reembolsos	2.107.606,74	0,00		2.107.606,74
Alienações (a valor aquisição)	91.146.198,66	20.073.228,59		111.219.427,25
Ajust. valor aquisição reclassif. contab.	0,00			0,00
Variação do justo valor	6.544.537,27	735.484,65		7.280.021,92
Variação do custo amortizado	1.006.860,21			1.006.860,21
Juros	324.444,70			324.444,70
Outros aumentos				0,00
Outras diminuições			1.289.998,57	1.289.998,57
SALDO FINAL	186.127.777,39	14.696.038,33	446.174,65	201.269.990,37

Exercício de 2011				
Rubrica	Títulos de dívida	Ações e unidades de participação	Empréstimos concedidos e contas a receber	Valor contabilístico
Saldo inicial	142.924.075,90	22.518.545,88	5.521.826,99	170.964.448,77
Aquisições (a valor aquisição)	89.021.735,60	25.474.441,76		114.496.177,36
Reembolsos	8.877.779,33	0,00		8.877.779,33
Alienações (a valor aquisição)	61.273.191,76	30.389.811,67		91.663.003,43
Ajust. valor aquisição reclassif. contab.	5.316.420,70			5.316.420,70
Varição do justo valor	5.697.748,08	-1.097.551,01		4.600.197,07
Varição do custo amortizado	1.043.517,54			1.043.517,54
Juros	315.227,89			315.227,89
Outros aumentos				0,00
Outras diminuições			3.785.653,77	3.785.653,77
SALDO FINAL	163.534.913,22	16.505.624,96	1.736.173,22	181.776.711,40

Apresenta-se nos quadros seguintes a decomposição por classificação contabilística dos instrumentos financeiros:

Exercício de 2012					
Classificações do ativo	Valor contabilístico				
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro	Total
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	6.822.487,14	0,00	-5.201,59	0,00	6.817.285,55
Unidades de participação	6.822.487,14		-5.201,59		6.817.285,55
Ativos financeiros disponíveis para venda	130.960.804,24	497.382,88	4.088.260,51	3.100.954,11	138.647.401,74
Instrumentos de capital	5.851.225,18		-55.407,12		5.795.818,06
Unidades de participação	1.827.720,67		255.214,05		2.082.934,72
Títulos de dívida – pública	54.808.305,54	242.582,67	1.410.215,53	1.110.468,00	57.571.571,74
Títulos de dívida – de outros emissores	68.473.552,85	254.800,21	2.478.238,05	1.990.486,11	73.197.077,22
Investimentos a deter até à maturidade	52.692.795,26	1.573.093,37	0,00	1.093.239,80	55.359.128,43
Títulos de dívida – pública	52.692.795,26	1.573.093,37		1.093.239,80	55.359.128,43
Empréstimos concedidos e contas a receber	446.174,65	0,00	0,00	0,00	446.174,65
Outros depósitos	0,00				0,00
Empréstimos concedidos	446.174,65				446.174,65
TOTAL	190.922.261,29	2.070.476,25	4.083.058,92	4.194.193,91	201.269.990,37

Exercício de 2011					
Classificações do ativo	Valor contabilístico				
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro	Total
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	8.240.404,80	0,00	-376.769,46	0,00	7.863.635,34
Unidades de participação	8.240.404,80		-376.769,46		7.863.635,34
Ativos financeiros disponíveis para venda	112.833.076,54	338.941,01	-2.820.193,54	2.656.545,59	113.008.369,60
Instrumentos de capital	7.942.562,46		-382.460,72		7.560.101,74
Unidades de participação	863.537,01		218.350,87		1.081.887,88
Títulos de dívida – pública	31.422.875,25	143.364,39	-33.051,34	566.335,73	32.099.524,03
Títulos de dívida – de outros emissores	72.604.101,82	195.576,62	-2.623.032,35	2.090.209,86	72.266.855,95
Investimentos a deter até à maturidade	57.230.654,59	724.675,03	0,00	1.213.203,62	59.168.533,24
Títulos de dívida – pública	57.230.654,59	724.675,03		1.213.203,62	59.168.533,24
Empréstimos concedidos e contas a receber	1.737.328,35	0,00	0,00	-1.155,13	1.736.173,22
Outros depósitos	1.141.018,11				1.141.018,11
Empréstimos concedidos	596.310,24			-1.155,13	595.155,11
TOTAL	180.041.464,28	1.063.616,04	-3.196.963,00	3.868.594,08	181.776.711,40

No Anexo 1 às Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas, apresenta-se o inventário de participações e instrumentos financeiros (Anexo 1), no qual se detalham por código de ISIN os instrumentos financeiros que fazem parte integrante do total apresentado no Balanço em “Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas” e “Ativos financeiros disponíveis para venda” e “Investimentos a deter até à maturidade”.

6.2. JUSTO VALOR

6.2.1. MÉTODOS DE APURAMENTO DO JUSTO VALOR

No ponto 3.2.2., são descritos os critérios e bases de mensuração aplicados aos instrumentos financeiros detidos pela Companhia.

Regra geral, os títulos de rendimento fixo estão valorizados à cotação de fecho dos mercados, obtida através da Bloomberg, contudo, no exercício de 2011, existiram algumas exceções, que se descrevem nas alíneas seguintes:

a) Modelo interno

- Através da Bloomberg obtêm-se as cotações para cada título;
- Com esta cotação, obtêm-se o *spread* implícito sobre a curva *swap* euro;

- Automaticamente é realizado um controlo para detetar se o *spread* se encontra dentro de um intervalo dinâmico, para mais ou para menos, em referência ao *spread* médio das duas últimas sessões;
- Se fica dentro, aceita o *spread* e, portanto, a cotação;
- Se fica fora, considera o *spread* médio dos últimos dois dias, sendo a cotação obtida pelo desconto dos fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* considerado;
- Neste caso, no dia seguinte, analisa-se se estamos perante uma situação consequência de transações forçadas e onde não exista um mercado ativo;
- Se isso se verifica, então aplica-se um *spread* "fixo", determinado em função da qualidade creditícia do emissor e do prazo residual do título, variáveis estas observadas em novas emissões ou, caso estas não existam, em função do histórico de emissões do emissor;
- Estes *spreads* são revistos semanalmente;
- Descontando os fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* "fixo" obtém-se a cotação de valorização do título.

Em consonância com as Normas Internacionais de Contabilidade e a Circular n.º 11/2008, de 16 de dezembro, a Companhia adota este processo em virtude do funcionamento atual dos mercados implicar um efeito de volatilidade excessiva de alguns títulos.

Os instrumentos financeiros, valorizados à cotação do referido modelo interno, no montante de 704.124,90 euros, são os seguintes:

ISIN	Nome do emissor
NL0000122489	ING AMSTERDAM
XS0250172003	BBVA SENIOR FINANCE S.A.U

6.2.2. NÍVEIS DE VALORIZAÇÃO

Nos termos da IFRS 7, os ativos financeiros podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

- Nível 1 – quando os investimentos são valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por *providers* e que essas cotações traduzam liquidez e profundidade na formação dessas cotações;
- Nível 2 – quando os ativos financeiros são valorizados através de modelos de avaliação sustentados em variáveis de mercado observáveis;
- Nível 3 – quando os ativos financeiros são valorizados com base em modelos de avaliação suportados por dados não são sustentados por evidências de mercado.

Apresentam-se nos quadros seguintes os instrumentos financeiros por tipo de valorização:

Conceito	Exercício de 2012		
	Justo valor – Níveis de valorização		
	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	0,00	6.817.285,55	6.817.285,55
Unidades participação	0,00	6.817.285,55	6.817.285,55
Ativos financeiros disponíveis para venda	135.860.342,12	2.787.059,62	138.647.401,74
Instrumentos de capital	5.795.818,06	0,00	5.795.818,06
Unidades participação	0,00	2.082.934,72	2.082.934,72
Titulos de dívida – pública	57.571.571,74	0,00	57.571.571,74
Titulos de dívida – de outros emissores	72.492.952,32	704.124,90	73.197.077,22
Investimentos a deter até à maturidade	55.359.128,43	0,00	55.359.128,43
Titulos de dívida – pública	55.359.128,43	0,00	55.359.128,43
TOTAL	191.219.470,55	9.604.345,17	200.823.815,72

Conceito	Exercício de 2011		
	Justo valor – Níveis de valorização		
	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	0,00	7.863.635,34	7.863.635,34
Unidades participação	0,00	7.863.635,34	7.863.635,34
Ativos financeiros disponíveis para venda	103.232.933,80	9.775.435,80	113.008.369,60
Instrumentos de capital	7.560.101,74	0,00	7.560.101,74
Unidades participação	0,00	1.081.887,88	1.081.887,88
Titulos de dívida – pública	28.358.759,33	3.740.764,70	32.099.524,03
Titulos de dívida – de outros emissores	67.314.072,73	4.952.783,22	72.266.855,95
Investimentos a deter até à maturidade	59.168.533,24	0,00	59.168.533,24
Titulos de dívida – pública	59.168.533,24	0,00	59.168.533,24
TOTAL	162.401.467,04	17.639.071,14	180.040.538,18

Nos exercícios de 2012 e 2011 não houve investimentos classificados no nível 3 de valorização.

6.3. IMPARIDADE

A Companhia efetuou os testes de imparidade de acordo com o divulgado no ponto 3.2.2.2.5. e registou, no exercício de 2012, como perdas por imparidade as que se demonstram no quadro seguinte:

Tipo de ativo	Exercício de 2012		
	Valor Contabilístico		
	Aquisição	Justo valor	Imparidade
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Ações - BANKIA S.A.U.	2.133.750,00	525.756,00	1.607.994,00
TOTAL	2.133.750,00	525.756,00	1.607.994,00

A imparidade foi registada em junho de 2012 e, posteriormente, em setembro de 2012, a totalidade das ações foi vendida e reconhecida uma mais-valia no valor de 255.389,43 euros.

No que concerne aos títulos de dívida pública de Portugal, Espanha, Itália e França não há incumprimento objetivo, visto não ter ocorrido qualquer suspensão de pagamentos e existirem mecanismos de recurso disponíveis, como é o caso do apoio do Fundo Europeu de Estabilização Financeira e do FMI, que permitem um posicionamento otimista em relação à evolução futura.

Apresentamos abaixo a percentagem de exposição aos títulos de dívida pública dos países acima referenciados em relação ao total do investimento da Companhia em participações e instrumentos financeiros:

Exercício de 2012		
Rubrica	Valor balanço	% de exposição s/o total de participações e instrumentos financeiros
República de Portugal	55.359.128,43	27,6%
Tesouro público – Espanha	49.823.821,57	24,8%
República de Itália	6.777.502,16	3,4%
República de França	970.248,01	0,5%
TOTAL	112.930.700,17	56,2%

Exercício de 2011		
Rubrica	Valor balanço	% de exposição s/o total de participações e instrumentos financeiros
República de Portugal	59.168.533,24	32,9%
Tesouro público – Espanha	31.789.897,18	17,7%
República de Itália	309.626,85	0,2%
TOTAL	91.268.057,27	50,7%

6.4. CONTABILIDADE DE COBERTURA

No exercício de 2012, a Companhia não utilizou instrumentos de cobertura.

6.5. NATUREZA E EXTENSÃO DOS RISCOS RESULTANTES DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

6.5.1. INFORMAÇÃO QUALITATIVA PARA AVALIAÇÃO DA NATUREZA E EXTENSÃO DOS RISCOS RESULTANTES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em geral, a Companhia baseia a sua política de investimentos em critérios de prudência, privilegiando os títulos de rendimento fixo.

A política de investimentos aponta para uma distribuição de referência de 90% para títulos de rendimento fixo e 10% para rendimento variável.

Não obstante, assume um certo grau de risco, de acordo com os seguintes critérios:

a) Risco de taxa de juro

A variável utilizada para medir este risco é a duração modificada, estabelecendo-se que a sua magnitude deve-se situar em torno dos 5%, com um máximo de 7%.

b) Risco de câmbio

A exposição a este risco apenas deve ser mantida por motivos de diversificação dos investimentos e não pode superar os 10% do total dos investimentos.

c) Outros riscos de mercado

Relativamente a outros possíveis riscos de mercado, que não os anteriores, encontra-se estabelecido que não devem superar os 20% do total dos investimentos.

Existe uma adequada diversificação internacional e sectorial dos ativos de rendimento variável, no sentido de reduzir a exposição ao risco de um mercado específico.

O risco de crédito é minimizado através do investimento em títulos emitidos por entidades de elevada solvência e da diversificação dos investimentos de rendimento fixo.

Como referência, as aplicações de rendimento fixo devem conter aproximadamente 50% de títulos de rendimento fixo de estados da União Europeia e 50% de títulos emitidos por empresas de alta classificação creditícia.

Quer no caso dos títulos de rendimento fixo como nos de rendimento variável, aplicam-se critérios de diversificação por sectores de atividade e limites máximos de risco por emissor.

Ainda que as limitações de risco se encontrem estabelecidas através de variáveis facilmente observáveis, realizam-se regularmente análises de risco em termos probabilísticos em função das volatilidades e correlações históricas.

6.5.2. INFORMAÇÃO QUANTITATIVA PARA AVALIAÇÃO DA NATUREZA E EXTENSÃO DOS RISCOS RESULTANTES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR TIPO DE RISCO

a) Risco de crédito

Nos quadros seguintes, apresenta-se o nível máximo de exposição ao risco de crédito e a classificação creditícia dos emissores de valores de títulos de dívida:

Classificação creditícia dos emissores	Exercício de 2012			
	Valor mercado			Total
	Estado	Bancos e instituições financeiras	Outros	
AAA	0,00	0,00	0,00	0,00
AA	970.248,01	4.130.610,63	718.231,14	5.819.089,78
A	0,00	33.947.713,70	2.354.360,00	36.302.073,70
BBB	69.806.357,89	12.093.347,00	5.049.475,07	86.949.179,96
BB ou menor	56.653.855,38	1.698.305,52	0,00	58.352.160,90
TOTAL	127.430.461,28	51.869.976,85	8.122.066,21	187.422.504,34

Exercício de 2011				
Classificação creditícia dos emissores	Valor mercado			
	Estado	Bancos e instituições financeiras	Outros	Total
AAA	0,00	15.709.714,82	0,00	15.709.714,82
AA	42.574.154,71	6.907.672,33	1.484.021,48	50.965.848,52
A	3.516.827,41	16.207.122,18	1.350.280,24	21.074.229,83
BBB	0,00	9.807.188,30	4.302.233,33	14.109.421,63
BB ou menor	41.121.616,48	2.507.165,18	0,00	43.628.781,66
TOTAL	87.212.598,60	51.138.862,81	7.136.535,05	145.487.996,46

A persistente deterioração da situação europeia e a existência de vários riscos fizeram com que as agências financeiras tenham, ao longo do ano 2011, baixado o *rating* a vários países e instituições financeiras, baixa esta responsável pela acumulação de valores em ratings de menos classificação.

b) Risco de câmbio

Nos seguintes quadros, apresenta-se o detalhe dos instrumentos financeiros atendendo às moedas em que estão denominados à data de encerramento do exercício:

Exercício de 2012					
Tipo de moeda	Valor contabilístico				
	Ações	Unidades particip. fundos invest.	Titulos de dívida	Outros depósitos	Total
Euro	5.077.445,19	8.900.220,27	186.127.777,39	446.174,65	200.551.617,50
Franco Suíço	591.101,87	0,00	0,00	0,00	591.101,87
Libras	127.271,00	0,00	0,00	0,00	127.271,00
TOTAL	5.795.818,06	8.900.220,27	186.127.777,39	446.174,65	201.269.990,37

Exercício de 2011					
Tipo de moeda	Valor contabilístico				
	Ações	Unidades particip. fundos invest.	Titulos de dívida	Outros depósitos	Total
Euro	6.744.649,15	8.945.523,22	163.534.913,22	1.736.173,22	180.961.258,81
Franco Suíço	619.034,45	0,00	0,00	0,00	619.034,45
Libras	196.418,14	0,00	0,00	0,00	196.418,14
TOTAL	7.560.101,74	8.945.523,22	163.534.913,22	1.736.173,22	181.776.711,40

c) Risco de mercado

Nas análises de sensibilidade realizadas ao risco financeiro, destacam-se, entre outros, os indicadores da duração modificada, para instrumentos financeiros de rendimento fixo e o VaR (Valor em Risco) para os de rendimento variável.

A duração modificada reflete a sensibilidade do valor dos ativos aos movimentos das taxas de juro e representa uma aproximação ao valor da variação percentual no valor dos ativos financeiros, por cada ponto percentual de variação das taxas de juro. Nos quadros seguintes detalham-se os vencimentos, a taxa de juro média e a duração modificada:

Exercício de 2012									
Tipo de ativo	Saldo final	Vencimento a:						Taxa de juro	Duração modificada
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Após 5 anos		
Carteira disponível p/venda									
Titulos de dívida	130.769	3.947	9.664	10.572	36.684	14.776	55.126	4,0277	5,3405
Carteira a deter até à maturidade									
Titulos de dívida	55.359	56	8.130	2.940	1.612	11.662	30.959	5,1032	4,2406
Outros depósitos *									
TOTAL	186.128	4.003	17.794	13.512	38.296	26.438	86.085	-	-

* Aplicações a curto prazo com vencimento inferior a um ano.

Exercício de 2011									
Tipo de ativo	Saldo final	Vencimento a:						Taxa de juro	Duração modificada
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Após 5 anos		
Carteira disponível p/venda									
Titulos de dívida	104.366	4.544	6.490	17.549	13.143	25.875	36.765	5,5417	4,7894
Carteira a deter até à maturidade									
Titulos de dívida	59.169	4.633	56	8.006	2.881	1.588	42.005	14,3385	3,7771
Outros depósitos *	1.141	1.141							
TOTAL	164.676	10.318	6.546	25.555	16.024	27.463	78.770	-	-

* Aplicações a curto prazo com vencimento inferior a um ano.

Nos quadros que se seguem pode-se observar os impactos do risco, resultante das alterações da taxa de juro, na taxa de cobertura da margem de solvência da Companhia:

Milhões de euros		
Margem de solvência	2012	2011
Margem de solvência disponível	7,42	3,31
Taxa de cobertura	196%	145%
Aumento de 1 p.p. na taxa de juro		
Impacto na margem disponível	-7,09	-5,76
Impacto na taxa de cobertura	-92%	-78%
Taxa de cobertura após impacto	104%	67%
Diminuição de 1 p.p. na taxa de juro		
Impacto na margem disponível	7,09	5,76
Impacto na taxa de cobertura	92%	78%
Taxa de cobertura após impacto	288%	223%

No quadro que se segue mostra-se os impactos do risco, resultante das alterações da taxa de juro, no capital próprio da Companhia:

Milhões de euros		
	2012	2011
Capital próprio		
Capital próprio	11,77	7,37
Aumento de 1 p.p. na taxa de juro		
Impacto no capital próprio	-7,09	-5,76
Capital próprio após o impacto	4,67	1,62
Diminuição de 1 p.p. na taxa de juro		
Impacto no capital próprio	7,09	5,76
Capital próprio após o impacto	18,86	13,13

Os seguintes quadros refletem o valor contabilístico dos instrumentos financeiros de rendimento variável expostos ao risco de bolsa e o VaR, o valor em risco (máxima variação esperada num horizonte temporal de um ano e para um nível de confiança de 99%):

Milhões de euros		
Exercício de 2012		
Carteira disponível para venda	Valor contabilístico	VaR
Instrumentos de rendimento variável	14,70	3,571
TOTAL	14,70	3,571

Milhões de euros		
Exercício de 2011		
Carteira disponível para venda	Valor contabilístico	VaR
Instrumentos de rendimento variável	16,51	5,310
TOTAL	16,51	5,310

d) Risco de liquidez

A Companhia efetua o controlo periódico do risco de liquidez e as projeções não indiciam problemas a esse nível, mesmo num cenário de choque equivalente a um aumento para o dobro da percentagem de resgates, como se demonstra nos quadros seguintes:

Milhões de euros

Estudo de liquidez num cenário com nível de resgates histórico								
Rubrica	Nov-12	Dez-12	Jan-13	Fev-13	Mar-13	Abr-13	Mai-13	Jun-13
Vendas	4,11	8,97	3,45	5,43	4,95	4,46	4,00	3,04
Prestações Vida	1,14	2,03	0,87	0,87	1,07	0,89	1,09	1,13
Prestações Morte	0,22	0,34	0,10	0,09	0,13	0,17	0,19	0,05
Resgates	2,34	4,73	1,35	1,48	1,63	1,15	2,66	1,21
Inflow cupões inv. detidos maturidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,49	0,00	0,92
Inflow cupões inv. disponíveis venda	0,05	0,02	0,15	0,52	0,79	0,08	0,19	0,00
Inflow amortizações inv. detidos maturidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inflow amortizações inv. disponíveis venda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,40	0,00	0,00
Fluxo líquido mensal	0,46	1,89	1,28	3,51	2,91	3,23	0,24	1,57
Fluxo líquido mensal acumulado	0,46	2,36	3,64	7,15	10,06	13,29	13,53	15,10
Titulos rend. fixo detidos maturidade	60,18	60,18	60,18	60,18	60,18	59,69	59,69	58,78
Titulos rend. fixo disponíveis venda	126,38	126,38	126,38	126,38	126,38	125,98	125,98	125,98
Titulos rendimento variável	15,02	15,65	15,64	15,63	15,62	15,62	15,62	15,62
Novos investimentos	0,46	2,36	3,64	7,15	10,06	13,29	13,53	15,10
TOTAL INVESTIMENTOS NÃO DETIDOS MATURIDADE	141,86	144,38	145,66	149,16	152,06	154,89	155,13	156,70

Milhões de euros

Estudo de liquidez num cenário com nível de resgates sujeito a choque do dobro de percentagem normal								
Rubrica	Nov-12	Dez-12	Jan-13	Fev-13	Mar-13	Abr-13	Mai-13	Jun-13
Vendas	4,11	8,97	3,45	5,43	4,95	4,46	4,00	3,04
Prestações Vida	1,14	2,03	0,87	0,87	1,07	0,89	1,09	1,13
Prestações Morte	0,22	0,34	0,10	0,09	0,13	0,17	0,19	0,05
Resgates	2,34	4,73	2,02	2,22	2,44	1,72	4,00	1,81
Inflow cupões inv. detidos maturidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,49	0,00	0,92
Inflow cupões inv. disponíveis venda	0,05	0,02	0,15	0,52	0,79	0,08	0,19	0,00
Inflow amortizações inv. detidos maturidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inflow amortizações inv. disponíveis venda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,40	0,00	0,00
Fluxo líquido mensal	0,46	1,89	0,61	2,77	2,10	2,66	-1,09	0,96
Fluxo líquido mensal acumulado	0,46	2,36	2,96	5,74	7,83	10,49	9,40	10,36
Titulos rend. fixo detidos maturidade	60,18	60,18	60,18	60,18	60,18	59,69	59,69	58,78
Titulos rend. fixo disponíveis venda	126,38	126,38	126,38	126,38	126,38	125,98	125,98	125,98
Titulos rendimento variável	15,02	15,65	15,64	15,63	15,62	15,62	15,62	15,62
Novos investimentos	0,46	2,36	2,96	5,74	7,83	10,49	9,40	10,36
TOTAL INVESTIMENTOS NÃO DETIDOS MATURIDADE	141,86	144,38	144,99	147,75	149,84	152,09	151,00	151,96

7. CAIXA E EQUIVALENTE E DEPÓSITOS À ORDEM

7.1. Os componentes de caixa, no fim do período, são representados pelo saldo de caixa e pelo total dos saldos das contas bancárias, de acordo com o quadro seguinte:

Componentes de caixa e seus equivalentes no fim do exercício	2012	2011
Caixa	91.545,04	0,00
Depósitos à ordem	3.591.649,75	4.038.108,80
TOTAL DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO EXERCÍCIO	3.683.194,79	4.038.108,80

8. OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (EXCETO TERRENOS E EDIFÍCIOS)

Conforme descrito na Nota 3, os ativos tangíveis, exceto terrenos e edifícios, estão valorizados ao custo de aquisição. As amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), a taxas calculadas para que o valor dos ativos seja amortizado durante a sua vida útil estimada, nos seguintes anos:

Outros ativos tangíveis	N.º anos
Equipamento administrativo	8
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	4 a 10
Outros equipamentos	4 a 8

Os bens de valor inferior ou igual a 1.000,00 euros são totalmente amortizados no exercício em que se verifica a aquisição.

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações, e amortizações efetuado no exercício está demonstrado nos seguintes quadros:

Exercício de 2012					
Outros ativos tangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transf. abates e alienações	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Equipamento administrativo	1.629,00	0,00	0,00	625,97	1.003,03
Máquinas e ferramentas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento informático	557,66	0,00	0,00	418,15	139,51
TOTAL	2.186,66	0,00	0,00	1.044,12	1.142,54

Exercício de 2011					
Outros ativos tangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transf. abates e alienações	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Equipamento administrativo	2.254,97	0,00	0,00	625,97	1.629,00
Máquinas e ferramentas	216,26	0,00	0,00	216,26	0,00
Equipamento informático	975,81	0,00	0,00	418,15	557,66
TOTAL	3.447,04	0,00	0,00	1.260,38	2.186,66

A Companhia não tem qualquer restrição de titularidade destes ativos, nem qualquer deles se encontra dado como garantia de passivos.

Não existe qualquer item de "Outros ativos tangíveis" em imparidade ou cedido.

9. AFETAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E OUTROS ATIVOS

Os investimentos e os outros ativos encontram-se distribuídos pelas provisões técnicas, como demonstrado nos quadros seguintes:

Exercício de 2012			
Rubrica	Seguros de Vida com participação nos resultados	Seguros de Vida sem participação nos resultados	Seguros de Vida e operações classificadas como contratos de investimento
Caixa e equivalentes	2.946.314,49	300.000,00	91.545,04
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	0,00	6.817.285,55	0,00
Ativos financeiros disponíveis para venda	66.520.911,28	46.333.580,71	25.792.909,75
Investimentos a deter até à maturidade	43.860.925,18	6.503.243,01	4.994.960,24
Empréstimos concedidos e contas a receber	446.174,65	0,00	0,00
Outros ativos tangíveis	1.142,54	0,00	0,00
Outros ativos	0,00	872.428,50	0,00
TOTAL	113.775.468,14	60.826.537,77	30.879.415,03

Exercício de 2011			
Rubrica	Seguros de Vida com participação nos resultados	Seguros de Vida sem participação nos resultados	Seguros de Vida e operações classificadas como contratos de investimento
Caixa e equivalentes	4.038.108,80		
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas		7.863.635,34	
Ativos financeiros disponíveis para venda	47.602.794,79	56.136.469,00	9.269.105,81
Investimentos a deter até à maturidade	20.083.402,19	34.181.014,10	4.904.116,95
Empréstimos concedidos e contas a receber	1.141.018,11	595.155,11	
Outros ativos tangíveis		2.186,66	
Outros ativos		608.405,01	
TOTAL	72.865.323,89	99.386.865,22	14.173.222,76

10. ATIVOS INTANGÍVEIS

10.1. O modelo de valorização aplicado aos Ativos Intangíveis é o modelo do custo.

10.2. As despesas com aplicações informáticas são o único tipo de ativo intangível, registado nas demonstrações financeiras, à data de encerramento do exercício. As amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), para que o valor do ativo seja amortizado durante a sua vida útil estimada de três anos.

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações e amortizações efetuado no exercício está demonstrado nos seguintes quadros:

Exercício de 2012					
Outros ativos tangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transf. abates e alienações	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Despesas com aplicações informáticas	188.966,18	59.805,97	0,00	117.577,55	131.194,60
TOTAL	188.966,18	59.805,97	0,00	117.577,55	131.194,60

Exercício de 2011					
Outros ativos tangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transf. abates e alienações	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Despesas com aplicações informáticas	303.151,09	0,00	0,00	114.184,91	188.966,18
TOTAL	303.151,09	0,00	0,00	114.184,91	188.966,18

11. OUTRAS PROVISÕES E AJUSTAMENTOS DE CONTAS DO ATIVO

11.1. Desdobramento das contas de ajustamentos e outras provisões:

Exercício de 2012				
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Redução e utilização	Saldo final
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	7.809,26	0,00	1,17	7.808,09
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
De outros devedores	119.409,24	0,00	0,00	119.409,24
Outras provisões				
Pensões pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Ações judiciais	2.745,49	0,00	2.745,49	0,00
TOTAL	129.963,99	0,00	2.746,66	127.217,33

Exercício de 2011				
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Redução e utilização	Saldo final
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	60.160,01	0,00	52.350,75	7.809,26
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
De outros devedores	119.409,24	0,00	0,00	119.409,24
Outras provisões				
Pensões pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Ações judiciais	2.745,49	0,00	0,00	2.745,49
TOTAL	182.314,74	0,00	52.350,75	129.963,99

11.2. A provisão para recibos por cobrar destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor provável de realização e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média, correspondente à taxa da receita líquida da Companhia, aos recibos com cobranças em atraso, nos termos definidos na Norma 13/2000-R do ISP.

O ajustamento registado, relativamente a outros saldos a receber, resulta de uma análise casuística dos saldos de terceiros (incluindo mediadores, cosseguradoras, resseguradores e devedores por outras operações), tendo sido ajustados todos os saldos de que existem evidências de dificuldade de recuperação.

11.3. A Companhia não possui quaisquer contratos de seguro, com garantias suspensas e não possui quaisquer reembolsos pendentes de cobranças, dado que, conforme descrito na Nota 3, os reembolsos só são registados pela sua cobrança efetiva.

12. PRÉMIOS DE CONTRATOS DE SEGURO

12.1. A MAPFRE Seguros de Vida, S.A., encerrou o exercício de 2012 reconhecendo na rubrica de ganhos e perdas – “Prémios brutos emitidos de seguro direto” o valor de 29.286.628,29 euros referentes a contratos de seguros, provenientes do ramo Vida.

Exercício de 2012		
Prémios brutos emitidos de seguro direto		29.286.628,29
Relativos a contratos individuais	29.073.521,07	
Relativos a contratos de grupo	213.107,22	29.286.628,29
Periódicos	8.379.629,92	
Não periódicos	20.906.998,37	29.286.628,29
De contratos sem participação nos resultados	10.438.345,80	
De contratos com participação nos resultados	18.848.282,49	29.286.628,29
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite		0,00
Saldo de resseguro		-77.353,38

Exercício de 2011		
Prémios brutos emitidos de seguro direto		36.590.100,90
Relativos a contratos individuais	35.991.087,50	
Relativos a contratos de grupo	599.013,40	36.590.100,90
Periódicos	9.126.041,40	
Não periódicos	27.464.059,50	36.590.100,90
De contratos sem participação nos resultados	9.877.516,40	
De contratos com participação nos resultados	26.712.584,50	36.590.100,90
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite		0,00
Saldo de resseguro		37.465,42

12.2. Reconheceu na rubrica do passivo “Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento”, valorizados ao custo amortizado, o valor referente à responsabilidade assumida pela venda de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, no montante de 20.515.78,37 euros.

13. COMISSÕES DE CONTRATOS DE SEGURO

13.1. No ponto 3.1.16., são descritos os critérios contabilísticos adotados relativamente à rubrica de comissões.

13.2. O montante das comissões de mediação e corretagem relativa ao seguro direto, contabilizadas no exercício de 2012, foi de 410.836,03 euros, distribuído pelos seguintes segmentos de negócio:

Exercício de 2012							
Rubrica	Rendas	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	P.P.R.	Total
Comissões de mediação e corretagem	7.853,02	99.200,72	70.347,36	5.103,44	15.504,54	235.014,73	433.023,81

Exercício de 2011							
Rubrica	Rendas	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	P.P.R.	Total
Comissões de mediação e corretagem	12.876,16	101.420,41	84.346,87	0,00	16.141,98	196.050,61	410.836,03

Nestas contas, além das comissões de mediação e cobrança indicadas nos quadros, estão registados incentivos processados aos mediadores (*Profit Commissions*), que ascenderam no exercício de 2012 a 200.490,32.

14. RENDIMENTOS E GASTOS FINANCEIROS

14.1. As políticas de reconhecimento dos réditos estão descritas na Nota 3

14.2. Informação por categoria de investimento dos rendimentos e gastos financeiros

14.2.1. RENDIMENTOS FINANCEIROS

Os rendimentos financeiros registados em ganhos e perdas compreendem os juros dos títulos de dívida e de depósitos em bancos contabilizados, tendo em conta o regime contabilístico do acréscimo.

Estão lançados nesta rubrica os ganhos resultantes do processo de amortização com a utilização do método do juro efetivo.

Exercício de 2012			
Rendimentos/Réditos	Juros de ativos financ. não valorizados justo valor por via de g&p	Outros	Total
De ativos disponíveis para venda	8.711.440,79		8.711.440,79
de juros de títulos de dívida	7.696.957,44		7.696.957,44
dividendos de ações	258.248,28		258.248,28
rendimento custo amortizado	756.235,07		756.235,07
De outros	0,00	17.087,67	17.087,67
de juros de depósitos em bancos		12.620,93	12.620,93
de empréstimos sobre apólices		4.466,74	4.466,74
TOTAL	8.711.440,79	17.087,67	8.728.528,46

Exercício de 2011			
Rendimentos/Réditos	Juros de ativos financ. não valorizados justo valor por via de g&p	Outros	Total
De ativos disponíveis para venda	7.857.198,53	0,00	7.857.198,53
De juros de títulos de dívida	6.802.610,94		6.802.610,94
Dividendos de ações	383.560,62		383.560,62
Rendimento custo amortizado	671.026,97		671.026,97
De outros	0,00	34.047,70	34.047,70
De juros de depósitos em bancos		27.918,34	27.918,34
De empréstimos sobre apólices		6.129,36	6.129,36
TOTAL	7.857.198,53	34.047,70	7.891.246,23

14.2.2. GASTOS FINANCEIROS

Os gastos financeiros registados em ganhos e perdas compreendem os gastos de gestão dos investimentos inicialmente registados por natureza e imputados à função investimentos e os gastos resultantes do processo de amortização com a utilização do método do juro efetivo.

Exercício de 2012				
Gastos financeiros	Juros de ativos financ. não valorizados justo valor por via de g&p	Juros de passivos financ. não valorizados justo valor por via de g&p	Outros	Total
Gasto custo amortizado	183.918,70			183.918,70
Perdas em passivos financeiros		925.137,48		925.137,48
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza			245.695,87	245.695,87
TOTAL	183.918,70	925.137,48	245.695,87	1.354.752,05

Exercício de 2011				
Gastos financeiros	Juros de ativos financ. não valorizados justo valor por via de g&p	Juros de passivos financ. não valorizados justo valor por via de g&p	Outros	Total
Gasto custo amortizado	210.212,57		0,00	210.212,57
Perdas em passivos financeiros		285.100,20	0,00	285.100,20
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza			296.675,55	296.675,55
TOTAL	210.212,57	285.100,20	296.675,55	791.988,32

15. GANHOS E PERDAS REALIZADOS EM INVESTIMENTOS

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros, não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas e de terrenos e edifícios, apresentam na conta de ganhos e perdas um valor positivo, conforme se demonstra no quadro seguinte:

Exercício de 2012			
Ganhos e perdas realizadas	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Ganho/Perda líquido
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.759.069,60	1.113.301,87	645.767,73
De ativos disponíveis para venda	1.643.245,63	1.106.733,49	536.512,14
de títulos de dívida	1.259.165,65	917.349,54	341.816,11
de ações	340.508,33	177.424,97	163.083,36
de fundos de investimento	43.571,65	11.958,98	31.612,67
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	115.823,97	6.568,38	109.255,59
de títulos de dívida	115.823,97	6.568,38	109.255,59
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	715.220,91	301.983,46	413.237,45
De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	715.220,91	301.983,46	413.237,45
de fundos de investimento	1.449.622,70	301.983,46	1.147.639,24
TOTAL	2.474.290,51	1.415.285,33	1.059.005,18

Exercício de 2011			
Ganhos e perdas realizadas	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Ganho/Perda líquido
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	431.186,18	1.029.109,37	-597.923,19
De ativos disponíveis para venda	431.186,18	999.282,84	-568.096,66
de títulos de dívida	378.548,38	741.730,92	-363.182,54
de ações	38.934,88	241.358,76	-202.423,88
de fundos de investimento	13.702,92	16.193,16	-2.490,24
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	0,00	29.826,53	-29.826,53
de títulos de dívida	0,00	29.826,53	-29.826,53
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	919.192,38	1.137.404,31	-218.211,93
De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	919.192,38	1.137.404,31	-218.211,93
de fundos de investimento	919.192,38	1.137.404,31	-218.211,93
TOTAL	1.350.378,56	2.166.513,68	-816.135,12

16. CUSTOS E GASTOS POR NATUREZA A IMPUTAR

16.1. CRITÉRIO DE IMPUTAÇÃO DOS CUSTOS E GASTOS POR NATUREZA ÀS FUNÇÕES

Os gastos são registados inicialmente por natureza e imputados às funções, sinistros, aquisição, administrativa e investimentos de acordo com o plano de contas.

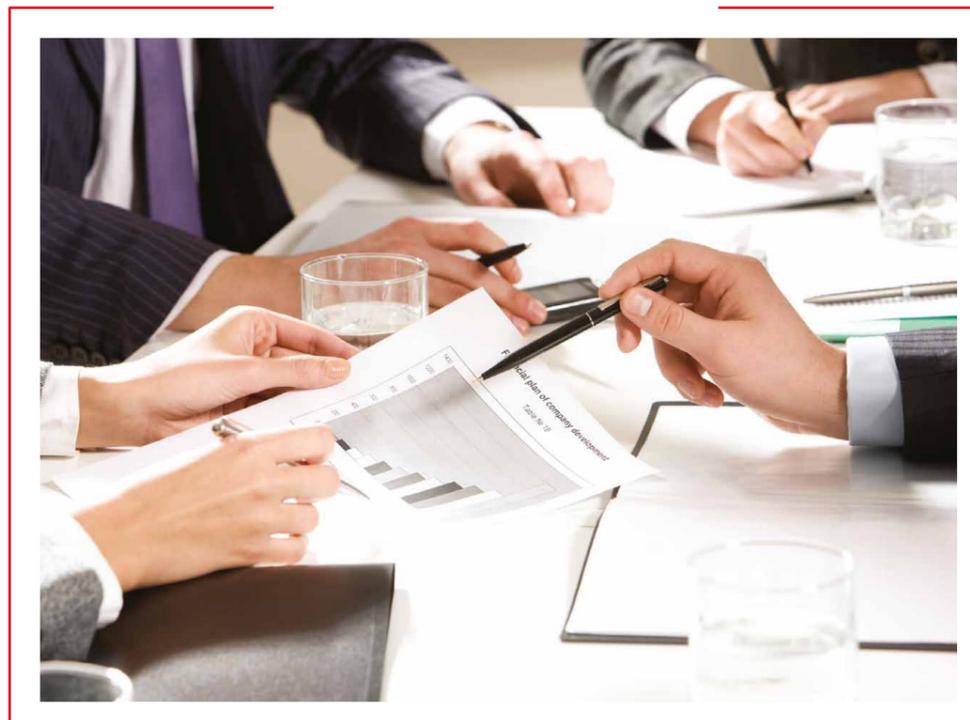
Os critérios utilizados para a repartição dos custos e gastos entre as várias áreas funcionais foram os seguintes:

a) Imputação de custos pelas várias áreas funcionais

O valor imputado a cada área funcional resulta da aplicação de uma percentagem, apurada com base nos tempos gastos pelo pessoal, para cada uma das áreas, ponderada com base nos respetivos vencimentos, aos custos por natureza a imputar.

A referida percentagem é obtida da seguinte forma:

- Por empregado, são encontrados em percentagem os tempos gastos para cada uma das diversas áreas de imputação;



- Estas percentagens são aplicadas ao vencimento de cada um dos funcionários, obtendo-se assim o valor dos vencimentos, por funcionário e área; e
- A percentagem a aplicar aos custos por natureza, para cada uma das áreas, é encontrada dividindo o valor do somatório dos vencimentos por área e pelo valor total dos vencimentos.

b) Imputação de custos por funções aos diversos ramos

A imputação dos custos às diversas áreas funcionais pelos diversos ramos é efetuada da seguinte forma:

- Custos com sinistros: 50% do valor a imputar, com base nos custos com sinistros e os outros 50% com base no número de sinistros;
- Custos de aquisição: 50% do valor a imputar, com base nos prémios emitidos e outros 50% com base no número de apólices; e
- Custos administrativos e custos com investimentos: 25% do valor a imputar, com base nos custos com sinistros, outros 25% com base no número de sinistros, outros 25% com base nos prémios emitidos e os restantes 25% com base no número de apólices.

16.2. CUSTOS E GASTOS POR NATUREZA E IMPUTADOS ÀS FUNÇÕES

No quadro seguinte, demonstra-se o total dos custos e gastos por natureza, assim como a sua imputação às diversas funções:

Custos e gastos por natureza a imputar	Exercício de 2012			Total
	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	
Custos com pessoal	331.311,34	1.886.675,84	8.332,26	2.226.319,44
Fornecimentos e serviços externos	133.282,33	957.968,87	3.336,76	1.094.587,96
Impostos e taxas	3.653,41	20.452,39	88,39	24.194,19
Amortizações do exercício	17.689,05	100.487,43	445,19	118.621,67
Outras provisões	0,00	0,00	60.220,92	60.220,92
Juros suportados	0,00	0,00	173.272,35	173.272,35
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	485.936,13	2.965.584,53	245.695,87	3.697.216,53

Custos e gastos por natureza a imputar	Exercício de 2011			Total
	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	
Custos com pessoal	337.940,52	1.782.450,93	6.841,74	2.127.233,19
Fornecimentos e serviços externos	131.642,93	1.077.700,89	2.783,07	1.212.126,89
Impostos e taxas	3.407,87	19.821,91	71,59	23.301,37
Amortizações do exercício	18.202,82	96.877,98	364,49	115.445,29
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros suportados	0,00	0,00	67.402,02	67.402,02
Comissões	0,00	0,00	219.212,64	219.212,64
TOTAL	491.194,14	2.976.851,71	296.675,55	3.764.721,40

16.3. Honorários por serviços de Revisão Oficial de Contas e afins incluídos na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas auferes as remunerações que se encontram contractualmente estabelecidas e que a seguir se divulgam nos termos legalmente exigíveis.

Os honorários faturados nos exercícios de 2012 e de 2011 têm a seguinte distribuição (valores sem IVA):

Âmbito	2012	2011
Serviços de revisão legal das contas anuais	34.000,00	38.000,00
Serviços de garantia de fiabilidade	4.300,00	4.500,00
TOTAL	38.300,00	42.500,00

17. GASTOS COM PESSOAL

17.1. O número total de trabalhadores, no fim do período, era de 57, mais 6 do que no exercício anterior. O total dos trabalhadores encontra-se distribuído por grupo profissional/categoria conforme apresentado no seguinte quadro:

Grupo profissional/Categoria	N.º de trabalhadores
Dirigente	2
Diretor	2
Gestor	6
Gestor Comercial	1
Gestor Operacional	3
Gestor Técnico	2
Operacional	46
Coordenador Operacional	15
Especialista Operacional	27
Estagiário (especialista operacional)	4
Técnico	3
Técnico	3
TOTAL	57

17.2. Os gastos com pessoal, por natureza, registados nos exercícios de 2012 e de 2011 apresentam o seguinte detalhe:

Rubrica	2012	2011
Remunerações	1.648.258,40	1.501.181,45
Dos órgãos sociais	0,00	0,00
Do pessoal	1.648.258,40	1.501.181,45
Encargos sobre remunerações	386.520,37	355.587,07
Benefícios pós-emprego	47.120,27	466,81
Planos de contribuição definida	46.353,88	0,00
Planos de benefícios definidos	766,39	466,81
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	0,00	0,00
Benefícios de cesação de emprego	0,00	182.260,00
Seguros obrigatórios	40.435,11	48.708,69
Gastos de ação social	7.121,58	5.708,59
Outros gastos com o pessoal	96.863,71	33.320,58
TOTAL	2.226.319,44	2.127.233,19

17.3. A Companhia não é responsável por qualquer valor em matéria de pensões de reforma para antigos membros dos órgãos sociais

Por outro lado, relativamente aos membros dos órgãos sociais, não existe qualquer adiantamento ou crédito concedido, nem qualquer compromisso tomado por sua conta a título de qualquer garantia.

20. OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

20.1. PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

a) Política contabilística

No ponto 3.2.6., são descritas as políticas contabilísticas adotadas pela Companhia relativamente às obrigações com benefícios dos empregados.

b) Descrição geral do plano

1. Conforme o Contrato Coletivo da Atividade Seguradora e sem prejuízo do descrito a seguir no n.º 2, a Companhia efetuará, anualmente, contribuições para o Plano Individual de Reforma de valor correspondente às percentagens indicadas na tabela seguinte, aplicadas sobre o ordenado base anual do trabalhador:

Ano civil	% Contribuição para o PIR
2012	1,00%
2013	2,25%
2014	2,50%
2015	2,75%
2016	3,00%
2017 e seguintes	3,25%

2. A primeira contribuição da Companhia para o Plano Individual de Reforma verificar-se-á:

i. Para os trabalhadores no ativo admitidos na atividade seguradora antes de 22 de junho de 1995:

1. No ano 2012, a conversão do valor da responsabilidade por serviços passados calculados nos termos da cláusula 56.^a do Contrato Coletivo da Atividade Seguradora que esteve em vigor até 14/01/2012; e
2. No ano 2015, conforme tabela do n.º 1, desta nota.

ii. Para os restantes trabalhadores no ano de 2012.

Os movimentos relativos à constituição, por transferência do anterior plano e por contribuição representando custo do exercício, para o Plano Individual de Reforma, efetuados durante o exercício de 2012, foram os apresentados no quadro seguinte:

Conceito	Constituição por transferência de valor	Constituição por contribuição de valor
Transferência do valor das responsabilidades pelos serviços passados, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo, admitidos até 22 de junho de 1995, abrangidos pelo disposto na clausula 51. ^a do anterior CCT.	180.819,99	
Transferência da MAPFRE Seguros Gerais, S.A., do valor das responsabilidades pelos serviços passados, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo, admitidos até 22 de junho de 1995, abrangidos pelo disposto na clausula 51. ^a do anterior CCT, que foram transferidos para o quadro de pessoal da MAPFRE Seguros de Vida, S.A.	119.494,60	
Contribuição para os trabalhadores no ativo, admitidos na atividade seguradora no período compreendido entre 22 de junho de 1995 e 31 de dezembro de 2009.		5.950,83
TOTAL	300.314,59	5.950,83

3. A Companhia efetuou apólices de seguro individuais, num produto Universal Life, com garantia de capital, na própria Companhia. O valor capitalizado das entregas é resgatável, nos termos previstos no anexo V do Contrato Coletivo da Atividade Seguradora.

Dado que as apólices foram contratadas na própria companhia, de acordo com os parágrafos 25 a 27 da IAS 19, o plano deverá continuar a ser tratado para efeitos contabilísticos de forma equivalente aos planos de benefícios definidos.

c) Universo do plano

Fazem parte do plano os trabalhadores que preenchem os requisitos e aderiram ao Contrato Coletivo da Atividade Seguradora que entrou em vigor em 15/01/2012.

20.2. PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

a) Política contabilística

No ponto 3.2.6., são descritas as políticas contabilísticas adotadas pela Companhia relativamente às obrigações com benefícios dos empregados.

b) Descrição geral do plano

O plano destina-se a garantir os compromissos com pensões dos trabalhadores da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., que não aderiram ao Contrato Coletivo da Atividade Seguradora que entrou em vigor em 15/01/2012 e que preenchem as condições da cláusula 56.^a do anterior Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora, vigente de 22 de junho de 1995 a 14 de janeiro de 2012, segundo o qual têm acesso a este benefício todos os trabalhadores que tenham entrado na atividade seguradora antes de 22 de junho de 1995 e que se reformem na atividade seguradora, desde que tenham completado, pelo menos, dez anos de serviço na mesma.

As características do plano detalham-se mais adiante na alínea l) desta nota.

Encontram-se abrangidos pelo plano todos os trabalhadores que preencham as condições anteriores, incluindo os pertencentes a órgãos de gestão, desde que exercendo funções executivas.

No final do exercício de 2012, apenas um trabalhador era abrangido pelo plano de benefícios definidos.

Ainda nos termos do anterior Contrato Coletivo da Atividade Seguradora, a Companhia tem a responsabilidade de assegurar prestações de reforma por invalidez.

A prestação de invalidez é calculada segundo a fórmula:

$P = (0,022 * t * 14 / 12 * R) - (0,022 * n * S / 60)$ em que:

- R = último salário efetivo mensal na data da reforma;
- n = n.º de anos civis com entrada de contribuições para a Segurança Social;
- S = soma dos salários anuais dos cinco melhores anos dos últimos dez sobre os quais incidem contribuições para a Segurança Social;
- t = anos de serviço na atividade seguradora;
- 0,5 > = 0,022 * t <= 0,8;
- 0,3 > = 0,022 * n <= 0,8.

Para terem direito a esta prestação, os trabalhadores têm de contar no mínimo com cinco anos de serviço na atividade seguradora e qualquer fração de ano conta como um ano completo e as prestações são pagas 14 vezes no ano.

Atendendo a que as estimativas destas responsabilidades são de difícil execução e que as metodologias disponíveis para o seu apuramento conduzem a resultados que não se consideram razoáveis, e dada a imaterialidade do valor, a MAPFRE, baseada nos princípios prescritos na IAS 37, sempre optou por não as realizar, não procedendo ao seu reconhecimento.

No entanto, as responsabilidades encontram-se cobertas através de uma apólice de seguro do tipo temporário anual renovável realizada na própria Companhia.

c) Veículo de financiamento utilizado

As responsabilidades da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., no âmbito deste plano, encontram-se garantidas por apólices de seguro não elegíveis nos termos da IAS 19, subscritas na MAPFRE Seguros de Vida, S.A.

Estas apólices são de rendas vitalícias, no que respeita à cobertura das responsabilidades com prestações em pagamento ao pessoal já reformado e apólices de Capital Diferido a Prémio Único, adquiridas anualmente para cobertura das responsabilidades que se vencem anualmente relativamente a trabalhadores no ativo.

As taxas de juro implícitas nestas apólices encontram-se descritas no ponto seguinte.

d) Valor e taxa de rentabilidade efetiva dos ativos do plano

O valor dos ativos e as bases técnicas dessas apólices são os seguintes:

Exercício de 2012				
N.º apólice	Modalidade	Taxa técnica	Tabela mortalidade	Valor ativos (euros)
201000022	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	15.086,69
TOTAL APÓLICES				15.086,69

Exercício de 2011				
N.º apólice	Modalidade	Taxa técnica	Tabela mortalidade	Valor ativos (euros)
201000022	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	234.685,52
TOTAL APÓLICES				234.685,52

e) Responsabilidade passada

Responsabilidade passada		
Conceito	2012	2011
Valor atual serviços passados – pessoal no ativo	15.042,64	166.037,69
Valor atual serviços passados – reformados	0,00	0,00
TOTAL	15.042,64	166.037,69

f) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do valor atual das obrigações

Responsabilidades com pessoal no ativo		
Conceito	2012	2011
Valor responsabilidades janeiro	166.037,69	203.654,00
Custo serviço corrente	671,05	11.318,51
Custo dos juros	408,38	5.955,92
Resgates	155.147,51	41.118,32
Ganhos atuariais	0,00	13.772,42
Perdas atuariais	3.073,03	
VALOR RESPONSABILIDADES DEZEMBRO	15.042,64	166.037,69

g) Análise da obrigação em planos que não tem financiamento

No caso da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., a totalidade dos planos de benefícios definidos encontra-se financiada a 100%.

h) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do justo valor dos ativos

No quadro seguinte apresentamos a reconciliação do saldo do ativo:

Apólices capital diferido prémio único		
Conceito	2012	2011
Valor ativos janeiro	234.685,52	247.197,00
Contribuições empresa	0,00	11.784,89
Resgates	219.911,87	29.117,32
Retorno ativos	332,41	5.562,25
Ganhos atuariais	19,37	741,30
Perdas atuariais		
VALOR ATIVOS DEZEMBRO	15.086,69	234.685,52

i) Reconciliação do valor da obrigação e do justo valor dos ativos do plano

A totalidade dos ativos e obrigações relativos ao Plano de Benefícios Definido da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., descritos nas alíneas f) e h) anteriores são relevados no balanço na linha de "Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo" e na linha de "Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo".

j) Gasto total reconhecido na conta de ganhos e perdas

Custo reconhecido em resultados		
Conceito	2012	2011
Custo serviço corrente	6.621,90	11.318,51
Custo transferência de plano	40.403,03	0,00
Custo dos juros	408,38	5.955,92
Retorno ativos	-313,04	-4.820,95
Pagamentos	0,00	-11.986,67
Ganhos atuariais	0,00	-13.772,42
Perdas atuariais	3.073,03	0,00
TOTAL	50.193,30	-13.305,61

k) Quantias reconhecidas em ganhos e perdas

Não foram registados quaisquer outros ganhos ou perdas do exercício corrente.

l) Descrição dos principais pressupostos atuariais usados

O cálculo da responsabilidade foi efetuado de acordo com os preceitos da IAS 19, com as seguintes bases:

- Método de valorização atuarial *Unit Credit* ou Método da Unidade de Crédito Projetada;
- Hipóteses atuariais, nem imprudentes nem excessivamente conservadoras;
- Tabelas de mortalidade geracionais espanholas de sobrevivência PERM 2000 P para homens e PERF 2000 P para mulheres;
- Não se considerou taxa de rotação;
- Taxa de juro para estimação do valor atual das responsabilidades à data de 31 de dezembro de 2012 de 2,29%.

Para determinar o rendimento financeiro estimaram-se os fluxos prováveis das rendas de reforma por velhice, diferidas aos 65 anos para cada empregado. Obtidos os fluxos aplicou-se-lhes a curva de tipos *euroswap* de 17 de dezembro de 2012, que é uma curva livre de risco, obtendo-se uma TIR de 2,29% anual.

- Crescimento no valor das pensões da Segurança Social de 2% ao ano;
- Incremento do valor das pensões a cargo da Companhia de 2% ao ano;
- Taxa de inflação anual de 2%;
- Incremento salarial à taxa de crescimento anual de 3%;
- Idade normal de reforma os 65 anos.

O plano enquadra-se nas disposições do anterior Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora e apresenta as seguintes características:

- Terá direito à prestação de reforma o trabalhador com data de ingresso no setor segurador anterior a 22 de junho de 1995, de acordo com o estipulado no anterior Contrato Coletivo de Trabalho;
- Para os trabalhadores que pertenciam ao quadro de pessoal, à data de 31 de dezembro de 2011, a Companhia cobrirá as prestações de reforma, pelo tempo decorrido, desde que tenham entrado na Companhia até aos 65 anos.

- Para os trabalhadores que prestaram serviço para a Companhia, mas já não pertenciam ao quadro de pessoal à data de 31 de dezembro de 2011, a Companhia cobrirá as prestações de reforma pelo tempo decorrido desde a data de entrada até à data de saída em proporção do tempo desde que entrou no setor até aos 65 anos;
- Os trabalhadores que atinjam os 65 anos de idade como ativos ou como pré-reformados têm direito a uma prestação vitalícia, a cargo da Companhia, pagável 14 vezes no ano, de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = (0,8 \cdot 14 / 12 \cdot R) - (0,022 \cdot N \cdot S / 60)$$

em que,

- P = prestação a pagar pela Companhia;
- R = último salário efetivo no momento da reforma;
- N = número de anos de contribuição para a Segurança Social;
- S = soma dos salários anuais dos cinco melhores anos dos últimos dez;
- $0,3 \geq 0,022 \cdot N < 0,8$.

- Para ter direito a esta prestação, os trabalhadores têm de contar dez anos de serviço na atividade seguradora;

- Qualquer fração de ano conta como um ano completo; e
- Atualização anual da prestação à taxa de inflação de 2%. Porém, a soma da prestação anual resultante dessa atualização com a pensão anual a cargo da Segurança Social não poderá ultrapassar o ordenado mínimo líquido anual (ordenado base adicionado do prémio de antiguidade do momento em que se reformou).

Os conceitos utilizados foram os seguintes:

- Valor atual das responsabilidades

Corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros esperados que são necessários para cumprir com as responsabilidades derivadas dos serviços prestados pelos trabalhadores no exercício corrente e nos anos anteriores.

Calculou-se o valor da prestação, segundo as bases antes referenciadas e, a partir dela, calculou-se o capital total equivalente aos 65 anos.

Com este capital e aplicando o método *Unit Credit*, obteve-se a parte do capital total, que atendendo ao período de trabalho na Companhia até aos 65 anos e ao período decorrido na mesma até 31 de dezembro de 2011, deve considerar-se como ganho.

Este capital ganho está referido aos 65 anos, momento em que o trabalhador começa a receber a prestação estimada, portanto efetuou-se a atualização atuarial e financeira desse capital à data de 31 de dezembro de 2011.

- Custo do serviço corrente

Corresponde ao incremento do valor atual das responsabilidades em consequência dos serviços prestados pelos trabalhadores no presente exercício.

• Custo dos juros

Obtém-se multiplicando a taxa de rendimento financeiro do início do exercício (3,25% anual) pelo valor atual das responsabilidades existente a 31 de dezembro de 2012 e corresponde ao incremento do valor atual das responsabilidades devido ao facto de tais prestações estarem um exercício mais próximo do seu vencimento.

m) Quantias do período corrente e do período anterior

Conceito	2012	2011	2010
Valor das responsabilidades	15.042,64	166.037,69	203.654,00
Valor dos ativos	15.086,69	234.685,52	247.197,00
Excesso/(Insuficiência)	44,05	68.647,83	43.543,00
Ganhos/(Perdas) atuariais das responsabilidades	0,00	13.772,42	-38.372,33
% sobre responsabilidades	0,00%	8,29%	-18,84%
Ganhos/(Perdas) atuariais dos ativos	19,37	741,30	0,00
% sobre ativos	0,13%	0,32%	0,00%

21. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

21.1. IMPOSTO CORRENTE

Detalham-se no quadro seguinte as principais componentes do gasto por imposto corrente sobre lucros e a conciliação entre o gasto por imposto sobre lucros e o produto de multiplicar o resultado contabilístico por a taxa de imposto aplicada:

Exercício de 2012			
Demonstração do imposto corrente	Ganhos e perdas	Capital	Total
Resultado antes de imposto	1.965.642,31		1.965.642,31
Variações patrimoniais neg. não refletidas no resultado líquido			0,00
Varição do justo valor dos inst. financ. a representar as prov. téc. com particip. benef.		5.460.686,20	5.460.686,20
25% do resultado antes de impostos	491.410,58	1.365.171,55	1.856.582,13
Ajuste para a taxa da Região Autónoma da Madeira	0,00		0,00
Gasto reconhecido resultados – responsabilidades com pensões	0,00		0,00
Contribuições para o fundo com pensões de reforma	0,00		0,00
Multas, coimas e juros compensatórios	0,00		0,00
Correção mais menos valias contabilísticas/fiscais	0,00		0,00
Custos e proveitos extraordinários	8.918,89		8.918,89
Dividendos – instrumentos de capital	-40.515,45		-40.515,45
Benefícios fiscais	-1.455,77		-1.455,77
Total do imposto	458.358,26	1.365.171,55	1.823.529,81
Derrama	71.193,40	212.041,97	283.235,37
Tributação autónoma	17.157,17		17.157,17
Imposto sobre lucros a pagar/receber líquido	546.708,83	1.577.213,52	2.123.922,35

Exercício de 2011			
Demonstração do imposto corrente	Ganhos e perdas	Capital	Total
Resultado antes de imposto	1.800.760,59		1.800.760,59
Variações patrimoniais neg. não refletidas no resultado líquido			0,00
Varição do justo valor dos inst. financ. a representar as prov. téc. com particip. benef.		436.906,37	436.906,37
25% do resultado antes de impostos	450.190,15	109.226,59	559.416,74
Ajuste para a taxa da Região Autónoma da Madeira	-1.916,64		-1.916,64
Gasto reconhecido resultados – responsabilidades com pensões	0,00		0,00
Contribuições para o fundo com pensões de reforma	0,00		0,00
Multas, coimas e juros compensatórios	2.018,42		2.018,42
Correção mais menos valias contabilísticas/fiscais	142.570,37		142.570,37
Custos e proveitos extraordinários	6.648,55		6.648,55
Dividendos – instrumentos de capital	-45.835,41		-45.835,41
Benefícios fiscais	-1.569,13		-1.569,13
Total do imposto	552.106,31	109.226,59	661.332,90
Derrama	56.119,92		56.119,92
Tributação autónoma	20.233,84		20.233,84
Imposto sobre lucros a pagar/receber líquido	628.460,07	109.226,59	737.686,66

21.2. IMPOSTOS DIFERIDOS

a) Decomposição do saldo de ativos por impostos diferidos:

Exercício de 2012						
Activos por impostos diferidos	Saldo inicial	Aumentos		Reversões		Saldo final
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda – mensuração	344.488,03	0,00	0,00	0,00	344.488,03	0,00
De prejuizos fiscais	761.345,18	0,00	0,00	0,00	761.345,18	0,00
Do reconhecimento dos ativos/passivos por benefícios pós-emprego	57.034,30	0,00	0,00	1.017,45	0,00	56.016,85
De participação nos resultados a atribuir	0,00		864.869,34			864.869,34
TOTAL	1.162.867,51	0,00	864.869,34	1.017,45	1.105.833,21	920.886,19

Exercício de 2011						
Activos por impostos diferidos	Saldo inicial	Aumentos		Reversões		Saldo final
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda – mensuração	238.755,80	0,00	105.732,23	0,00	0,00	344.488,03
De prejuizos fiscais	1.444.768,74	0,00	0,00	552.106,31	131.317,25	761.345,18
Do reconhecimento dos ativos/passivos por benefícios pós-emprego	0,00	3.123,00	53.911,30		0,00	57.034,30
De participação nos resultados a atribuir						
TOTAL	1.683.524,54	3.123,00	159.643,53	552.106,31	131.317,25	1.162.867,51

b) Decomposição do saldo de passivos por impostos diferidos:

Activos por impostos diferidos	Exercício de 2012					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos		Reversões		
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda – mensuração	0,00	0,00	169.039,84	0,00	0,00	169.039,84
Do reconhecimento dos act./pass. por benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	169.039,84	0,00	0,00	169.039,84

Activos por impostos diferidos	Exercício de 2011					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos		Reversões		
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda – mensuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Do reconhecimento dos act./pass. por benefícios pós-emprego	11.538,90	0,00	0,00		11.538,90	0,00
TOTAL	11.538,90	0,00	0,00	0,00	11.538,90	0,00

22. CAPITAL

22.1. Indicações sobre o capital social

O capital social integralmente subscrito e realizado em dinheiro, no final do exercício de 2012, é de 17.500.000,00 euros, dividido em 3.500.000 ações, no valor nominal de 5,00 € cada:

Entidade acionista	2012		2011	
	N.º de ações	Valor	N.º de ações	Valor
MAPFRE Seguros Gerais, S.A.	3.500.000	17.500.000,00	3.500.000	17.500.000,00
TOTAL	3.500.000	17.500.000,00	3.500.000	17.500.000,00

a) Não existem quaisquer direitos, preferências e restrições associadas às ações representativas do capital. Para efeitos da margem de solvência relativa ao ramo Vida, a legislação em vigor tem como requisitos de capital as seguintes percentagens, por grupos homogêneos de produtos:

- Produtos com risco de morte e invalidez, cerca de 0,01% e 0,015% dos capitais em risco, consoante a sua duração;
- Produtos financeiros com risco da Companhia, 4% das provisões matemáticas; e
- Produtos *Unit Linked* com risco do tomador do seguro, 1% das provisões matemáticas.

b) De acordo com o quadro anterior, as ações são detidas por uma entidade associada, não existindo qualquer ação propriedade da própria Companhia;

c) Em referência a 31 de dezembro de 2012, não existem ações reservadas para emissão segundo opções nem contratos para a venda de ações.

22.2. No exercício 2012 não existiram movimentos no capital social

22.3. No exercício 2012, não existiram acordos de pagamento com base em ações pelo que não se verificou qualquer efeito daí decorrente na conta de ganhos e perdas

23. RESERVAS

23.1. As reservas de reavaliação compreendem os ajustamentos para o justo valor dos diferentes ativos, que segundo as IFRS devem ter reflexo direto nas contas de capital próprio da Companhia

A reserva por impostos diferidos corresponde ao valor que se prevê pagar ou recuperar a título de imposto efetivo, derivado dos ajustamentos para o justo valor dos ativos financeiros.

23.2. No quadro abaixo apresentam-se os movimentos que ocorreram no exercício de 2012 em cada uma das reservas:

Demonstração das variações das reservas	Exercício de 2012			
	Saldo inicial	Aumentos/Diminuições	Imparidades/Reversão	Saldo final
Reservas de reavaliação	-7.563.331,29	4.212.866,62	0,00	-3.350.464,67
Ações/Unid. Part. fundos invest.	-164.109,85	363.916,78	0,00	199.806,93
Títulos de dívida	-7.399.221,44	3.848.949,84	0,00	-3.550.271,60
Reserva por impostos diferidos	2.033.403,21	-1.227.964,64	0,00	805.438,57
Ações/Unid. Part. fundos invest.	41.027,47	-93.976,31	0,00	-52.948,84
Títulos de dívida	1.992.375,74	-1.133.988,33	0,00	858.387,41
Outras reservas	-5.805.863,45	1.175.423,52	0,00	-4.630.439,93
Reserva legal	160.562,46	117.542,35	0,00	278.104,81
Outras reservas	-5.966.425,91	1.057.881,17	0,00	-4.908.544,74
TOTAL	-11.335.791,53	4.160.325,50	0,00	-7.175.466,03

Demonstração das variações das reservas	Exercício de 2011			
	Saldo inicial	Aumentos/Diminuições	Imparidades/Reversão	Saldo final
Reservas de reavaliação	-8.064.494,34	501.163,05	0,00	-7.563.331,29
Ações/Unid. Part. fundos invest.	289.337,43	-453.447,28	0,00	-164.109,85
Títulos de dívida	-8.353.831,77	954.610,33	0,00	-7.399.221,44
Reserva por impostos diferidos	2.058.988,23	-25.585,02	0,00	2.033.403,21
Ações/Unid. Part. fundos invest.	60.510,09	-19.482,62	0,00	41.027,47
Títulos de dívida	1.998.478,14	-6.102,40	0,00	1.992.375,74
Outras reservas	-7.411.488,05	1.605.624,60	0,00	-5.805.863,45
Reserva legal	0,00	160.562,46	0,00	160.562,46
Outras reservas	-7.411.488,05	1.445.062,14	0,00	-5.966.425,91
TOTAL	-13.416.994,16	2.081.202,63	0,00	-11.335.791,53

O valor negativo de 4.630.439,93, apresentado na rubrica de outras reservas, contém a anulação do *goodwill* gerado na aquisição, com efeito a 1 de janeiro de 2010, da carteira de apólices, bem como dos respetivos ativos e passivos, à Agência Geral em Portugal, da MAPFRE Vida, Companhia de Seguros e Resseguros sobre la Vida Humana, S.A., no valor de 7.411.488,05.

Entendeu-se proceder a esta anulação porque a aludida transação foi efetuada entre entidades sujeitas a um controlo comum (MAPFRE Seguros Gerais, S.A.) e ocorreu no âmbito do processo de reorganização empresarial do Grupo MAPFRE, não se encontrando dentro do âmbito dos requisitos de contabilização impostos pela IFRS 3.

24. RESULTADOS POR AÇÃO

24.1. Apresenta-se o cálculo do resultado por ação

Conceito	2012	2011
Resultado líquido atribuído aos acionistas	1.409.538,87	1.175.423,52
Numero médio de ações	3.500.000	3.500.000
Resultado por ação (em euros)	0,40	0,34

25. DIVIDENDOS POR AÇÃO

25.1. O Conselho de Administração propôs que o resultado do exercício 2012, no montante de 1.409.538,87 euros (um milhão quatrocentos e nove mil quinhentos e trinta e oito euros e oitenta e sete cêntimos), seja integralmente aplicado no reforço dos capitais próprios, da seguinte forma:

- Resultados transitados: 32.763,69 euros (trinta e dois mil setecentos e sessenta e três euros e sessenta e nove cêntimos);
- Reserva legal: 140.953,89 euros (cento e quarenta mil novecentos e cinquenta e três euros e oitenta e nove cêntimos);
- Reserva livre: 1.235.821,29 euros (um milhão duzentos e trinta e cinco mil oitocentos e vinte e um euros e vinte e nove cêntimos).



26. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

26.1. Informação sobre a empresa-mãe e sobre a empresa-mãe do topo do grupo

A MAPFRE é um grupo espanhol independente, que desenvolve fundamentalmente atividades seguradora e resseguradora em mais de 40 países. A matriz do Grupo é a sociedade *holding* MAPFRE, S.A., cujas ações cotizam nas bolsas de Madrid e Barcelona e fazem parte dos índices IBEX35, Dow Jones Stoxx Insurance, Dow Jones Sustainability World Index, MSCI Spain, FTSE All-World Developed Europe index, FTSE4Good e FTSE4Good IBEX.

A propriedade da maioria das ações da MAPFRE, S.A., é da FUNDACIÒN MAPFRE, o que garante a independência do Grupo e a sua estabilidade institucional. A FUNDACIÒN MAPFRE desenvolve atividades de interesse geral nas áreas de Ação Social, Ciências do Seguro, Cultura, Segurança Rodoviária, Prevenção, Saúde e Meio Ambiente.

A MAPFRE tem uma sólida posição de liderança no Seguro Espanhol e uma ampla implementação multinacional, onde mais de 250 sociedades, que se agrupam em divisões e unidades, operam com ampla autonomia de gestão, debaixo da coordenação e supervisão dos altos Órgãos diretivos do Grupo, aos quais cabe determinar as linhas de orientação gerais e as políticas comuns de atuação.

A MAPFRE Seguros de Vida, S.A., é uma dessas sociedades, que desenvolve a sua atividade em Portugal e é detida a 100% pela MAPFRE Seguros Gerais, S.A., que por sua vez é detida a 99,9991% pela MAPFRE Internacional, S.A.

26.2. Descrição dos relacionamentos entre empresas-mãe e filiais

As transações com partes relacionadas referem-se a contratos de seguros, de resseguros, imobiliárias e de serviços. Não ocorreram contudo quaisquer operações com a casa mãe, além das relativas à distribuição de reservas e de dividendos, nem com entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a Companhia, filiais, associadas, empreendimentos conjuntos nos quais a Companhia seja um empreendedor, administradores da entidade ou da casa mãe, além das remunerações relativas aos Administradores.

26.3. Informação relacionada com o órgão de administração

A responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo da Companhia compete ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, que constituem o Órgão Social da Companhia.

A divulgação da política de remuneração dos membros dos órgãos de administração, de acordo com a Norma Regulamentar N.º 5/2010-R, de 1 de abril, está relatada no Relatório de Gestão.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não auferem qualquer remuneração pelo desempenho do cargo na MAPFRE Seguros de Vida, S.A.

No quadro abaixo, apresentam-se as entidades do Grupo MAPFRE das quais os membros do Conselho de Administração fazem parte:

Administrador	Grupo MAPFRE	
	Sociedades nas quais integram o Órgão de Administração	
António Manuel Cardoso Belo	Mapfre Seguros Gerais, S.A.; Finibanco Vida, S.A.	
Vítor Manuel da Silva Reis	Finibanco Vida, S.A.	
Pedro Ribeiro e Silva	Finibanco Vida, S.A.	
Maria de Lurdes Ferreira da Mata Soares Póvoas	Finibanco Vida, S.A.	

Os administradores renunciaram ao seu mandato na sociedade Finibanco Vida, S.A., em 11 de dezembro, com efeito a 1 de janeiro de 2013.

26.4. Apresentam-se de seguida as operações ocorridas e saldos do exercício com todas as outras entidades relacionadas:

Milhares de euros

Conceito	Gastos		Rendimentos	
	2012	2011	2012	2011
Serviços recebidos/prestados e outros gastos/rendimentos	115	90	1.399	388
Gastos/rendimentos de investimentos imobiliários	0	0	0	0
Gastos/rendimentos de investimentos e contas financeiras	136	96	0	124
TOTAL	251	186	1.399	512

Milhares de euros

Conceito	Operações gerais	
	2012	2011
Créditos e dívidas	41	65
TOTAL	41	65

As operações de resseguro efetuadas entre empresas do Grupo apresentam-se no quadro seguinte:

Milhares de euros

Conceito	Resseguro cedido	
	2012	2011
Prémios adquiridos	727	723
Sinistros recebidos	480	771
Variação de provisões técnicas	272	-148
Comissões	52	63
Juros sobre depósitos	0	0

Os valores referentes aos saldos das contas correntes de resseguro, de depósitos constituídos e de provisões técnicas, por operações de resseguro, com entidades do Grupo apresentam-se no quadro seguinte:

Milhares de euros

Conceito	Resseguro cedido	
	2012	2011
Créditos e dívidas	230	345
Depósitos	0	0
Provisões técnicas	793	512
TOTAL	1.023	857

27. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Milhares de euros

Demonstração do fluxo de caixa	2012	2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de prémios	49.815.763,74	48.969.635,47
Pagamentos de sinistros	-43.785.980,73	-45.163.457,18
Pagamentos de comissões	-608.475,50	-544.691,07
Entradas por operações de resseguro	205.523,08	68.304,34
Saídas por operações de resseguro	-294.649,77	-212.420,60
Outros recebimentos	706.264,54	247.792,40
Pagamentos a fornecedores e pessoal	-1.873.046,31	-4.203.268,42
Imposto sobre o rendimento	-147.823,16	-81.948,21
TOTAL FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	4.017.575,89	-920.053,27
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Outros ativos tangíveis	-59.805,97	0,00
Outros ativos intangíveis	0,00	0,00
Títulos de dívida	-12.618.525,10	-13.879.444,86
Instrumentos de capital e unidades de participação	0,00	0,00
Participação no capital de outras sociedades	0,00	0,00
Juros e dividendos recebidos	7.266.743,34	6.608.806,59
Outros investimentos	1.039.097,83	7.091.367,92
TOTAL FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-4.372.489,90	-179.270,35
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Outros recebimentos ou pagamentos	0,00	0,00
TOTAL FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	0,00	0,00
EFEITO DAS VARIAÇÕES DAS DIFERENÇAS DE CÂMBIOS	0,00	0,00
Aumento líquido de caixa e seus equivalentes	-354.914,01	-1.099.323,62
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4.038.108,80	5.137.432,42
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	3.683.194,79	4.038.108,80

28. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO NÃO DESCRITOS EM PONTOS ANTERIORES

Não se registaram eventos subsequentes relevantes, em data posterior às demonstrações financeiras apresentadas.

29. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

29.1. ALTERAÇÕES VOLUNTÁRIAS DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

29.2. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES JÁ EMITIDAS, MAS QUE AINDA NÃO SÃO OBRIGATÓRIAS

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na atividade da Companhia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2012 e que a Companhia não adotou antecipadamente são apresentadas na Nota 30. Estas Normas serão adotadas a partir da data do endosso pela UE.

30. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES JÁ EMITIDAS MAS QUE AINDA NÃO SÃO OBRIGATÓRIAS

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na atividade da Companhia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2012 e que a Companhia não adotou antecipadamente são as seguintes:

Já endossadas pela UE:

IAS 1 APRESENTAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (EMENDA)

A emenda à IAS 1 altera a agregação de itens apresentados na Demonstração do Rendimento Integral. Itens suscetíveis de serem reclassificados (ou "reciclados") para lucros ou perdas no futuro (por exemplo na data de desconhecimento ou liquidação) devem ser apresentados separados dos itens que não suscetíveis de serem reclassificados para lucros ou perdas (por exemplo, reservas de reavaliação previstas na IAS 16 e IAS 38).

Esta emenda não altera a natureza dos itens que devem ser reconhecidos na Demonstração de Rendimento Integral, nem se os mesmos devem ou não ser suscetíveis de serem reclassificados em lucros ou perdas no futuro.

As alterações à IAS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados após 30 de junho de 2012, podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

Da aplicação desta alteração à Norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia

IAS 19 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (REVISTA)

A IAS 19 Benefícios de empregados (Revista), sendo as principais alterações as seguintes:

- A eliminação da opção de diferir o reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, conhecida pelo "método do corredor"; Ganhos e Perdas actuariais são reconhecidos na Demonstração do Rendimento Integral quando os mesmos ocorrem. Os valores reconhecidos nos lucros ou prejuízos são limitados: ao custo corrente e de serviços passados (que inclui os ganhos e perdas nos cortes), ganhos e perdas na liquidação e custos (proveitos) relativos a juros líquidos. Todas as restantes alterações no valor líquido do ativo (passivo) decorrente do plano de benefício definido devem ser reconhecidas na Demonstração do Rendimento Integral, sem subsequente reclassificação para lucros ou perdas;
- Os objetivos para as divulgações relativos a planos de benefício definido são explicitamente referidos na revisão da norma, bem como novas divulgações ou divulgações revistas. Nestas novas divulgações inclui-se informação quantitativa relativamente a análises de sensibilidade à responsabilidade dos benefícios definidos a possíveis alterações em cada um dos principais pressupostos actuariais;
- Benefícios de cessação de emprego deverão ser reconhecidos no momento imediatamente anterior: (i) a que compromisso na sua atribuição não possa ser retirado e (ii) a provisão por reestruturação seja constituída de acordo com a IAS 37;
- A distinção entre benefícios de curto e longo prazo será baseado na tempestividade da liquidação do benefício independentemente do direito ao benefício do empregado já ter sido conferido.

As alterações à IAS 19 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

Da aplicação destas alterações à Norma são esperados impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras que ainda não foram quantificados.

Ainda não endossadas pela UE:

IFRS 7 (EMENDA) COMPENSAÇÃO DE ATIVOS FINANCEIROS E PASSIVOS FINANCEIROS

Esta emenda requer que as entidades divulguem informação sobre direitos de compensação e acordos relacionados (por exemplo Garantias colaterais). Estas divulgações providenciam informações que são úteis na avaliação do efeito líquido que esses acordos possam ter na Demonstração da Posição Financeira de cada entidade. As novas divulgações são obrigatórias para todos os instrumentos financeiros que possam ser compensados tal como previsto pela IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As novas divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros que estão sujeitos a acordos principais de compensação ou outros acordos similares, independentemente de os mesmos serem compensados de acordo com o previsto na IAS 32.

As alterações à IFRS 7 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013. A emenda à IFRS 7 deverá ser aplicável retrospectivamente de acordo com a IAS 8. Contudo, se a entidade decidir aplicar antecipadamente a IAS 32 Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros, deve aplicar conjuntamente as divulgações previstas na IFRS 7.

Da aplicação desta alteração à Norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

IFRS 9 INSTRUMENTOS FINANCEIROS (INTRODUZ NOVOS REQUISITOS DE CLASSIFICAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS)

A primeira fase da IFRS 9 Instrumentos financeiros aborda a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros. O IASB continua a trabalhar e a discutir os temas de imparidade e contabilidade de cobertura com vista à revisão e substituição integral da IAS 39. A IFRS 9 aplica-se a todos os instrumentos financeiros que estão no âmbito de aplicação da IAS 39.

As principais alterações são as seguintes:

Ativos Financeiros:

Todos os ativos financeiros são mensurados no reconhecimento inicial ao justo valor.

Os instrumentos de dívida podem ser mensurados ao custo amortizado subsequentemente se:

- A opção pelo justo valor não for exercida;
- O objetivo da detenção do ativo, de acordo com o modelo de negócio, é receber os *cash-flows* contratualizados; e
- Nos termos contratados os ativos financeiros irão gerar, em datas determinadas, *cash-flows* que se consubstanciam somente no pagamento de reembolso de capital e juros relativos ao capital em dívida.

Os restantes instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor.

Todos os investimentos financeiros de capital próprio são mensurados ao justo valor através da Demonstração de Rendimento Integral ou através de proveitos e perdas. Cada um dos instrumentos financeiros de capital próprio deve ser mensurado ao justo valor através de i) na Demonstração de Rendimento integral ou (ii) Proveitos e perdas (os instrumentos financeiros de capital próprio detidos devem ser mensurados ao justo valor com as respetivas variações sempre reconhecidas através de proveitos e perdas).

Passivos Financeiros:

As diferenças no justo valor de passivos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos que resultem de alterações no risco de crédito da entidade devem ser apresentadas na Demonstração de rendimento integral. Todas as restantes alterações devem ser registadas nos lucros e perdas exceto se a apresentação das diferenças no justo valor resultantes do risco de crédito do passivo financeiro fossem suscetíveis de criar ou aumentar uma descompensação significativa nos resultados do período.

Todas as restantes regras de classificação e mensuramento relativamente a passivos financeiros existentes na IAS 39 permanecem inalteradas na IFRS 9, incluindo as regras da separação de derivados embutidos e o critério para ser reconhecidos ao justo valor por proveitos e perdas.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2015. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação das disposições relativas aos passivos financeiros pode ser também antecipada desde que em simultâneo com as disposições relativas aos ativos financeiros.

Da aplicação desta Norma são esperados impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras que ainda não foram quantificados.

IFRS 13 MENSURAÇÃO DO JUSTO VALOR

A IFRS 13 estabelece uma fonte única de orientação para a mensuração do justo valor de acordo com as IFRS. A IFRS 13 não indica quando uma entidade deverá utilizar o justo valor, mas estabelece uma orientação de como o justo valor deve ser mensurado sempre que o mesmo é permitido ou requerido.

O justo valor é definido como o “preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação entre duas partes a atuar no mercado na data de mensuração”.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013 sendo, a aplicação antecipada permitida desde que divulgada. A aplicação é prospetiva.

Da aplicação desta Norma são esperados impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras que ainda não foram quantificados.

IAS 12 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A emenda à IAS 12 clarifica que a determinação de imposto diferido relativo a propriedades de investimento mensuradas ao justo valor, ao abrigo da IAS 40, deverá ser calculada tendo em conta a sua recuperação através da sua alienação no futuro. Esta presunção pode ser no entanto rebatível caso a entidade tenha um plano de negócios que demonstre que a recuperação desse imposto será efetuada através do uso das propriedades de investimento.

Adicionalmente, a emenda refere ainda que os impostos diferidos reconhecidos por ativos fixos tangíveis não depreciáveis que sejam mensurados de acordo com o modelo de revalorização devem ser calculados no pressuposto de que a sua recuperação será efetuada através da venda destes ativos.

As alterações à IAS 12 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012, podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

Da aplicação destas alterações à Norma são esperados impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras que ainda não foram quantificados.

IAS 32 INSTRUMENTOS FINANCEIROS (COMPENSAÇÃO DE ATIVOS FINANCEIROS E PASSIVOS FINANCEIROS)

A emenda clarifica o significado de “direito legal correntemente executável de compensar” e a aplicação da IAS 32 aos critérios de compensação de sistemas de compensação (tais como sistemas centralizados de liquidação e compensação), os quais aplicam mecanismos de liquidação brutos que não são simultâneos.

O parágrafo 42 a) da IAS 32 requer que “um ativo financeiro e um passivo financeiro devem ser compensados e a quantia líquida apresentada no balanço quando, e apenas quando, uma entidade tiver atualmente um direito de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas”. Esta emenda clarifica que os direitos de compensar não só têm de ser legalmente correntemente executáveis no decurso da atividade normal, mas também têm de ser executáveis no caso de um evento de incumprimento e no caso de falência ou insolvência de todas as contrapartes do contrato, incluindo da entidade que reporta. A emenda também clarifica que os direitos de compensação não devem estar contingentes de eventos futuros.

O critério definido na IAS 32 para a compensação de instrumentos financeiros requer que a entidade de reporte pretenda ou liquidar numa base líquida ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo. A emenda clarifica que só os mecanismos de liquidação pelo valor bruto que eliminam ou resultam em riscos de crédito e liquidez insignificantes em que o processo de contas a receber e a pagar é um único processo de liquidação ou ciclo podem ser, de facto, equivalentes a uma liquidação pelo valor líquido, cumprindo com efeito o critério de liquidação líquido previsto na norma.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014. A emenda à IFRS 7 deverá ser aplicável retrospectivamente de acordo com a IAS 8. A aplicação antecipada é permitida devendo divulgar este facto e cumprir com as divulgações previstas pela IFRS 7 Divulgações (Emenda) – Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros.

Da aplicação desta clarificação à Norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

MELHORIAS ANUAIS RELATIVAS AO CICLO 2009-2011

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2009-2011, o IASB emitiu seis emendas a cinco normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IAS 1 (EMENDA) APRESENTAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Clarifica a diferença entre informação comparativa adicional e informação mínima comparativa. Geralmente, a informação comparativa mínima requerida corresponde ao período comparativo anterior.

Uma entidade deve incluir informação comparativa nas notas às demonstrações financeiras quando voluntariamente divulga informação para além da informação mínima requerida. A informação adicional relativa ao período comparativo não necessita de conter um conjunto completo de demonstrações financeiras.

Adicionalmente, o balanço de abertura da posição financeira (terceiro balanço) deve ser apresentado nas seguintes circunstâncias: i) quando uma entidade aplica uma política contabilística retrospectivamente ou elabora uma reexpressão retrospectiva de itens nas suas demonstrações

financeiras; ou ii) quando reclassifica itens nas suas demonstrações financeiras e estas alterações são materialmente relevantes para a demonstração da posição financeira. O balanço de abertura deverá ser o balanço de abertura do período comparativo. Todavia, ao contrário da informação comparativa voluntária, não são requeridas notas para sustentar a terceira demonstração da posição financeira.

IAS 32 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Clarifica que o imposto sobre o rendimento que resulte de distribuições a acionistas deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 Impostos sobre o rendimento.

IAS 34 RELATO FINANCEIRO INTERCALAR

Clarifica que os requisitos da IAS 34 relativamente à informação por segmentos para o total de ativos e passivos para cada segmento reportável, de forma a melhorar a consistência com a IFRS 8 Relato por segmentos.

De acordo com esta emenda, o total de ativos e passivos para cada um dos segmentos reportáveis só necessitam de ser divulgados quando os mesmos são regularmente providenciados aos gerentes de segmento.

As melhorias à IFRS são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, podem ser aplicadas antecipadamente desde que devidamente divulgadas. A aplicação é retrospectiva.

Da aplicação das melhorias às Normas não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

Lisboa, 5 março de 2013

Manuela Mendes
Técnico de Contas

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Manuel Cardoso Belo
(Presidente)

Vítor Manuel da Silva Reis
(Vice-Presidente)

Pedro Ribeiro e Silva
(Secretário)

Maria de Lurdes Ferreira da Mata
Soares Póvoas
(Vogal)

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS 2012

ANEXO 1.1.

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal
1. Filiais, associadas, empreendimentos conjuntos e outras empresas participadas e participantes				
1.1. Títulos nacionais				
1.1.1. Partes de capital em filiais				
1.1.2. Partes de capital em associadas				
1.1.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos				
1.1.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes				
Subtotal				
1.1.5. Títulos de dívida de filiais				
1.1.6. Títulos de dívida de associadas				
1.1.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos				
1.1.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes				
Subtotal				
1.1.9. Outros títulos em filiais				
1.1.10. Outros títulos em associadas				
1.1.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos				
1.1.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes				
Subtotal				
Subtotal 1.1.				
1.2. Títulos estrangeiros				
1.2.1. Partes de capital em filiais				
1.2.2. Partes de capital em associadas				
1.2.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos				
1.2.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes				
Subtotal				
1.2.5. Títulos de dívida de filiais				
1.2.6. Títulos de dívida de associadas				
1.2.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos				
1.2.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes				
Subtotal				
1.2.9. Outros títulos em filiais				
1.2.10. Outros títulos em associadas				
1.2.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos				
1.2.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes				
Subtotal				
Subtotal 1.2.				
Total 1.				
2. Outros				
2.1. Títulos nacionais				
2.1.1. Instrumentos de capital e unidades de participação				
2.1.1.1. Ações				
Subtotal				
2.1.1.2. Títulos de participação				
Subtotal				
2.1.1.3. Unidades de participação em fundos de investimento				
Subtotal				
2.1.1.4. Outros				
Subtotal				
Subtotal 2.1.1.				

Euros

Código	Designação	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
				Unitário*	Total
1. Filiais, associadas, empreendimentos conjuntos e outras empresas participadas e participantes					
1.1. Títulos nacionais					
1.1.1. Partes de capital em filiais					
1.1.2. Partes de capital em associadas					
1.1.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos					
1.1.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes					
Subtotal					
1.1.5. Títulos de dívida de filiais					
1.1.6. Títulos de dívida de associadas					
1.1.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos					
1.1.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes					
Subtotal					
1.1.9. Outros títulos em filiais					
1.1.10. Outros títulos em associadas					
1.1.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos					
1.1.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes					
Subtotal					
Subtotal 1.1.					
1.2. Títulos estrangeiros					
1.2.1. Partes de capital em filiais					
1.2.2. Partes de capital em associadas					
1.2.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos					
1.2.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes					
Subtotal					
1.2.5. Títulos de dívida de filiais					
1.2.6. Títulos de dívida de associadas					
1.2.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos					
1.2.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes					
Subtotal					
1.2.9. Outros títulos em filiais					
1.2.10. Outros títulos em associadas					
1.2.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos					
1.2.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes					
Subtotal					
Subtotal 1.2.					
Total 1.					
2. Outros					
2.1. Títulos nacionais					
2.1.1. Instrumentos de capital e unidades de participação					
2.1.1.1. Ações					
Subtotal					
2.1.1.2. Títulos de participação					
Subtotal					
2.1.1.3. Unidades de participação em fundos de investimento					
Subtotal					
2.1.1.4. Outros					
Subtotal					
Subtotal 2.1.1.					

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(continua)

ANEXO 1.1.

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal
2.1.2. Títulos de dívida				
2.1.2.1. De dívida pública				
PTOTE1OE0019	BO. REP. PORTUGAL 4,375% 06/14	200.000	200.000,00	
PTOTE3OE0017	BO. REP. PORTUGAL 3,35% 10-15	3.100.000	3.100.000,00	
PTOTE6OE0006	BO. REP. PORTUGAL 4,2% 10/16	1.700.000	1.700.000,00	
PTOTEAOE0021	BO. REP. PORTUGAL 4,95% 10/23	2.700.000	2.700.000,00	
PTOTEGOE0009	BO. REP. PORTUGAL 5,45% 09/13	55.000	55.000,00	
PTOTELOE0010	BO. REP. PORTUGAL 4,35% 10/17	12.500.000	12.500.000,00	
PTOTEMOE0027	BO. REP. PORTUGAL 4,75% 06/19	18.300.000	18.300.000,00	
PTOTENOE0018	BO. REP. PORTUGAL 4,45% 06/18	875.000	875.000,00	
PTOTEEOE0017	BO. REP. PORTUGAL 3,6% 10/14	8.100.000	8.100.000,00	
PTOTEYOE0007	BO. REP. PORTUGAL 3,85% 04/21	12.650.000	12.650.000,00	
Subtotal		60.180.000	60.180.000	
2.1.2.2. De outros emissores públicos				
Subtotal				
2.1.2.3. De outros emissores				
Subtotal		0	0	0
Subtotal 2.1.2.		60.180.000	60.180.000,00	
Subtotal 2.1.		60.180.000	60.180.000,00	
2.2. Títulos estrangeiros				
2.2.1. Instrumentos de capital e unidades de participação				
2.2.2.1. Ações				
CH0012005267	ACCS. NOVARTIS AG	971		
CH0012032048	ACCS. ROCHE HOLDING AG	2.508		
CH0038863350	ACCS. NESTLE S.A. – REG	3.294		
DE0005557508	ACCS. DEUTSCHE TELEKOM	15.367		
DE0007037129	ACCS. RWE AG	1.836		
DE0007164600	ACCS. SAP AG	2.240		
DE0007236101	ACCS. SIEMENS AG	549		
DE0008430026	ACCS. MUENCHENER RUECKVER AG	1.177		
DE000BAY0017	ACCS. BAYER AG	6.930		
DE000ENAG999	ACCS. E.ON SE	19.351		
ES0111845014	ACCS. ABERTIS INFRASTRUCT SA (EX ACESA)	8.701		
ES0113211835	ACCS. BBVA	34.795		
ES0113679I37	ACCS. BANKINTER	13.471		
ES0113900J37	ACCS. BANCO SANTANDER	15.926		
ES0116870314	ACCS. GAS NATURAL SDG	5.405		
ES0118594417	ACCS. INDRA SISTEMAS, S.A.	5.052		
ES0130960018	ACCS. ENAGAS, S.A.	9.665		
ES0144580Y14	ACCS. IBERDROLA	82.788		
ES0167050915	ACCS. ACS	6.984		
ES0173093115	ACCS. REDESA – RED ELECTRICA CORPORACION	2.375		
ES0173516115	ACCS. REPSOL S.A.	15.202		

Euros

Código	Designação	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
				Unitário*	Total
2.1.2. Títulos de dívida					
2.1.2.1. De dívida pública					
PTOTE1OE0019	BO. REP. PORTUGAL 4,375% 06/14		194.985,44		202.505,20
PTOTE3OE0017	BO. REP. PORTUGAL 3,35% 10-15		2.803.453,82		2.939.727,02
PTOTE6OE0006	BO. REP. PORTUGAL 4,2% 10/16		1.552.610,00		1.611.535,85
PTOTEAOE0021	BO. REP. PORTUGAL 4,95% 10/23		2.275.022,60		2.344.734,10
PTOTEGOE0009	BO. REP. PORTUGAL 5,45% 09/13		56.016,25		56.089,43
PTOTELOE0010	BO. REP. PORTUGAL 4,35% 10/17		11.227.199,33		11.662.460,44
PTOTEMOE0027	BO. REP. PORTUGAL 4,75% 06/19		16.108.612,69		17.001.280,34
PTOTENOE0018	BO. REP. PORTUGAL 4,45% 06/18		778.484,36		821.404,71
PTOTEEOE0017	BO. REP. PORTUGAL 3,6% 10/14		7.629.019,38		7.927.328,17
PTOTEYOE0007	BO. REP. PORTUGAL 3,85% 04/21		10.067.391,39		10.792.063,17
Subtotal			52.692.795,26		55.359.128,43
2.1.2.2. De outros emissores públicos					
Subtotal					
2.1.2.3. De outros emissores					
Subtotal			0	0	0
Subtotal 2.1.2.			52.692.795,26		55.359.128,43
Subtotal 2.1.			52.692.795,26		55.359.128,43
2.2. Títulos estrangeiros					
2.2.1. Instrumentos de capital e unidades de participação					
2.2.2.1. Ações					
CH0012005267	ACCS. NOVARTIS AG	42,40	41.166,84	47,59	46.209,35
CH0012032048	ACCS. ROCHE HOLDING AG	115,06	288.559,59	152,42	382.266,32
CH0038863350	ACCS. NESTLE S.A. – REG	30,27	99.694,43	49,37	162.626,20
DE0005557508	ACCS. DEUTSCHE TELEKOM	9,57	146.997,07	8,59	132.079,36
DE0007037129	ACCS. RWE AG	37,19	68.278,07	31,24	57.356,64
DE0007164600	ACCS. SAP AG	37,30	83.562,89	60,69	135.945,60
DE0007236101	ACCS. SIEMENS AG	75,87	41.653,42	82,20	45.127,80
DE0008430026	ACCS. MUENCHENER RUECKVER AG	104,38	122.858,81	136,00	160.072,00
DE000BAY0017	ACCS. BAYER AG	55,21	382.597,63	71,89	498.197,70
DE000ENAG999	ACCS. E.ON SE	19,03	368.275,36	14,09	272.655,59
ES0111845014	ACCS. ABERTIS INFRASTRUCT SA (EX ACESA)	12,26	106.667,89	12,42	108.066,42
ES0113211835	ACCS. BBVA	7,67	266.946,57	6,96	242.173,20
ES0113679I37	ACCS. BANKINTER	4,43	59.719,54	3,14	42.298,94
ES0113900J37	ACCS. BANCO SANTANDER	5,81	92.468,23	6,10	97.148,60
ES0116870314	ACCS. GAS NATURAL SDG	12,59	68.051,59	13,58	73.399,90
ES0118594417	ACCS. INDRA SISTEMAS, S.A.	11,63	58.768,77	10,02	50.621,04
ES0130960018	ACCS. ENAGAS, S.A.	14,69	142.000,87	16,14	155.993,10
ES0144580Y14	ACCS. IBERDROLA	4,00	331.449,16	4,20	347.295,66
ES0167050915	ACCS. ACS	22,37	156.244,28	19,04	132.975,36
ES0173093115	ACCS. REDESA – RED ELECTRICA CORPORACION	28,40	67.460,03	37,30	88.587,50
ES0173516115	ACCS. REPSOL S.A.	15,46	235.003,79	15,33	233.122,66

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(continua)

ANEXO 1.1.

(continuação) Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Valor de balanço	
					Unitário*	Total
ES0178430E18	ACCS. TELEFONICA S.A.	48.759				
ES0673516912	DCHOS. REPSOL 01/13	15.202				
FR0000120271	ACCS. TOTAL S.A.	8.242				
FR0000120578	ACCS. SANOFI	1.547				
FR0000120644	ACCS. DANONE	2.493				
FR0000125486	ACCS. VINCI S.A.	949				
FR0000127771	ACCS. VIVENDI UNIVERSAL	6.343				
FR0000131104	ACCS. BNP PARIBAS	3.143				
FR0000133308	ACCS. FRANCE TELECOM	16.930				
FR0010208488	ACCS. GDF SUEZ	11.078				
GB0009252882	ACCS. GLAXOSMITHKLINE	4.220				
GB00B03MLX29	ACCS. ROYAL DUTCH SHELL PLC-A	1.980				
GB00B16GWD56	ACCS. VODAFONE GROUP	30.773				
IT0003128367	ACCS. ENEL SPA	15.583				
IT0003132476	ACCS. ENI SPA	21.014				
NL0000009355	ACCS. UNILEVER EUR	2.398				
Subtotal		445.241				
2.2.2.2. Títulos de participação						
Subtotal						
2.2.2.3. Unidades de participação em fundos de investimento						
ES0138902038	P/F. FONDMAPFRE CORTO PLAZO F.I.	756				
LU0043136406	P/ CAPINVEST SPAIN	3.551				
ES0138901030	P/F. BOLSA F.I.	8.320				
ES0138777034	P/F. MAPFRE PUENTE DE GARANTIA 3 F.I.	2.643				
ES0165196033	P/F. GARANTIZADO 011 F.I.	10.122				
ES0138708039	P/F. GARANTIZADO 907 F.I.	96.967				
ES0138394038	P/F. FONDMAPFRE GARANTIZADO 911 F.I.	214.467				
ES0138352036	P/F. FONDMAPFRE GARANTIZADO 811 F.I.	33.138				
ES0138353034	P/F. FONDMAPFRE GARANTIZADO 904, F.I.	112.054				
ES0138444031	P/F. GARANTIZADO 007 F.I.	74.427				
ES0138599032	P/F. GARANTIZADO 1104 F.I.	30.634				
ES0122067038	P/F. GARANTIZADO 1107 F.I.	64.281				
ES0138725033	P/F. GARANTIZADO 004 F.I.	22.259				
ES0138396033	P/F. GARANTIZADO 707 F.I.	152.362				
ES0138956034	P/F. MAPFRE PUENTE GARANTIA 10 F.I.	37				
ES0138395035	P/F. FONDMAPFRE GARANTIZADO 807 F.I.	79.233				
ES0138903036	P/F. RENTA F.I.	7.372				
Subtotal		912.624				
2.2.2.4. Outros						
Subtotal						
Subtotal 2.2.1.		1.357.865				
2.2.2. Títulos de dívida						
2.2.2.1. De dívida pública						

Código	Designação	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
				Unitário*	Total
ES0178430E18	ACCS. TELEFONICA S.A.	15,04	733.522,36	10,19	496.854,21
ES0673516912	DCHOS. REPSOL 01/13	0,47	7.190,53	0,46	7.023,31
FR0000120271	ACCS. TOTAL S.A.	39,41	324.818,48	39,01	321.520,42
FR0000120578	ACCS. SANOFI	49,40	76.419,64	71,39	110.440,33
FR0000120644	ACCS. DANONE	48,00	119.664,50	49,90	124.413,16
FR0000125486	ACCS. VINCI S.A.	39,14	37.147,43	35,96	34.126,04
FR0000127771	ACCS. VIVENDI UNIVERSAL	16,64	105.576,15	16,95	107.513,85
FR0000131104	ACCS. BNP PARIBAS	39,58	124.391,28	42,58	133.844,65
FR0000133308	ACCS. FRANCE TELECOM	12,36	209.250,83	8,34	141.179,26
FR0010208488	ACCS. GDF SUEZ	22,63	250.713,04	15,58	172.539,85
GB0009252882	ACCS. GLAXOSMITHKLINE	14,20	59.929,58	16,36	69.031,96
GB00B03MLX29	ACCS. ROYAL DUTCH SHELL PLC-A	21,53	42.635,31	25,98	51.430,50
GB00B16GWD56	ACCS. VODAFONE GROUP	1,78	54.627,86	1,89	58.239,04
IT0003128367	ACCS. ENEL SPA	3,45	53.825,37	3,14	48.899,45
IT0003132476	ACCS. ENI SPA	17,76	373.109,83	18,34	385.396,76
NL0000009355	ACCS. UNILEVER EUR	20,84	49.978,16	28,84	69.146,33
Subtotal			5.851.225,18		5.795.818,06
2.2.2.2. Títulos de participação					
Subtotal					
2.2.2.3. Unidades de participação em fundos de investimento					
ES0138902038	P/F. FONDMAPFRE CORTO PLAZO F.I.	1.490,87	1.127.720,65	1.498,57	1.133.546,67
LU0043136406	P/ CAPINVEST SPAIN	197,14	700.000,02	267,37	949.388,05
ES0138901030	P/F. BOLSA F.I.	20,92	174.033,66	23,25	193.422,46
ES0138777034	P/F. MAPFRE PUENTE DE GARANTIA 3 F.I.	7,32	19.353,00	7,49	19.790,28
ES0165196033	P/F. GARANTIZADO 011 F.I.	10,76	108.894,22	11,34	114.803,39
ES0138708039	P/F. GARANTIZADO 907 F.I.	14,22	1.378.697,12	14,46	1.402.551,74
ES0138394038	P/F. FONDMAPFRE GARANTIZADO 911 F.I.	7,79	1.671.032,40	7,11	1.525.779,55
ES0138352036	P/F. FONDMAPFRE GARANTIZADO 811 F.I.	7,56	250.659,12	7,73	256.273,96
ES0138353034	P/F. FONDMAPFRE GARANTIZADO 904, F.I.	7,73	866.378,61	7,87	882.180,87
ES0138444031	P/F. GARANTIZADO 007 F.I.	6,17	459.347,83	6,06	451.229,83
ES0138599032	P/F. GARANTIZADO 1104 F.I.	7,29	223.216,62	7,30	223.650,68
ES0122067038	P/F. GARANTIZADO 1107 F.I.	6,88	442.346,40	6,93	445.336,60
ES0138725033	P/F. GARANTIZADO 004 F.I.	8,01	178.185,70	8,64	192.258,46
ES0138396033	P/F. GARANTIZADO 707 F.I.	1,90	289.194,65	2,05	311.672,99
ES0138956034	P/F. MAPFRE PUENTE GARANTIA 10 F.I.	1.059,07	39.217,51	1.277,56	47.307,93
ES0138395035	P/F. FONDMAPFRE GARANTIZADO 807 F.I.	7,57	600.000,00	7,85	621.820,74
ES0138903036	P/F. RENTA F.I.	16,54	121.930,30	17,53	129.206,07
Subtotal			8.650.207,81		8.900.220,27
2.2.2.4. Outros					
Subtotal					
Subtotal 2.2.1.			14.501.432,99		14.696.038,33
2.2.2. Títulos de dívida					
2.2.2.1. De dívida pública					

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(continua)

ANEXO 1.1.

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal
ES0000011868	OB. EST. SEG. 6% 01/29	1.275.000	1.275.000,00	
ES0000012098	OB. EST. SEG. 4,75% 07/14	1.230.000	1.230.000,00	
ES00000120J8	OB. EST. SEG. 3,80% 01/17	1.970.000	1.970.000,00	
ES00000120N0	BO. EST. SEG. 4,90% 07/40	2.860.000	2.860.000,00	
ES00000121S7	OB. EST. SEG. 4,70% 07/41	50.000	50.000,00	
ES00000122E5	OB. EST. SEG. 4,65% 07/25	945.000	945.000,00	
ES00000122R7	OB. EST. SEG. 2,5% 10/13	2.500.000	2.500.000,00	
ES00000122T3	BO. EST. SEG. 4,85% 10/20	300.000	300.000,00	
ES00000123B9	OB. EST. SEG. 5,50% 04/21	5.430.000	5.430.000,00	
ES00000123C7	OB. EST. SEG. 5,9% 07/26	3.780.000	3.780.000,00	
ES00000123J2	BO. EST. SEG. 4,25% 10/16	12.550.000	12.550.000,00	
ES00000123K0	BO. EST. SEG. 5,85% 01/22	2.265.000	2.265.000,00	
ES0000012411	OB. EST. SEG. 5,75% 07/32	2.025.000	2.025.000,00	
ES0000012619	CUPON SEG. D.E. 07-16	3.900.000	3.900.000,00	
ES0000012726	CUPON SEG. D.E. 07/27	700.000	700.000,00	
ES0000012767	CUPON SEG. D.E. 07/31	700.000	700.000,00	
ES0000012783	OB. EST. SEG. 5,50% 07/17	6.255.000	6.255.000,00	
ES0000012932	OB. EST. SEG. 4,20% 01/37	1.085.000	1.085.000,00	
FR0120746609	BO. REP. FRANCIA 1% 07/17	950.000	950.000,00	
IT0003256820	BO. REP. ITÁLIA 5,75% 02/33	350.000	350.000,00	
IT0004273493	BO. REP. ITÁLIA 4,50% 02/18	1.500.000	1.500.000,00	
IT0004423957	BO. REP. ITÁLIA 4,5% 03/19	4.500.000	4.500.000,00	
Subtotal		57.120.000	57.120.000	
2.2.2.2. De outros emissores públicos				
Subtotal				
2.2.2.3. De outros emissores				
ES0312360003	BON. TIT HIP AYT CED CAJAS VI 4% 04/14	4.300.000	4.300.000,00	
ES0314950561	BO. CAJA MADRID CPN 0 03-14	2.000.000	2.000.000,00	
ES0314970163	BO. LA CAIXA 3,75% 11/13	200.000	200.000,00	
ES0370148019	BON. TIT HIP AYT CED CAJAS V 4,75% 12/18	500.000	500.000,00	
ES0413211113	CED. HIP. BBVA 3,25% 01/16	800.000	800.000,00	
ES0413211204	CED. TERRITORIALES BBVA 4,50% 05/14	700.000	700.000,00	
ES0413211428	CED. HIP. BBVA 4,75% 02/16	1.800.000	1.800.000,00	
ES0413440308	CED. HIP. BANESTO 4,75% 01/17	500.000	500.000,00	
ES0413770001	CED. BANCO PASTOR 3,75% 03/15	1.100.000	1.100.000,00	
ES0413790074	CED. HIP. BANCO POPULAR 4,125% 04/18	2.300.000	2.300.000,00	
ES0413790108	CED. HIP. BANCO POPULAR 3,50% 09/13	800.000	800.000,00	
ES0413790116	CED. HIP. BANCO POPULAR 4,25% 09/15	1.850.000	1.850.000,00	
ES0414840308	CED. HIP. CAJA CATALUÑA 4,875% 06/17	1.000.000	1.000.000,00	
ES0414950784	CED. HIP. CAJAMADRID 3,5% 11/14	900.000	900.000,00	
ES0414970246	CED. HIP. LA CAIXA 3,625% 01/21	1.800.000	1.800.000,00	
ES0414970303	CED. HIP. LA CAIXA 4,5% 01/22	4.250.000	4.250.000,00	
ES0414970402	CED. HIP. LA CAIXA 4,625% 06/19	1.000.000	1.000.000,00	

Euros

Código	Designação	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
				Unitário*	Total
ES0000011868	OB. EST. SEG. 6% 01/29		1.380.569,00		1.397.377,81
ES0000012098	OB. EST. SEG. 4,75% 07/14		1.266.043,25		1.292.458,33
ES00000120J8	OB. EST. SEG. 3,80% 01/17		1.924.720,72		2.032.545,20
ES00000120N0	BO. EST. SEG. 4,90% 07/40		2.456.703,64		2.573.700,27
ES00000121S7	OB. EST. SEG. 4,70% 07/41		49.900,52		43.858,44
ES00000122E5	OB. EST. SEG. 4,65% 07/25		889.088,59		882.780,82
ES00000122R7	OB. EST. SEG. 2,5% 10/13		2.486.953,00		2.517.311,65
ES00000122T3	BO. EST. SEG. 4,85% 10/20		267.795,00		300.116,48
ES00000123B9	OB. EST. SEG. 5,50% 04/21		5.035.982,93		5.761.958,50
ES00000123C7	OB. EST. SEG. 5,9% 07/26		3.686.736,48		3.967.836,69
ES00000123J2	BO. EST. SEG. 4,25% 10/16		12.500.960,82		12.851.606,53
ES00000123K0	BO. EST. SEG. 5,85% 01/22		2.287.625,04		2.485.553,49
ES0000012411	OB. EST. SEG. 5,75% 07/32		2.005.958,02		2.087.211,20
ES0000012619	CUPON SEG. D.E. 07-16		3.088.032,03		3.406.234,09
ES0000012726	CUPON SEG. D.E. 07/27		302.837,99		297.804,53
ES0000012767	CUPON SEG. D.E. 07/31		241.146,79		237.389,43
ES0000012783	OB. EST. SEG. 5,50% 07/17		6.528.478,75		6.784.853,14
ES0000012932	OB. EST. SEG. 4,20% 01/37		901.569,50		903.224,97
FR0120746609	BO. REP. FRANCIA 1% 07/17		951.610,30		970.248,01
IT0003256820	BO. REP. ITÁLIA 5,75% 02/33		383.063,17		390.082,12
IT0004273493	BO. REP. ITÁLIA 4,50% 02/18		1.563.270,00		1.611.130,01
IT0004423957	BO. REP. ITÁLIA 4,5% 03/19		4.609.260,00		4.776.290,03
Subtotal			54.808.305,54		57.571.571,74
2.2.2.2. De outros emissores públicos					
Subtotal					
2.2.2.3. De outros emissores					
ES0312360003	BON. TIT HIP AYT CED CAJAS VI 4% 04/14		4.197.026,53		4.372.293,29
ES0314950561	BO. CAJA MADRID CPN 0 03-14		1.912.600,00		1.698.305,52
ES0314970163	BO. LA CAIXA 3,75% 11/13		199.870,00		203.286,24
ES0370148019	BON. TIT HIP AYT CED CAJAS V 4,75% 12/18		486.000,00		466.786,49
ES0413211113	CED. HIP. BBVA 3,25% 01/16		753.040,00		836.714,87
ES0413211204	CED. TERRITORIALES BBVA 4,50% 05/14		723.240,00		738.371,76
ES0413211428	CED. HIP. BBVA 4,75% 02/16		1.790.339,79		1.978.700,05
ES0413440308	CED. HIP. BANESTO 4,75% 01/17		498.905,00		536.509,69
ES0413770001	CED. BANCO PASTOR 3,75% 03/15		1.109.267,50		1.135.356,28
ES0413790074	CED. HIP. BANCO POPULAR 4,125% 04/18		2.247.772,57		2.343.784,37
ES0413790108	CED. HIP. BANCO POPULAR 3,50% 09/13		799.344,00		812.232,75
ES0413790116	CED. HIP. BANCO POPULAR 4,25% 09/15		1.837.767,61		1.889.093,58
ES0414840308	CED. HIP. CAJA CATALUÑA 4,875% 06/17		1.001.137,49		959.539,84
ES0414950784	CED. HIP. CAJAMADRID 3,5% 11/14		899.859,63		881.909,60
ES0414970246	CED. HIP. LA CAIXA 3,625% 01/21		1.541.054,55		1.734.028,71
ES0414970303	CED. HIP. LA CAIXA 4,5% 01/22		3.939.649,01		4.336.071,61
ES0414970402	CED. HIP. LA CAIXA 4,625% 06/19		987.402,89		1.046.307,26

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(continua)

ANEXO 1.1.

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal
ES0414970535	CED. HIP. LA CAIXA 3,5% 03/16	600.000	600.000,00	
ES0414970683	CED. HIP. LA CAIXA 5,125% 04/16	3.000.000	3.000.000,00	
ES0440609040	CED. HIP. LA CAIXA 4 % 02/17	1.000.000	1.000.000,00	
ES0458759034	CED.HIP.UNICAJA 5,5% 03/16	3.300.000	3.300.000,00	
FR0011318658	EUROB.ELECTRICITE DE FRANCE 2,75% 03/23	900.000	900.000,00	
NL0000122489	EUROB. ING BANK NV 5,25% 06/19	250.000	250.000,00	
XS0148579153	EUROB. EON INT FIN 6,375% 05/17	300.000	300.000,00	
XS0180772484	EUROB.THE ROYAL BANK OF SCOT 4,75% 01/14	200.000	200.000,00	
XS0250172003	EUROB. BBVA SENIOR FINANCE SA 4 % 04/13	400.000	400.000,00	
XS0302633168	EUROB. MERRILL LYNCH 4,875% 05/14	400.000	400.000,00	
XS0327533617	EUROB.SANTANDER ISSUANCES 5,435% 10/17	100.000	100.000,00	
XS0335880463	EUROB. JP MORGAN CHASE 5,25% 01/15	250.000	250.000,00	
XS0342289575	EUROB. BARCLAYS BANK PLC 6% 01/18	1.100.000	1.100.000,00	
XS0359388690	EUROB. UBS AG LONDON 6% 04/18	930.000	930.000,00	
XS0412842857	EUROB. RWE FINANCE BV 6,5% 08/21	600.000	600.000,00	
XS0432092137	EUROB. CREDIT AGRICOLE SA 5,875% 06/16	1.000.000	1.000.000,00	
XS0451457435	EUROB. ENI SPA 4,125% 09/19	200.000	200.000,00	
XS0469028582	EUROB. NATL AUSTRALIA BANK 3,5% 01/15	470.000	470.000,00	
XS0482810958	BO. BANCO DE IRLANDA 4% 01/15	5.300.000	5.300.000,00	
XS0531068897	EUROB. BBVA SENIOR FINANCE 3,875% 8/15	1.200.000	1.200.000,00	
XS0544695272	EUROB. ICO 4,125% 09/17	1.450.000	1.450.000,00	
XS0555977312	EUROB. INTESA SANPAOLO SPA 4% 11/18	300.000	300.000,00	
XS0589735561	EUROB. ICO 4,375% 03/14	30.000	30.000,00	
XS0599993622	EUROB. ICO 6% 03/21	1.000.000	1.000.000,00	
XS0613543957	EUROB. ICO 5% 07/16	8.000.000	8.000.000,00	
XS0627188468	EUROB. GAS NATURAL CAP 5,375% 05/19	600.000	600.000,00	
XS0733696495	EUROB. REPSOL INT FINANCE 4,875% 02/19	2.900.000	2.900.000,00	
XS0740606768	EUROB. ICO 4,875% 02/18	400.000	400.000,00	
XS0765299572	EUROB. ABN AMRO BANK 4,125% 03/22	740.000	740.000,00	
XS0794230507	EUROB. GE CAP EURO FUND 2,875% 06/19	661.000	661.000,00	
XS0801636902	EUROB. NORDEA BANK AB 3.25% 07/22	3.280.000	3.280.000,00	
XS0829125847	EUROB. ICO 4,5% 03/16	1.700.000	1.700.000,00	
XS0829360923	EUROB. GAS NATURAL CAPITAL 6% 01/20	300.000	300.000,00	
XS0834643727	EUROB. ENAGAS FINAN SAU 4,25% 10/17	500.000	500.000,00	
XS0842214818	TELEFONICA EMISIONES SAU 4,71% 01/20	100.000	100.000,00	
Subtotal		69.261.000	69.261.000,00	
Subtotal 2.2.2.		126.381.000	126.381.000,00	
Subtotal 2.2.		127.738.865	126.381.000,00	
2.3. Derivados de negociação				
Subtotal 2.3.				
Subtotal 2.4.				
Total 2.		187.918.865	186.561.000,00	
TOTAL GERAL		187.918.865	186.561.000,00	

Euros

Código	Designação	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
				Unitário*	Total
ES0414970535	CED. HIP. LA CAIXA 3,5% 03/16		565.268,84		617.526,18
ES0414970683	CED. HIP. LA CAIXA 5,125% 04/16		3.014.400,00		3.264.931,18
ES0440609040	CED. HIP. LA CAIXA 4 % 02/17		917.500,00		1.043.252,78
ES0458759034	CED.HIP.UNICAJA 5,5% 03/16		3.297.090,00		3.513.398,49
FR0011318658	EUROB.ELECTRICITE DE FRANCE 2,75% 03/23		893.349,00		924.928,60
NL0000122489	EUROB. ING BANK NV 5,25% 06/19		248.346,07		290.178,74
XS0148579153	EUROB. EON INT FIN 6,375% 05/17		299.652,00		379.005,27
XS0180772484	EUROB.THE ROYAL BANK OF SCOT 4,75% 01/14		207.880,00		217.042,39
XS0250172003	EUROB. BBVA SENIOR FINANCE SA 4 % 04/13		400.851,23		413.946,16
XS0302633168	EUROB. MERRILL LYNCH 4,875% 05/14		411.040,00		432.318,03
XS0327533617	EUROB.SANTANDER ISSUANCES 5,435% 10/17		96.123,00		85.848,54
XS0335880463	EUROB. JP MORGAN CHASE 5,25% 01/15		247.059,48		285.291,61
XS0342289575	EUROB. BARCLAYS BANK PLC 6% 01/18		1.113.270,00		1.310.610,10
XS0359388690	EUROB. UBS AG LONDON 6% 04/18		1.038.164,99		1.189.315,70
XS0412842857	EUROB. RWE FINANCE BV 6,5% 08/21		599.790,91		822.090,57
XS0432092137	EUROB. CREDIT AGRICOLE SA 5,875% 06/16		1.118.385,46		1.179.508,32
XS0451457435	EUROB. ENI SPA 4,125% 09/19		212.400,00		228.333,46
XS0469028582	EUROB. NATL AUSTRALIA BANK 3,5% 01/15		489.331,81		512.769,93
XS0482810958	BO. BANCO DE IRLANDA 4% 01/15		5.286.644,00		5.512.555,47
XS0531068897	EUROB. BBVA SENIOR FINANCE 3,875% 8/15		1.195.905,00		1.236.556,23
XS0544695272	EUROB. ICO 4,125% 09/17		1.398.336,20		1.452.357,52
XS0555977312	EUROB. INTESA SANPAOLO SPA 4% 11/18		298.719,00		309.586,50
XS0589735561	EUROB. ICO 4,375% 03/14		29.925,78		31.567,64
XS0599993622	EUROB. ICO 6% 03/21		989.000,00		1.081.768,78
XS0613543957	EUROB. ICO 5% 07/16		7.960.140,00		8.465.654,38
XS0627188468	EUROB. GAS NATURAL CAP 5,375% 05/19		596.760,00		689.225,80
XS0733696495	EUROB. REPSOL INT FINANCE 4,875% 02/19		2.903.075,00		3.370.812,94
XS0740606768	EUROB. ICO 4,875% 02/18		401.360,00		424.428,57
XS0765299572	EUROB. ABN AMRO BANK 4,125% 03/22		792.022,00		868.209,99
XS0794230507	EUROB. GE CAP EURO FUND 2,875% 06/19		659.433,43		718.231,14
XS0801636902	EUROB. NORDEA BANK AB 3.25% 07/22		3.255.236,00		3.617.840,70
XS0829125847	EUROB. ICO 4,5% 03/16		1.694.649,51		1.749.257,27
XS0829360923	EUROB. GAS NATURAL CAPITAL 6% 01/20		302.550,00		347.891,96
XS0834643727	EUROB. ENAGAS FINAN SAU 4,25% 10/17		514.350,00		531.855,25
XS0842214818	TELEFONICA EMISIONES SAU 4,71% 01/20		101.267,57		109.689,12
Subtotal			68.473.552,85		73.197.077,22
Subtotal 2.2.2.			123.281.858,39		130.768.648,96
Subtotal 2.2.			137.783.291,38		145.464.687,29
2.3. Derivados de negociação					
Subtotal 2.3.					
Subtotal 2.4.					
Total 2.			190.476.086,64		200.823.815,72
TOTAL GERAL			190.476.086,64		200.823.815,72

* Inclui o valor dos juros decorridos.

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS 2011

ANEXO 1.2

				Euros
Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal
1. Filiais, associadas, empreendimentos conjuntos e outras empresas participadas e participantes				
1.1. Títulos nacionais				
1.1.1. Partes de capital em filiais				
1.1.2. Partes de capital em associadas				
1.1.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos				
1.1.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes				
Subtotal				
1.1.5. Títulos de dívida de filiais				
1.1.6. Títulos de dívida de associadas				
1.1.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos				
1.1.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes				
Subtotal				
1.1.9. Outros títulos em filiais				
1.1.10. Outros títulos em associadas				
1.1.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos				
1.1.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes				
Subtotal				
Subtotal 1.1.				
1.2. Títulos estrangeiros				
1.2.1. Partes de capital em filiais				
1.2.2. Partes de capital em associadas				
1.2.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos				
1.2.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes				
Subtotal				
1.2.5. Títulos de dívida de filiais				
1.2.6. Títulos de dívida de associadas				
1.2.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos				
1.2.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes				
Subtotal				
1.2.9. Outros títulos em filiais				
1.2.10. Outros títulos em associadas				
1.2.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos				
1.2.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes				
Subtotal				
Subtotal 1.2.				
Total 1.				
2. Outros				
2.1. Títulos nacionais				
2.1.1. Instrumentos de capital e unidades de participação				
2.1.1.1. Ações				
Subtotal				
2.1.1.2. Títulos de participação				
Subtotal				

					Euros
Código	Designação	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço Unitário*	Total
1. Filiais, associadas, empreendimentos conjuntos e outras empresas participadas e participantes					
1.1. Títulos nacionais					
1.1.1. Partes de capital em filiais					
1.1.2. Partes de capital em associadas					
1.1.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos					
1.1.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes					
Subtotal					
1.1.5. Títulos de dívida de filiais					
1.1.6. Títulos de dívida de associadas					
1.1.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos					
1.1.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes					
Subtotal					
1.1.9. Outros títulos em filiais					
1.1.10. Outros títulos em associadas					
1.1.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos					
1.1.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes					
Subtotal					
Subtotal 1.1.					
1.2. Títulos estrangeiros					
1.2.1. Partes de capital em filiais					
1.2.2. Partes de capital em associadas					
1.2.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos					
1.2.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes					
Subtotal					
1.2.5. Títulos de dívida de filiais					
1.2.6. Títulos de dívida de associadas					
1.2.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos					
1.2.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes					
Subtotal					
1.2.9. Outros títulos em filiais					
1.2.10. Outros títulos em associadas					
1.2.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos					
1.2.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes					
Subtotal					
Subtotal 1.2.					
Total 1.					
2. Outros					
2.1. Títulos nacionais					
2.1.1. Instrumentos de capital e unidades de participação					
2.1.1.1. Ações					
Subtotal					
2.1.1.2. Títulos de participação					
Subtotal					

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(continua)

ANEXO 1.2

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal
2.1.1.3. Unidades de participação em fundos de investimento				
Subtotal				
2.1.1.4. Outros				
Subtotal				
Subtotal 2.1.1.				
2.1.2. Títulos de dívida				
2.1.2.1. De dívida pública				
PTOTE10E0019	REPÚBLICA DE PORTUGAL	200.000	200.000,00	
PTOTE3OE0017	REPÚBLICA DE PORTUGAL	3.100.000	3.100.000,00	
PTOTE6OE0006	REPÚBLICA DE PORTUGAL	1.700.000	1.700.000,00	
PTOTEAOE0021	REPÚBLICA DE PORTUGAL	2.700.000	2.700.000,00	
PTOTEGOE0009	REPÚBLICA DE PORTUGAL	55.000	55.000,00	
PTOTEKOE0003	REPÚBLICA DE PORTUGAL	4.500.000	4.500.000,00	
PTOTELOE0010	REPÚBLICA DE PORTUGAL	12.500.000	12.500.000,00	
PTOTEMOE0027	REPÚBLICA DE PORTUGAL	18.300.000	18.300.000,00	
PTOTENOE0018	REPÚBLICA DE PORTUGAL	875.000	875.000,00	
PTOTEEOE0017	REPÚBLICA DE PORTUGAL	8.100.000	8.100.000,00	
PTOTEYOE0007	REPÚBLICA DE PORTUGAL	12.650.000	12.650.000,00	
Subtotal		64.680.000	64.680.000	
2.1.2.2. De outros emissores públicos				
Subtotal				
2.1.2.3. De outros emissores				
PTBCLQOM0010	BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS	150.000	150.000,00	
PTBLMGOM0002	BANCO ESPÍRITO SANTO	1.000.000	1.000.000,00	
PTBLMWOM0002	BANCO ESPÍRITO SANTO	1.200.000	1.200.000,00	
Subtotal		2.350.000	2.350.000	0
Subtotal 2.1.2.		67.030.000	67.030.000,00	
Subtotal 2.1.		67.030.000	67.030.000,00	
2.2. Títulos estrangeiros				
2.2.1. Instrumentos de capital e unidades de participação				
2.2.2.1. Ações				
CH0012005267	NOVARTIS AG-REG	971		
CH0012032048	ROCHE HOLDINGS AG	3.268		
CH0038863350	NESTLE SA REGISTERED	3.335		
GB0009252882	GLAXOSMITHKLINE PLC	5.382		
GB00B16GWD56	VODAFONE GROUP	47.441		
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG	3.023		
DE0007037129	RWE AG	4.068		
DE0007164600	SAP AG	2.240		
DE0007236101	SIEMENS AG	549		
DE0008430026	MUENCHENER RUECKVER	837		
DE000BAY0017	BAYER A.G.	8.547		
DE000ENAG999	E.ON AG	12.646		

Euros

Código	Designação	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
				Unitário*	Total
2.1.1.3. Unidades de participação em fundos de investimento					
Subtotal					
2.1.1.4. Outros					
Subtotal					
Subtotal 2.1.1.					
2.1.2. Títulos de dívida					
2.1.2.1. De dívida pública					
PTOTE10E0019	REPÚBLICA DE PORTUGAL		194.985,44		201.054,51
PTOTE3OE0017	REPÚBLICA DE PORTUGAL		2.803.453,82		2.880.606,57
PTOTE6OE0006	REPÚBLICA DE PORTUGAL		1.552.610,00		1.587.683,58
PTOTEAOE0021	REPÚBLICA DE PORTUGAL		2.275.022,60		2.321.088,89
PTOTEGOE0009	REPÚBLICA DE PORTUGAL		56.016,25		56.462,51
PTOTEKOE0003	REPÚBLICA DE PORTUGAL		4.537.859,33		4.633.258,89
PTOTELOE0010	REPÚBLICA DE PORTUGAL		11.227.199,33		11.495.085,87
PTOTEMOE0027	REPÚBLICA DE PORTUGAL		16.108.612,69		16.783.300,16
PTOTENOE0018	REPÚBLICA DE PORTUGAL		778.484,36		810.082,53
PTOTEEOE0017	REPÚBLICA DE PORTUGAL		7.629.019,38		7.804.968,67
PTOTEYOE0007	REPÚBLICA DE PORTUGAL		10.067.391,39		10.594.941,06
Subtotal			57.230.654,59		59.168.533,24
2.1.2.2. De outros emissores públicos					
Subtotal					
2.1.2.3. De outros emissores					
PTBCLQOM0010	BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS		131.754,00		115.215,85
PTBLMGOM0002	BANCO ESPÍRITO SANTO		948.900,00		836.645,97
PTBLMWOM0002	BANCO ESPÍRITO SANTO		986.160,00		1.036.966,80
Subtotal			0	2.066.814	0
Subtotal 2.1.2.			59.297.468,59		61.157.361,86
Subtotal 2.1.			59.297.468,59		61.157.361,86
2.2. Títulos estrangeiros					
2.2.1. Instrumentos de capital e unidades de participação					
2.2.2.1. Ações					
CH0012005267	NOVARTIS AG-REG	42,40	41.166,84	44,18	42.894,62
CH0012032048	ROCHE HOLDINGS AG	116,25	379.915,26	130,96	427.990,76
CH0038863350	NESTLE SA REGISTERED	30,27	100.935,31	44,42	148.149,05
GB0009252882	GLAXOSMITHKLINE PLC	14,15	76.176,20	17,62	94.811,60
GB00B16GWD56	VODAFONE GROUP	1,78	84.216,68	2,14	101.606,56
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG	10,48	31.684,12	8,86	26.798,89
DE0007037129	RWE AG	35,62	144.917,76	27,15	110.446,20
DE0007164600	SAP AG	37,30	83.562,89	40,85	91.504,00
DE0007236101	SIEMENS AG	75,87	41.653,42	73,94	40.593,06
DE0008430026	MUENCHENER RUECKVER	107,84	90.262,45	94,78	79.330,86
DE000BAY0017	BAYER A.G.	55,35	473.034,04	49,40	422.221,80
DE000ENAG999	E.ON AG	23,38	295.617,65	16,67	210.808,82

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(continua)

ANEXO 1.2

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal
ES0111845014	ABERTIS INFRAESTRUCTURAS S.A.	5.275		
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI	28.820		
ES0113307039	BANKIA S.A.U.	569.000		
ES0113679137	BANKINTER	7.924		
ES0113900J37	BANCO SANTANDER SA	11.928		
ES0116870314	GAS NATURAL SDG SA	7.287		
ES0118594417	INDRA SISTEMAS S.A.	3.644		
ES0130960018	ENAGAS	7.248		
ES0144580Y14	IBERDROLA S.A.	59.184		
ES0167050915	ACS ACTIVIDADES DE CONST. Y SE	4.416		
ES0173093115	RED ELECTRICA DE ESPAÑA S.A.	1.958		
ES0173516115	REPSOL YPF,S.A.	10.416		
ES0178430E18	TELEFONICA, S.A.	62.130		
FR0000120271	TOTAL SA	8.242		
FR0000120578	SANOFI SYNTHELABO SA	1.547		
FR0000120644	GROUPE DANONE	3.723		
FR0000127771	VIVENDI UNIVERSAL	10.438		
FR0000131104	BNP PARIBAS PARIS	3.143		
FR0000133308	FRANCE TELECOM SA	8.219		
FR0010208488	GAZ DE FRANCE	4.754		
GB00B03MLX29	ROYAL DUTCH SHELL PLC	3.314		
IT0003128367	ENEL-SOCIETA PER AZIONI	8.012		
IT0003132476	ENI SPA	21.014		
NL0000009355	UNILEVER PLC	2.398		
Subtotal		946.341		
2.2.2.2. Títulos de participação				
Subtotal				
2.2.2.3. Unidades de participação em fundos de investimento				
ES0122067038	FONDMAPFRE GARANTIZADO 1107 F.I.	64.281		
ES0138352036	FONDMAPFRE GARANTIZADO 811, F.I.	52.850		
ES0138353034	FONDMAPFRE GARANTIZADO 904, F.I.	113.224		
ES0138394038	FONDMAPFRE GARANTIZADO 911 F.I.	214.467		
ES0138395035	FONDMAPFRE GARANTIZADO 807, F.I.	20.027		
ES0138396033	FONDMAPFRE GARANTIZADO 1111, F.I.	152.362		
ES0138444031	FONDMAPFRE GARANTIZADO 007 F.I.	74.427		
ES0138445038	FONDMAPFRE MULTISELECCION F.I.	1		
ES0138599032	FONDMAPFRE GARANTIZADO 1104, F.I.	13.064		
ES0138658036	FONDMAPFRE BOLSA AMERICA F.I.	7.282		
ES0138708039	FONDMAPFRE GARANTIZADO 907, F.I.	117.453		
ES0138725033	FONDMAPFRE GARANTIZADO 004 F.I.	29.941		
ES0138777034	FONDMAPFRE GARANTIZADO 803 F.I.	184.351		
ES0138901030	FONDMAPFRE BOLSA F.I.	8.729		
ES0138902038	FONDMAPFRE CORTO PLAZO F.I.	112		

Euros

Código	Designação	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
				Unitário*	Total
ES0111845014	ABERTIS INFRAESTRUCTURAS S.A.	13,00	68.550,53	12,34	65.093,50
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI	8,21	236.485,66	6,68	192.517,60
ES0113307039	BANKIA S.A.U.	3,75	2.133.750,00	3,60	2.045.555,00
ES0113679137	BANKINTER	5,30	41.982,62	4,75	37.639,00
ES0113900J37	BANCO SANTANDER SA	7,67	91.487,21	5,87	70.017,36
ES0116870314	GAS NATURAL SDG SA	13,20	96.165,89	13,26	96.662,05
ES0118594417	INDRA SISTEMAS S.A.	15,19	55.339,60	9,84	35.846,02
ES0130960018	ENAGAS	14,80	107.276,28	14,29	103.573,92
ES0144580Y14	IBERDROLA S.A.	4,40	260.590,85	4,84	286.391,37
ES0167050915	ACS ACTIVIDADES DE CONST. Y SE	34,35	151.669,13	22,90	101.126,40
ES0173093115	RED ELECTRICA DE ESPAÑA S.A.	24,71	48.377,49	33,07	64.741,27
ES0173516115	REPSOL YPF,S.A.	16,49	171.771,26	23,73	247.223,75
ES0178430E18	TELEFONICA, S.A.	15,46	960.629,13	13,39	831.610,05
FR0000120271	TOTAL SA	39,41	324.818,48	39,50	325.559,00
FR0000120578	SANOFI SYNTHELABO SA	49,40	76.419,64	56,75	87.792,25
FR0000120644	GROUPE DANONE	45,42	169.117,26	48,57	180.826,11
FR0000127771	VIVENDI UNIVERSAL	17,95	187.402,57	16,92	176.610,96
FR0000131104	BNP PARIBAS PARIS	39,58	124.391,28	30,35	95.390,05
FR0000133308	FRANCE TELECOM SA	15,69	128.937,93	12,13	99.737,56
FR0010208488	GAZ DE FRANCE	29,10	138.330,86	21,12	100.404,48
GB00B03MLX29	ROYAL DUTCH SHELL PLC	21,53	71.360,30	28,15	93.289,10
IT0003128367	ENEL-SOCIETA PER AZIONI	3,93	31.477,88	3,14	25.189,72
IT0003132476	ENI SPA	17,76	373.109,83	16,01	336.434,14
NL0000009355	UNILEVER PLC	20,84	49.978,16	26,57	63.714,86
Subtotal			7.942.562,46		7.560.101,74
2.2.2.2. Títulos de participação					
Subtotal					
2.2.2.3. Unidades de participação em fundos de investimento					
ES0122067038	FONDMAPFRE GARANTIZADO 1107 F.I.	6,88	442.346,40	6,80	437.278,30
ES0138352036	FONDMAPFRE GARANTIZADO 811, F.I.	7,56	399.760,52	7,53	397.872,13
ES0138353034	FONDMAPFRE GARANTIZADO 904, F.I.	7,73	875.424,82	7,64	864.952,98
ES0138394038	FONDMAPFRE GARANTIZADO 911 F.I.	7,79	1.671.032,37	6,33	1.358.637,32
ES0138395035	FONDMAPFRE GARANTIZADO 807, F.I.	7,05	141.282,85	7,49	150.097,00
ES0138396033	FONDMAPFRE GARANTIZADO 1111, F.I.	1,90	289.194,65	1,98	302.381,98
ES0138444031	FONDMAPFRE GARANTIZADO 007 F.I.	6,17	459.347,83	5,86	436.058,40
ES0138445038	FONDMAPFRE MULTISELECCION F.I.	6,52	9,07	5,06	7,04
ES0138599032	FONDMAPFRE GARANTIZADO 1104, F.I.	7,30	95.309,32	7,24	94.537,74
ES0138658036	FONDMAPFRE BOLSA AMERICA F.I.	4,62	33.655,00	5,59	40.735,47
ES0138708039	FONDMAPFRE GARANTIZADO 907, F.I.	14,22	1.669.926,09	13,22	1.553.071,68
ES0138725033	FONDMAPFRE GARANTIZADO 004 F.I.	7,99	239.242,15	7,79	233.109,08
ES0138777034	FONDMAPFRE GARANTIZADO 803 F.I.	7,34	1.352.881,30	7,49	1.380.190,03
ES0138901030	FONDMAPFRE BOLSA F.I.	20,92	182.588,49	22,09	192.810,66
ES0138902038	FONDMAPFRE CORTO PLAZO F.I.	1.456,15	163.536,99	1.466,24	164.670,44

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(continua)

ANEXO 1.2

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal
ES0138903036	FONDMAPFRE RENTA F.I.	1.371		
ES0138956034	MAPFRE PUENTE GARANTIA 10, F.I.	172		
ES0165196033	FONDMAPFRE GARANTIZADO 011 F.I.	17.109		
LU0043136406	CAPITAL INVESTMENT FUND	3.551		
Subtotal		1.074.774		
2.2.2.4. Outros				
Subtotal				
Subtotal 2.2.1.		2.021.115		
2.2.2. Títulos de dívida				
2.2.2.1. De dívida pública				
ES0000011660	TESORO PÚBLICO	1.061	1.060,52	
ES0000011868	TESORO PÚBLICO	925.000	925.000,00	
ES00000120G4	TESORO PÚBLICO	2.150.000	2.150.000,00	
ES00000120N0	TESORO PÚBLICO	500.000	500.000,00	
ES0000012118	TESORO PÚBLICO	700.000	700.000,00	
ES00000121S7	TESORO PÚBLICO	785.000	785.000,00	
ES00000122E5	TESORO PÚBLICO	3.695.000	3.695.000,00	
ES00000122X5	TESORO PÚBLICO	1.500.000	1.500.000,00	
ES00000123B9	TESORO PÚBLICO	350.000	350.000,00	
ES00000123C7	TESORO PÚBLICO	2.200.000	2.200.000,00	
ES00000123D5	TESORO PÚBLICO	4.935.000	4.935.000,00	
ES00000123J2	TESORO PÚBLICO	3.300.000	3.300.000,00	
ES00000123K0	TESORO PÚBLICO	4.620.000	4.620.000,00	
ES0000012411	TESORO PÚBLICO	1.025.000	1.025.000,00	
ES0000012619	TESORO PÚBLICO	3.900.000	3.900.000,00	
ES0000012726	TESORO PÚBLICO	700.000	700.000,00	
ES0000012767	TESORO PÚBLICO	700.000	700.000,00	
ES0000012783	TESORO PÚBLICO	450.000	450.000,00	
ES0000012932	TESORO PÚBLICO	800.000	800.000,00	
IT0003256820	REPÚBLICA DE ITÁLIA	350.000	350.000,00	
Subtotal		33.586.061	33.586.061	
2.2.2.2. De outros emissores públicos				
Subtotal				
2.2.2.3. De outros emissores				
ES0214950059	CAJA MADRID	500.000	500.000,00	
ES0224261000	RESERVAS ESTRATEGICA DE PROD P	3.200.000	3.200.000,00	
ES0312360003	AYT CEDULAS CAJAS VI, FONDO TI	5.000.000	5.000.000,00	
ES0314400187	BANCO CAM S.A.	200.000	200.000,00	
ES0314950561	CAJA MADRID	2.000.000	2.000.000,00	
ES0314970163	LA CAIXA-C.A. Y PENSIONES DE B	200.000	200.000,00	
ES0314977358	BANCAJA-C.A. VALENCIA-CASTELLO	1.800.000	1.800.000,00	
ES0370148019	AYT CEDULAS CAJAS V, FONDO TIT	500.000	500.000,00	

Euros

Código	Designação	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
				Unitário*	Total
ES0138903036	FONDMAPFRE RENTA F.I.	16,43	22.525,30	16,59	22.736,71
ES0138956034	MAPFRE PUENTE GARANTIA 10, F.I.	1.058,84	181.897,54	1.227,10	210.802,10
ES0165196033	FONDMAPFRE GARANTIZADO 011 F.I.	10,75	183.981,10	11,01	188.356,72
LU0043136406	CAPITAL INVESTMENT FUND	197,14	700.000,02	258,31	917.217,44
Subtotal			9.103.941,81		8.945.523,22
2.2.2.4. Outros					
Subtotal					
Subtotal 2.2.1.			17.046.504,27		16.505.624,96
2.2.2. Títulos de dívida					
2.2.2.1. De dívida pública					
ES0000011660	TESORO PÚBLICO		1.204,41		1.156,67
ES0000011868	TESORO PÚBLICO		1.058.146,50		990.986,46
ES00000120G4	TESORO PÚBLICO		2.034.795,34		2.170.524,10
ES00000120N0	TESORO PÚBLICO		496.204,00		441.193,29
ES0000012118	TESORO PÚBLICO		697.857,51		713.369,89
ES00000121S7	TESORO PÚBLICO		630.115,20		677.740,29
ES00000122E5	TESORO PÚBLICO		3.635.816,09		3.445.154,31
ES00000122X5	TESORO PÚBLICO		1.402.565,00		1.498.390,75
ES00000123B9	TESORO PÚBLICO		356.174,93		374.713,82
ES00000123C7	TESORO PÚBLICO		2.187.680,00		2.303.005,10
ES00000123D5	TESORO PÚBLICO		4.852.467,00		5.061.756,77
ES00000123J2	TESORO PÚBLICO		3.235.494,40		3.350.956,25
ES00000123K0	TESORO PÚBLICO		4.508.307,00		4.831.573,78
ES0000012411	TESORO PÚBLICO		1.143.932,89		1.038.863,07
ES0000012619	TESORO PÚBLICO		3.088.032,03		3.260.260,08
ES0000012726	TESORO PÚBLICO		302.837,99		270.909,02
ES0000012767	TESORO PÚBLICO		241.146,79		209.595,60
ES0000012783	TESORO PÚBLICO		460.035,00		488.441,07
ES0000012932	TESORO PÚBLICO		707.000,00		661.306,86
IT0003256820	REPÚBLICA DE ITÁLIA		383.063,17		309.626,85
Subtotal			31.422.875,25		32.099.524,03
2.2.2.2. De outros emissores públicos					
Subtotal					
2.2.2.3. De outros emissores					
ES0214950059	CAJA MADRID		495.270,00		518.336,56
ES0224261000	RESERVAS ESTRATEGICA DE PROD P		3.157.323,67		3.207.200,56
ES0312360003	AYT CEDULAS CAJAS VI, FONDO TI		4.882.978,99		4.889.224,96
ES0314400187	BANCO CAM S.A.		188.680,00		193.872,61
ES0314950561	CAJA MADRID		1.912.600,00		1.772.402,83
ES0314970163	LA CAIXA-C.A. Y PENSIONES DE B		199.870,00		197.537,54
ES0314977358	BANCAJA-C.A. VALENCIA-CASTELLO		1.702.959,40		1.750.387,22
ES0370148019	AYT CEDULAS CAJAS V, FONDO TIT		486.000,00		421.037,32

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(continua)

ANEXO 1.2

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal
ES0413211030	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA	700.000	700.000,00	
ES0413211204	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA	150.000	150.000,00	
ES0413211428	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA	1.800.000	1.800.000,00	
ES0413440076	BANCO ESPAÑOL DE CREDITO	100.000	100.000,00	
ES0413440175	BANCO ESPAÑOL DE CREDITO	500.000	500.000,00	
ES0413770001	BANCO PASTOR	2.000.000	2.000.000,00	
ES0413790074	BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A.	2.300.000	2.300.000,00	
ES0413790108	BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A.	800.000	800.000,00	
ES0413790116	BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A.	1.850.000	1.850.000,00	
ES0414840308	CAIXA D'ESTALVIS CATALUÑA TARRAGONA	1.000.000	1.000.000,00	
ES0414950784	CAJA MADRID	900.000	900.000,00	
ES0414970246	LA CAIXA-C.A. Y PENSIONES DE B	1.800.000	1.800.000,00	
ES0414970303	LA CAIXA-C.A. Y PENSIONES DE B	4.250.000	4.250.000,00	
ES0414970402	LA CAIXA-C.A. Y PENSIONES DE B	1.000.000	1.000.000,00	
ES0414970535	LA CAIXA-C.A. Y PENSIONES DE B	600.000	600.000,00	
ES0458759034	UNICAJA (RONDA, CADIZ, ALMERIA, MALAGA)	1.000.000	1.000.000,00	
FR0010612622	RESEAU DE TRANSPORT	750.000	750.000,00	
NL0000122489	ING AMSTERDAM	250.000	250.000,00	
XS0142908770	SOCIETE GENERALE (PARIS)	3.000.000	3.000.000,00	
XS0148579153	E.ON INTERNATIONAL FIN.	300.000	300.000,00	
XS0177573937	MERRILL LYNCH & CO INC	380.000	380.000,00	
XS0180772484	ROYAL BANK OF SCOTLAND NV	200.000	200.000,00	
XS0250172003	BBVA SENIOR FINANCE S.A.U	150.000	150.000,00	
XS0287409212	REPSOL INTL. FINANCE	3.054.000	3.054.000,00	
XS0300682621	AUSTRALIA & N.ZEALAND BANKING	60.000	60.000,00	
XS0327533617	SANTANDER ISSUANCES S.A. UNIPE	100.000	100.000,00	
XS0331141332	ENI SPA	200.000	200.000,00	
XS0335880463	JP MORGAN CHASE & CO. INC.	250.000	250.000,00	
XS0342289575	BARCLAYS BANK PLC LONDON	1.100.000	1.100.000,00	
XS0343877451	CREDIT AGRICOLE SA	1.000.000	1.000.000,00	
XS0359388690	UBS AG LONDON	930.000	930.000,00	
XS0412842857	RWE FINANCE BV	600.000	600.000,00	
XS0441800579	GE CAPITAL EUROPEAN FUNDING (IRLANDA)	600.000	600.000,00	
XS0469028582	NATIONAL AUSTRALIA BANK	150.000	150.000,00	
XS0479541699	GAS NATURAL CAPITAL MARKETS S.	300.000	300.000,00	
XS0482810958	BANK OF IRELAND	5.300.000	5.300.000,00	

Euros

Código	Designação	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
				Unitário*	Total
ES0413211030	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA		713.090,00		728.204,98
ES0413211204	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA		153.810,00		154.359,59
ES0413211428	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA		1.790.339,79		1.890.977,74
ES0413440076	BANCO ESPAÑOL DE CREDITO		96.215,61		100.114,46
ES0413440175	BANCO ESPAÑOL DE CREDITO		479.550,00		488.577,93
ES0413770001	BANCO PASTOR		2.016.850,00		1.903.851,40
ES0413790074	BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A.		2.211.450,00		2.207.781,63
ES0413790108	BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A.		799.344,00		792.965,32
ES0413790116	BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A.		1.837.357,91		1.849.065,38
ES0414840308	CAIXA D'ESTALVIS CATALUÑA TARRAGONA		1.001.137,49		876.672,67
ES0414950784	CAJA MADRID		899.859,63		859.237,52
ES0414970246	LA CAIXA-C.A. Y PENSIONES DE B		1.519.317,00		1.564.317,08
ES0414970303	LA CAIXA-C.A. Y PENSIONES DE B		3.938.611,01		3.931.308,48
ES0414970402	LA CAIXA-C.A. Y PENSIONES DE B		981.678,41		955.272,45
ES0414970535	LA CAIXA-C.A. Y PENSIONES DE B		565.268,84		584.086,36
ES0458759034	UNICAJA (RONDA, CADIZ, ALMERIA, MALAGA)		1.007.900,00		1.051.375,81
FR0010612622	RESEAU DE TRANSPORT		752.535,00		839.198,50
NL0000122489	ING AMSTERDAM		248.346,07		271.916,51
XS0142908770	SOCIETE GENERALE (PARIS)		3.161.410,11		3.150.486,04
XS0148579153	E.ON INTERNATIONAL FIN.		299.652,00		371.336,99
XS0177573937	MERRILL LYNCH & CO INC		389.511,40		372.364,24
XS0180772484	ROYAL BANK OF SCOTLAND NV		207.880,00		207.385,11
XS0250172003	BBVA SENIOR FINANCE S.A.U		147.345,00		153.575,73
XS0287409212	REPSOL INTL. FINANCE		3.096.850,82		3.291.222,08
XS0300682621	AUSTRALIA & N.ZEALAND BANKING		60.246,00		62.249,81
XS0327533617	SANTANDER ISSUANCES S.A. UNIPE		96.123,00		79.877,66
XS0331141332	ENI SPA		203.072,00		212.102,44
XS0335880463	JP MORGAN CHASE & CO. INC.		247.059,48		279.900,92
XS0342289575	BARCLAYS BANK PLC LONDON		1.113.270,00		1.055.234,40
XS0343877451	CREDIT AGRICOLE SA		1.031.500,00		966.900,44
XS0359388690	UBS AG LONDON		1.038.164,99		1.076.622,43
XS0412842857	RWE FINANCE BV		599.790,91		766.840,81
XS0441800579	GE CAPITAL EUROPEAN FUNDING (IRLANDA)		625.980,00		644.822,98
XS0469028582	NATIONAL AUSTRALIA BANK		150.199,01		158.592,79
XS0479541699	GAS NATURAL CAPITAL MARKETS S.		277.278,00		294.114,78
XS0482810958	BANK OF IRELAND		5.286.644,00		4.199.027,00

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(continua)

ANEXO 1.2.

(continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal
XS0531068897	BBVA SENIOR FINANCE S.A.U.	3.500.000	3.500.000,00	
XS0544695272	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL	1.450.000	1.450.000,00	
XS0555977312	INTESA SANPAOLO SPA	300.000	300.000,00	
XS0585904443	TELEFONICA EMISIONES SAU	100.000	100.000,00	
XS0589735561	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL	30.000	30.000,00	
XS0590179692	NORDEA AB (Suécia)	2.850.000	2.850.000,00	
XS0613543957	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL	8.000.000	8.000.000,00	
XS0615797700	ABN AMRO BANK N.V. AMSTERDAM	700.000	700.000,00	
XS0627188468	GAS NATURAL CAPITAL MARKETS S.	600.000	600.000,00	
XS0646719954	INSTITUTO DE CRÉDITO OFICIAL	1.000.000	1.000.000,00	
	Subtotal	71.354.000	71.354.000,00	
	Subtotal 2.2.2.	104.940.061	104.940.060,52	
	Subtotal 2.2.	106.961.176	104.940.060,52	
	2.3. Derivados de negociação			
	Subtotal 2.3.			
	2.4. Derivados de cobertura			
	Subtotal 2.4.			
	Total 2.	173.991.176	171.970.060,52	
	TOTAL GERAL	173.991.176	171.970.060,52	

Euros

Código	Designação	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
				Unitário*	Total
XS0531068897	BBVA SENIOR FINANCE S.A.U.		3.498.775,00		3.424.953,18
XS0544695272	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL		1.449.507,00		1.405.062,63
XS0555977312	INTESA SANPAOLO SPA		298.719,00		257.819,78
XS0585904443	TELEFONICA EMISIONES SAU		97.330,00		103.153,20
XS0589735561	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL		29.925,78		31.405,43
XS0590179692	NORDEA AB (Suécia)		2.845.012,50		3.014.739,07
XS0613543957	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL		7.960.140,00		8.315.915,70
XS0615797700	ABN AMRO BANK N.V. AMSTERDAM		699.699,00		737.421,24
XS0627188468	GAS NATURAL CAPITAL MARKETS S.		596.760,00		613.743,27
XS0646719954	INSTITUTO DE CRÉDITO OFICIAL		991.100,00		1.031.873,77
	Subtotal		70.537.287,82		70.278.027,33
	Subtotal 2.2.2.		101.960.163,07		102.377.551,36
	Subtotal 2.2.		119.006.667,34		118.883.176,32
	2.3. Derivados de negociação				
	Subtotal 2.3.				
	2.4. Derivados de cobertura				
	Subtotal 2.4.				
	Total 2.		178.304.135,93		180.040.538,18
	TOTAL GERAL		178.304.135,93		180.040.538,18

* Inclui o valor dos juros decorridos.

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORREÇÕES)

ANEXO 2.1

Euros

Ramos/Grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2011 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/2012 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida	6.492.371,59	4.139.586,67	2.551.289,85	198.504,93
Não Vida				
Acidentes e doença				
Incêndio e outros danos				
Automóvel				
Responsabilidade civil				
Outras coberturas				
Marítimo, aéreo e transportes				
Responsabilidade civil geral				
Crédito e caução				
Proteção jurídica				
Assistência				
Diversos				
TOTAL NÃO VIDA	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	6.492.371,59	4.139.586,67	2.551.289,85	198.504,93

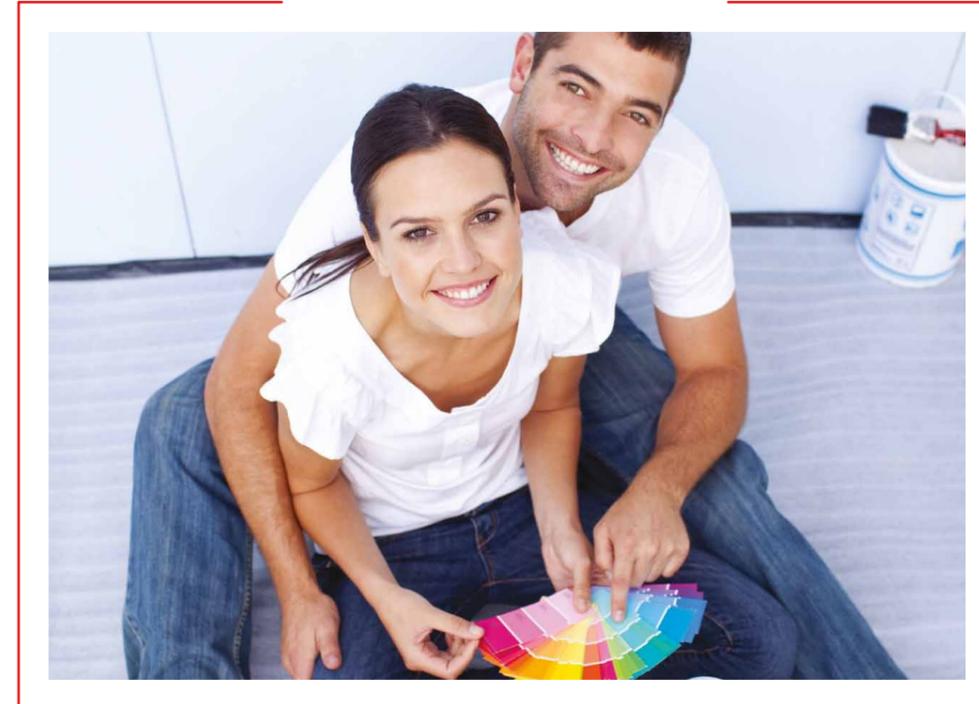
* Sinistros ocorridos no ano 2011 e anteriores.

ANEXO 2.2

Euros

Ramos/Grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2010 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/2011 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida	7.268.787,10	2.258.004,87	2.303.829,23	-2.706.953,00
Não Vida				
Acidentes e doença				
Incêndio e outros danos				
Automóvel				
Responsabilidade civil				
Outras coberturas				
Marítimo, aéreo e transportes				
Responsabilidade civil geral				
Crédito e caução				
Proteção jurídica				
Assistência				
Diversos				
TOTAL NÃO VIDA	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	7.268.787,10	2.258.004,87	2.303.829,23	-2.706.953,00

* Sinistros ocorridos no ano 2010 e anteriores.



NUM ANO EXIGENTE, CONTÁMOS COM A INEXCEDÍVEL COLABORAÇÃO DE **CLIENTES, MEDIADORES, EMPREGADOS, FORNECEDORES E ENTIDADES OFICIAIS.**

QUEREMOS ENDEREÇAR-LHES UMA PALAVRA DE AGRADECIMENTO, **DESEJANDO PODER CONTINUAR A CONTAR COM TODOS NO FUTURO.**



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
E RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Mapfre Seguros de Vida, S.A. ("Companhia"), as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 209.365.117,34 Euros e um total de capital próprio de 11.766.836,53 Euros, incluindo um resultado líquido de 1.409.538,87 Euros), a Conta de Ganhos e Perdas, as Demonstrações do Rendimento Integral, de Variações do Capital Próprio e de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas e Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
 6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Mapfre Seguros de Vida, S.A., em 31 de Dezembro de 2012, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal, estabelecidos pelo Plano de Contas aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007 de 27 de Abril e respectivas alterações subsequentes.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 6 de Março de 2013

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (n.º 178)
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC n.º 1230)

2
fy
sl

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos da lei em vigor, o Conselho Fiscal da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., vem apresentar o relatório da atividade por si desenvolvido, no exercício de dois mil e doze e bem assim emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do mesmo exercício.

O Conselho Fiscal recebeu oportunamente a certificação legal de contas elaborada por Ernst & Young, a qual lhe mereceu acordo.

O Conselho Fiscal constatou que em dois mil e doze, não obstante o decréscimo nos seguros de capitalização e do aumento de resgates, fruto da situação económica do País, a Produção ainda conseguiu registar algum crescimento.

A esta variação favorável acresceu a recuperação do valor da carteira de Ativos o que veio a permitir um crescimento do Resultado Líquido do Exercício da ordem dos 20%.

O relatório de gestão foi também objeto de análise, não sendo merecedor de qualquer reparo por parte deste Conselho, o mesmo se aplicando à proposta de aplicação de resultados.

Sendo assim e tendo em consideração a opinião constante da certificação legal de contas, o Conselho Fiscal emite o parecer seguinte:

1. Que sejam aprovados o relatório de gestão e as demonstrações financeiras do exercício de dois mil e doze;
2. Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados do exercício de dois mil e doze.

Lisboa, 6 de Março de 2013

O CONSELHO FISCAL


Fernando Vassalho Namorado




CONSULTE O NOSSO VÍDEO INSTITUCIONAL

MAPFRE SEGUROS DE VIDA, S.A.

Rua Castilho, 52
1250-071 Lisboa
Tel.: +351 213 819 700
Fax:+351 213 819 799
E-mail: sim24@mapfre.pt

www.mapfre.pt

Design e programação:
Choice – Comunicação Global, Lda.
www.choice.pt
Maio de 2013



